

IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.376.989/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao referido exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis - International Financial Reporting Standards (IFRS).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (<https://ri.irbre.com/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

Conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras, nota explicativa 3.1 - Demonstrações de Resultados por Segmento, a Administração da Companhia utiliza, em linha com as práticas adotadas pelas resseguradoras globais, uma aglutinação de contas contábeis denominada “Visão do Negócio” para fins de análise de desempenho e cálculo dos seus indicadores de performance, conforme apresentado neste documento.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Vários são os motivos que fizeram de 2020 um período completamente atípico nos 81 anos de história do IRB Brasil RE. Em meio a um ano que vai ser lembrado globalmente pelos efeitos da pandemia da Covid-19, enfrentamos o desafio de superar uma crise de credibilidade motivada por irregularidades identificadas pela divulgação de informações inverídicas sobre a base acionária da Companhia em março de 2020, pela instauração da Fiscalização Especial da SUSEP, em maio, devido à insuficiência de Ativos Garantidores das Provisões Técnicas do IRB, naquele momento da ordem de R\$ 1 bilhão, e em Junho pelo refazimento das Demonstrações Financeiras de 2019/18 que trouxeram à luz a real situação econômico-financeira da empresa.

Esses fatos nos levaram a alterar por completo nossa Diretoria Executiva, além de renovar o Conselho de Administração e reavaliar a amplitude e intensidade de atuação comitês de assessoramento ao Conselho; e ao mesmo tempo rever o Estatuto Social da Companhia.

Concomitantemente aos fatos descritos acima, a Administração levou a cabo auditorias internas e forenses para investigar fatos relativos à base de acionistas da Companhia, assim como a indícios de manipulação de demonstrações financeiras, entre outros, e resolveu oferecer ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro representação criminal para apuração judicial de responsabilidades, assim como possibilitar ressarcimentos à Companhia pelos prejuízos causados. Os processos encontram-se em andamento e sob sigilo de justiça. O mesmo material oferecido ao MPF-RJ foi também encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à SUSEP como forma de auxiliar nas investigações em suas respectivas esferas de atuação.

No contexto de negócios, concentramos nossas atenções em um plano de “re-underwriting”, chamado de CFG – “Clean”, “Fix” e “Growth”, ou Limpeza, Arrumação e Crescimento, a partir de julho de 2020.

Paralelamente, estabelecemos o Plano de Enquadramento de Liquidez Regulatória e de Cobertura das Provisões Técnicas, de forma que, de julho a dezembro de 2020, a Administração logrou gerar caixa/ativos adicionais e/ou redução de passivos, ambos relativos às provisões citadas de R\$4,8 bilhões de novos recursos, de forma a permitir o reenquadramento regulatório em 31.12.2020.

O IRB se confirma como a maior Resseguradora do Brasil e a maior Resseguradora Regional de origem ibero-americana; e encerra o exercício de 2020 sendo indiscutivelmente uma Companhia robusta com Ativos da ordem de R\$ 22,7 bilhões, Sólida com Patrimônio Líquido Total de R\$ 4,3 bilhões e Líquida com Ativos Financeiros da ordem de R\$ 8,3 bilhões, contando, ainda, com quadros humanos de gestão e/ou técnicos de elevado nível de qualidade e comprometidos em disciplina de custos e constante busca por eficiência.

O desempenho de 2020 foi marcado pela evolução prêmios emitidos em 12,7%, totalizando R\$ 9.596 milhões, ante R\$ 8.515 milhões no ano anterior.

As Provisões Técnicas evoluíram em R\$3,1 bilhões, alcançando a cifra de R\$ 13,5 bilhões contra R\$ 10,4 bilhões em 31.12.2019, um incremento de 29,7%.

O Resultado após impostos foi negativo de R\$ 1.521 milhões em 2020, todavia com claras tendências de melhorias já verificadas no segundo semestre de 2020.

No início de 2021, selecionamos uma firma líder mundial em consultoria estratégica para nos assessorar na revisão estratégica que já havíamos iniciado, incluindo análise de negócios, geografias e modelo operacional.

A Administração é pautada por visão de longo prazo, calçada na transparência e qualidade da informação a ser transmitida para os stakeholders, enfatizando a importância e as responsabilidades individuais para o alcance de metas que construirão a nova base do IRB Brasil RE, assegurando sua posição de liderança no mercado.

Confiamos no desempenho positivo do IRB para os anos vindouros a partir de 2021, colhendo os frutos da etapa de Limpeza (*Clean*), com a descontinuidade de contratos que asseguraram baixa margem e afetaram nossos resultados.

Com base nos pilares básicos de nossa estratégia empresarial sustentadas por atuação ética, com responsabilidade socioambiental, e dentro dos mais elevados padrões de governança corporativa (ESG) e gestão do negócio baseada em riscos (ERP), seguiremos “sem pressa, mas também sem pausa” na busca do retorno justo aos nossos acionistas, serviço de excelência aos clientes e parceiros de negócios, bem como na construção de um ambiente de qualidade e voltado para alta performance para nossos colaboradores.

Antônio Cássio dos Santos - CEO e Presidente do Conselho de Administração

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O mercado de resseguros guarda grande relação com o desenvolvimento econômico do país. No IRB Brasil RE, o desenvolvimento da sociedade é mais que um aspecto importante, faz parte da nossa estratégia. Por meio de iniciativas próprias, patrocínios, apoios e parcerias, investimos para melhorar a vida em sociedade, gerando propósito e construindo laços responsáveis com o mundo em que vivemos e com as pessoas com as quais nos relacionamos.

No campo social, em 2020, investimos R\$ 1 milhão por meio de verba direta para o patrocínio ao programa “Unidos Contra a Covid-19”, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. O investimento foi direcionado para o estudo da eficiência de medicamento já existentes no tratamento da Covid-19.

Realizamos ações sociais estratégicas voltadas para o engajamento de nossos colaboradores, em prol do bem da sociedade em geral. A campanha de volta às aulas arrecadou itens de material escolar direcionados a meninos e meninas atendidos pelo Instituto Reação, projeto que conta também com o patrocínio incentivado do IRB.

Já a campanha “Lado a lado por dias melhores” engajou os colaboradores em benefício dos 2.064 meninos e meninas atendidos pelo Instituto Reação, Sem Barreiras e Escola de Vólei Adriana Samuel. Os pais e mães dos alunos desses projetos socioesportivos, que o IRB já apoia, relataram diversas dificuldades desde o início da pandemia da Covid-19. Para cada doação realizada, o IRB contribuiu com a mesma quantia e, com isso, arrecadamos R\$ 12 mil para a aquisição de cartões-alimentação e refeição, para que as famílias desses jovens comprassem alimentos e produtos de higiene no mercado mais próximo de suas residências.

Em dezembro, em parceria com o União Rio, promovemos campanha de doação e distribuímos 14 toneladas de alimentos, beneficiando 5 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social de 46 comunidades das regiões Norte e Oeste do Rio de Janeiro e de municípios da Baixada Fluminense, como Japeri e Duque de Caxias. Ao todo, o IRB doou mil cestas básicas e estimulou que seus colaboradores também realizassem doações diretas para a ação Rio Contra Corona, que é gerida pelo Instituto Ekloos, Banco da Providência e Instituto Phi, com objetivo de minimizar os impactos causados pela Covid-19.

A estratégia de impulsionar o acesso à cultura, por meio de projetos enquadrados na Lei de Incentivo à Cultura, prioriza restauração e manutenção de museus, grandes exposições e projetos relacionados à música.

Nesse contexto, foram investidos R\$ 190 mil por meio de recursos próprios para patrocinar o acesso gratuito à exposição OSGEMEOS: Segredos, na Pinacoteca de São Paulo. A ação ofereceu 7.560 gratuidades para incentivar a volta do público e o retorno do setor cultural de acordo com o plano de reabertura do Estado de São Paulo. Seguindo o protocolo de flexibilização da fase verde, todos os ingressos foram reservados pela internet e a visita agendada, respeitando o limite de 840 pessoas por dia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva e Comitês Executivos e Estratégicos que assessoram a Diretoria e o Conselho de Administração. Esses órgãos desempenham funções específicas, de forma a assegurar transparência e melhores práticas de gestão e supervisão do desempenho. Conta ainda com uma Secretária, que responde diretamente pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração, bem como assegura que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente, de maneira segura, a todas as instâncias. O Conselho de Administração é composto por nove membros titulares, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de dois anos, sendo permitida a recondução. Oito dos nove membros são conselheiros independentes. O Conselho é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio; avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.

Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutária; Pessoas, Nomeação e Remuneração; Riscos e Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte da gestão do IRB Brasil RE.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa, em defesa da Companhia e dos seus acionistas. É instalado a pedido da Assembleia Geral dos Acionistas e atualmente integrado por quatro membros.

A Diretoria-Executiva é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos. No final de 2020, era integrada por um presidente e quatro vice-presidentes (Resseguros; Técnico e de Operações; Financeiro e de Relações com Investidores; Riscos, Conformidade e Jurídico), que atuam com o apoio de 12 diretores não estatutários.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na Política de Governança Corporativa, para assegurar a implantação de procedimentos eficazes de gestão.

Durante o ano de 2020 foram realizadas 50 reuniões do Conselho de Administração, 31 reuniões de seu Comitê de Auditoria, 63 reuniões de Diretoria e 23 reuniões do Conselho Fiscal e, além de, aproximadamente, 80 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 17 de agosto de 2020, o IRB Brasil RE informou ao mercado que apresentou representação criminal ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro acerca das irregularidades encontradas nas demonstrações contábeis da Companhia, inclusive aquelas divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, que levaram à reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020. Além disso, a Companhia realizou profundas mudanças em sua estrutura organizacional a fim de corrigir e prevenir futuros conflitos de interesse e concentrações de poder de decisão:

• Mudanças implementadas na Diretoria-Executiva

O número de posições estatutárias aumentou de três para cinco executivos, com os consequentes impactos em governança:

- Melhor segregação de funções e especificação das respectivas responsabilidades;
- Processo decisório compartilhado;
- Redução de conflito de interesses;
- Reforço na prestação de contas.

Para mitigar eventuais conflitos de interesses, foi implementado o duplo reporte nas funções de Compliance, Gestão de Riscos e Investimentos.

• Mudanças implementadas no Conselho de Administração

- Aumento do número de conselheiros de 8 para 9 e eliminação de suplências;
- Renovação abrangente do Conselho - 7 novos membros;
- Foco na composição do Conselho com equilíbrio entre habilidades, histórico e experiência;
- Membros com mais tempo de dedicação às atividades do Conselho e dos comitês de assessoramento;
- 8 de 9 conselheiros atendem aos critérios de independência estabelecidos pela B3;
- Presidente do Conselho temporariamente acumulando a posição de CEO.

• Mudanças implementadas nos Comitês de Assessoramento

- Revisão dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e de seus regimentos, contemplando a participação de especialistas externos.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Desde 2019, a Companhia possui seu capital pulverizado, sem controlador definido. Mesmo após a capitalização ocorrida em 2020, ela manteve seu status de Corporation, com 99% de ações em circulação negociadas em bolsa e 1% em Tesouraria. A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 segue conforme tabela abaixo:

Acionista	Número de ações	%
Grupo Bradesco Seguros	200.003.914	15,8%
Itaú Seguros	145.924.075	11,5%
Tesouraria	12.513.209	1,0%
Ações em circulação	909.449.133	71,7%
Total de ações	1.267.890.331	100,0%

GESTÃO DE RISCOS

A Companhia adota, desde 2013, uma política de gestão de riscos, com o objetivo de gerenciar, principalmente, riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo sua aplicação monitorada semestralmente pelo próprio Conselho, trimestralmente pelos Comitês de Gestão de Riscos e Solvência e de Auditoria Estatutária, e regularmente pela Diretoria da Companhia.

A Administração considera que a estrutura operacional implantada, em que estão integrados o mapeamento de processos, a identificação e classificação de riscos e os respectivos controles internos, para a verificação da efetividade da operação, estão em linha com o Enterprise Risk Management Framework do C.O.S.O.. Ressalta-se ainda que, a Companhia está em contínuo processo de revisão e revitalização de seus controles internos e, desde 2020, conta com o apoio de uma consultoria especializada no assunto.

A Companhia mantém uma Declaração de Apetite por Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, alinhada aos objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios.

Em setembro de 2020, a agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings (“S&P”) atribuiu o rating de crédito de emissor do IRB Brasil RE de “brAAA” na escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. A S&P também atribuiu o rating “brAAA” para a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia. Segundo a S&P, as mudanças recentes no Conselho e na Administração fortaleceram a governança e melhoraram a cultura de risco. Em novembro de 2020, a mesma agência atribuiu o rating “brAAA” para a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia.

Em dezembro de 2020, a agência A.M. Best, a mais antiga empresa especializada em avaliação de riscos do segmento de seguros, reafirmou o Rating de Força Financeira A- (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo do Emissor (ICR de Longo Prazo) “a-” da Companhia., em escala internacional. De acordo com comunicado divulgado pela agência, as classificações refletem a solidez do balanço patrimonial da Companhia, que a A.M. Best categoriza como o mais forte, bem como seu forte desempenho operacional, perfil de negócios neutro e gerenciamento de risco da empresa (ERM) marginal.

Com a visão de que a gestão de riscos é responsabilidade de toda a organização - Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores - a Companhia segue o modelo de três linhas de defesa, aderente aos preceitos determinados pela Circular SUSEP nº 517/2015, estabelecendo em normativos internos os papéis e as responsabilidades para cada uma delas. A primeira linha de defesa é representada pelas áreas operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. As Gerências de Riscos Corporativos e Compliance representam a segunda linha de defesa, enquanto a terceira linha é representada pela Auditoria Interna. Adicionalmente, os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na política de Governança Corporativa, sempre com vistas a colaborar na implantação de procedimentos eficazes.

O IRB Brasil RE anualmente realiza testes do Plano de Continuidade de Negócios e do Plano de Recuperação de Desastres, como cumprimento de exigências regulatórias e melhores práticas. São simulados cenários de indisponibilidade de acesso à sede do IRB e ao data center principal, no Rio de Janeiro, assim como de falha absoluta em redes de comunicação de voz e dados. Todos os sistemas críticos são também testados no site de contingência em São Paulo. A Companhia dispõe de um Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI) que norteia as ações relacionadas à segurança da informação, dividido em quadro domínios: Gestão de Segurança da Informação, Operações de Segurança Cibernética, Gestão de Vulnerabilidade e Ameaças e Gestão de Privacidade de Dados. O IRB tem a capacidade de agir rapidamente no caso de um ataque cibernético e conta com parceiros especializados para atuação rápida em caso de incidente, inclusive na modalidade 24 horas x 7 dias. Ademais, a Companhia ainda conta com uma apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Ao implementar seu novo modelo de governança, em 2020, que contemplou mudanças essenciais para o fortalecimento das práticas de Governança Corporativa, houve reforço ao seu compromisso com a manutenção da integridade e da ética em suas atividades.

Neste sentido, foram revisados o Estatuto Social e a Estrutura Organizacional da Companhia, que possibilitaram a descentralização da tomada de decisão por meio do aumento do número de posições estatutárias e a criação de seis comitês compostos integralmente por conselheiros e membros externos independentes.

Estes comitês possuem estrutura consultiva e atuam no assessoramento ao Conselho de Administração, sendo eles:

- Comitê de Auditoria Estatutária;
- Comitê de Riscos e Solvência;
- Comitê de Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos;
- Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos;
- Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração;
- Comitê de Ética, Sustentabilidade e Governança.

A Companhia mantém um Canal de Ética Corporativa que é gerenciado por uma empresa independente, que recebe de forma autônoma e segura as denúncias - inclusive anônimas - sobre atos ilícitos, violações aos princípios éticos, padrões de comportamento atípicos, violações às políticas e à legislação vigente, assim como infrações ao Código de Ética e Conduta. As denúncias são encaminhadas para análise, investigação e resolução de acordo com política definida, que leva em consideração o teor e objeto do relato, podendo ser canalizadas para a diretoria executiva ou mesmo para comitês de assessoramento ao conselho, notadamente os de Auditoria Estatutária e Ética, Sustentabilidade e Governança.

INOVAÇÃO

Ampliamos os investimentos em inovação, consciente de que o mercado de seguros e resseguros será completamente diferente em um futuro próximo, refletindo novas tecnologias e mudança de comportamento dos consumidores. Como líder do setor no Brasil, nos posicionamos como benchmark do mercado e motor da transformação digital, por meio de inovação e parcerias disruptivas que firmamos com fintechs e insurtechs que aceleram o uso de tecnologias de ponta, com blockchain e inteligência artificial. E nos preparamos, assim, para também apoiar os clientes em seus processos de digitalização.

• Insurtech Innovation Program

Como parte do nosso modelo de inovação aberta, fomentamos desde 2018 o Insurtech Innovation Program, desenvolvido em parceria com a PUC-Rio e uma seguradora, com o objetivo de realizar pesquisas e inovação na área de seguros e resseguros. Em 2020, a iniciativa, inédita no mercado, mobilizou em seus três ciclos 27 universitários de cursos e instituições diferentes e 25 colaboradores da Companhia, entre padrinhos e participantes, que apresentaram 22 projetos. Eles envolvem soluções para temas atuais como seguros intermitentes, seguros on demand, open insurance e os impactos da pandemia. Até aqui, o programa registra taxa de aproveitamento dos projetos de 23%, acima da média de iniciativas como esta. A edição 2021 será iniciada em março.

• Parceria com a B3

Firmamos parceria com B3 e estamos desenvolvendo uma plataforma inédita no país para conectar corretores, seguradoras e resseguradoras em uma única rede, permitindo que as operações envolvendo contratos de seguros e resseguros sejam realizadas via internet de forma mais ágil, segura e transparente. A ferramenta, que chegará ao mercado em 2021, é baseada na tecnologia blockchain e possibilitará concluir em segundos processos que hoje podem durar meses.

• IRB+Inteligência

Em novembro, lançamos o novo serviço de inteligência de dados do IRB Brasil RE: o IRB+Inteligência. Oferecemos ao mercado o Boletim IRB+Mercado, que resume as operações de seguros e resseguros a partir dos dados públicos disponibilizados pela Susep, com foco nos seguros de danos, responsabilidades e pessoas. A análise, que é publicada mensalmente, fica disponível, na íntegra, no site da companhia (www.irbre.com). No mesmo endereço, oferecemos ainda um painel de dados interativo, que permite fazer consultas dinâmicas aos dados. O Dashboard IRB+Mercado Segurador, como é chamado, foi desenvolvido pela Companhia, é gratuito, de fácil acesso e traz informações de todo o setor.

• Novas ferramentas e produtos

Diante das incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19 na economia e no mercado de seguros e resseguros, lançamos, em parceria com uma prestigiosa corretora de resseguros, uma ferramenta exclusiva que permite que as seguradoras analisem a exposição ao risco de suas carteiras de seguros de vida e habitacional e estimem tecnicamente possíveis perdas com sinistros. A análise também viabiliza formatar sob medida produtos com coberturas de pandemias, atendendo às expectativas dos segurados. O modelo, oferecido de forma gratuita aos clientes, é inédito no Brasil e foi adaptado para a realidade do nosso país.

Em setembro, o projeto CatHazard, apresentado na ABGR de 2019, virou realidade. A partir da ideia surgida no laboratório de inovação do Insurtech Innovation Program, desenvolvemos uma ferramenta robusta. O grande diferencial é a nova visualização dos portfólios de riscos, de maneira ágil e objetiva, em um painel interativo e amigável, apresentando diversos indicadores e cenários que contribuem com as análises diárias. Hoje, a plataforma permite um controle maior das exposições.

continua

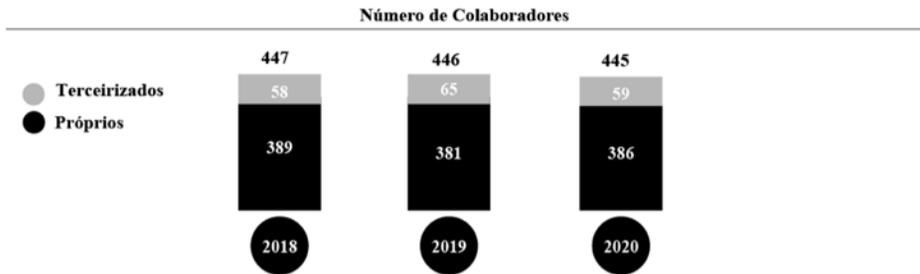
Também licenciamos plataforma inglesa de georreferenciamento de dados, inédita na América Latina, que pode reduzir pela metade o tempo de análise de exposição de um ativo a riscos específicos, como inundações, terremotos e furacões. Desenvolvida pela startup Insurdata, especializada no setor de seguros e resseguros, a ferramenta inova ao localizar com precisão e alta resolução endereços em qualquer parte do planeta e dar acesso em tempo real a diversas informações agregadas. No dia a dia, permite aos nossos subscritores apurar informações mais precisas e produzir análises de riscos de alta precisão com mais rapidez.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

• Capital Humano

As pessoas estão no centro de dois valores do IRB Brasil RE: Espírito de Equipe, pelo entendimento de que os colaboradores formam um time e que a Companhia cresce com as diferenças e o respeito aos outros; e Reconhecimento, com a valorização dos profissionais que fazem o IRB acontecer e a celebração de cada conquista.

No encerramento de 2020, atuavam na Companhia 445 colaboradores, sendo 386 empregados próprios e 59 terceirizados. Entre os empregados, 54% eram homens e 46%, mulheres. Dos cargos de gestão, 33% são ocupados por mulheres. A taxa de rotatividade no ano foi de 12,7% (10,2% em 2019).



Atento ao bem-estar de nossos colaboradores, realizamos campanhas anuais de engajamento, em parceria com a consultoria Mercer. Em 2020, o acompanhamento do engajamento da organização foi realizado por meio de reuniões do Comitê de Engajamento, que envolve diferentes áreas, percepções e ideias para assegurar um ambiente de trabalho saudável, com equipes e colaboradores comprometidos. Outras iniciativas incluem o Programa de Qualidade de Vida e campanhas com o foco na saúde, como as de vacinação, contratação do Gympass, com objetivo de estimular a prática do exercício físico, criação do canal Com Você, que busca prover suporte para demandas de atendimento psicológico, jurídico (exceto temáticas do direito trabalhista) e financeiro.

No ano, foi estabelecido home-office para que todos os empregados pudessem desempenhar suas atividades com saúde e segurança. E por meio do programa Jovem Aprendiz promovemos a inclusão social. Até 2020, 21 jovens foram convertidos em estagiários, dos quais 19% foram efetivados.

Para manter e atrair talentos, oferecemos um pacote de benefícios que inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, seguro de vida, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e reembolso para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho. Adicionalmente, 91% dos empregados aderiram ao plano de previdência complementar, que tem coparticipação da Companhia.

O Código de Conduta do IRB estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, etnia, orientação sexual, religião ou outras. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantemos uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.

• Fornecedores

A Companhia adota critérios rigorosos na contratação de fornecedores, incluindo, por exemplo, a política de *Know Your Supplier* (KYS), em que uma due diligence é realizada antes da assinatura dos contratos para assegurar que os fornecedores cumpram a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como não utilizem trabalho infantil ou escravo e adotem práticas que evitem eventual sinistro ou passivo socioambiental.

• Aspectos Ambientais

O ano de 2020 foi atípico para todos, inclusive para as empresas. Como medidas de prevenção à Covid-19, o IRB Brasil RE adotou o trabalho em home office e reformulou seus escritórios, respeitando o distanciamento e capacidades máximas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, tornaram-se rotina na empresa a aferição de temperatura, consultas a profissionais da saúde e o acompanhamento das condições de saúde dos empregados por meio de um aplicativo para celular, sempre respeitando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Ponto de destaque também durante o período de pandemia foi a redução da utilização dos recursos naturais como água e energia, além dos consumíveis de limpeza e higiene, com redução de até 51% nessas categorias.

O IRB Brasil RE tem adotado práticas que visam reduzir os danos ao meio ambiente, como a digitalização de processos físicos, programa de reciclagem de lixo, não utilização de copos plásticos, uso eficiente de água e luz e a contratação de empresa certificada para o descarte do lixo eletrônico. Desde 2017, os empregados da Companhia participam das iniciativas de redução da produção de resíduos, por meio do programa Reduza Seus Resíduos. Cada colaborador recebeu um copo reutilizável - chamado Menos 1 Lixo - e, na sequência, uma caneca de cerâmica para o cafezinho. Com a iniciativa, deixou-se de utilizar, anualmente, mais de 370 mil copos plásticos de água e outros 110 mil de café.

Desde 2019, há um sistema de automação energética do prédio-sede, no Rio de Janeiro, pelo qual o consumo energético pode ser acompanhado de maneira remota. Em uma segunda fase, será possível também remotamente acender e apagar luzes e acionar a refrigeração. Está previsto também instalar um novo sistema de controle de uso de água, detectando desperdícios. Esse prédio conta também com telhado verde, com cobertura vegetal que proporciona benefícios como, por exemplo, redução da temperatura interna e consequente economia de energia, isolamento acústico e bicicletário com tomadas para bicicletas elétricas.

No prédio da filial de São Paulo há reutilização de água de chuva, vidros projetados para reduzir calor interno e, consequentemente, consumo de energia, bicicletário e tomadas para carregar carro elétrico. O edifício tem certificação Leed Core Shell prata concedida pela Green Build Council para construções autossustentáveis.

• Aspectos Sociais

A companhia expressa seu compromisso de promover o desenvolvimento da sociedade por meio de iniciativas próprias, apoios e parcerias na execução de projetos de responsabilidade social, assim como patrocina ações esportivas e socioculturais.

ENQUADRAMENTO DE LIQUIDEZ REGULATÓRIA E SOLVÊNCIA REGULATÓRIA

Vivenciamos um desenquadramento regulatório, efeito de ativos que a regulação vigente não considera como aptos para compor esse parâmetro. É o caso de cartas de crédito com colateralidade mantidas no exterior, alguns títulos a receber, investimentos em coligadas, imóveis de propriedade da companhia, ou seja, ativos com liquidez de médio ou longo prazo. Com isso a Companhia buscou planos de contingência, concluídos em 2020 e os quais foram apresentados e devidamente aprovados pelo regulador em seu Plano de Regularização de Liquidez (PRL), a saber:

Subscrição de Ações: Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2,3 bilhões, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias.

Debêntures: Em 28 de outubro de 2020, a Companhia anunciou a liquidação da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries da Companhia, perfazendo o montante total de R\$ 597,4 milhões. Em 22 de dezembro de 2020, foi anunciada a liquidação financeira de sua 2ª emissão de debêntures, que totalizou R\$ 229,2 milhões.

Com as duas ações implementadas como parte do Plano de Contingência, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou com um superávit ou suficiência de ativos elegíveis de R\$ 542,6 milhões - excluindo-se a margem adicional de 20% sobre o capital de risco -, em comparação a um déficit ou insuficiência de R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia continuou em 2021 com seu plano de contingência. Em janeiro, concluiu acordo judicial com a Eletronorte para reaver o montante de R\$ 358,0 milhões como ressarcimento de sinistro envolvendo interrupção de energia elétrica fornecida pela Eletronorte. O referido acordo prevê o pagamento no valor líquido de R\$307 milhões após homologação judicial.

No que se refere à solvência da Companhia, esse indicador está em linha com os padrões internacionais. Em dezembro de 2020, o índice de solvência regulatória era de 167% (Patrimônio Líquido Ajustado/Capital Mínimo Requerido) e índice de solvência total de 226% (Patrimônio Líquido/Capital Mínimo Requerido).

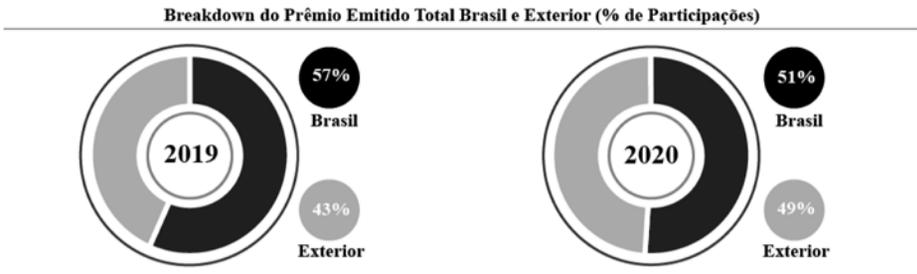
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

No ano de 2020, o volume total de prêmio emitido cresceu 12,7% em relação a 2019, totalizando R\$9.596,1 milhões.

O prêmio emitido no Brasil totalizou R\$4.874,2 milhões, o que representou um incremento de 1,0%, refletindo a resiliência do negócio em um ano de pandemia.

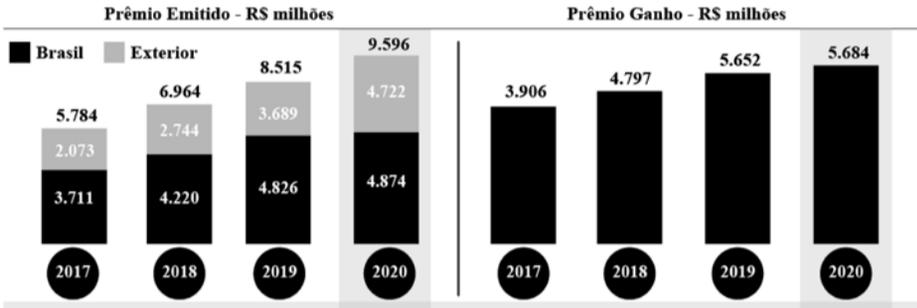
O prêmio emitido no exterior foi de R\$4.721,9 milhões, com aumento de 28,0% em relação a 2019. A maior contribuição do prêmio emitido no exterior em 2020 decorre, principalmente, do efeito positivo da variação cambial no período.



No ano de 2020, a despesa com retrocessão apresentou um aumento de 89,6%, refletindo principalmente o endurecimento do mercado (hard market), com consequente redução da oferta de capacidade. Outro fator que colaborou para o incremento do custo de retrocessão foi o programa de transferência de reservas técnicas (LPT - Loss Portfolio Transfer) na modalidade de proteção estruturada, com objetivo de reduzir a insuficiência de liquidez regulatória. Como consequência, o índice de retrocessão da Companhia subiu de 26,1% em 2019 para 44,0% em 2020.

Em 2020, o total do prêmio retido foi de R\$5.376,6 milhões, uma redução de 14,5% em relação ao ano anterior, como reflexo do incremento da despesa de retrocessão.

O total de prêmio ganho nos doze meses do ano foi de R\$5.683,6 milhões, aumento de 0,6% em relação a 2019, devido ao efeito positivo na variação das provisões técnicas.



• Sinistro Retido

Em 2020, o sinistro retido total foi de R\$5.812,4 milhões, crescimento de 55,0% em relação ao mesmo período reapresentado de 2019. O índice de sinistralidade total apresentou aumento de 35,9 p.p, ante ao mesmo período do ano anterior, saindo de 66,4% para 102,3%.

O aumento no sinistro retido no ano de 2020 pode ser explicado pelo seguintes fatores (i) contratos subscritos em anos anteriores que visavam apenas ao crescimento, sem foco nas margens; (ii) contratos que, em razão do cenário pandêmico, apresentaram maior celeridade no processo de atualização de reservas para alguns sinistros vultosos; (iii) ajustes cambiais dos sinistros em moeda estrangeira em decorrência do cenário de desvalorização do real frente ao dólar.

• Resultado de Subscrição (Underwriting)

Em 2020, portanto, o resultado de subscrição foi fortemente impactado pelo aumento na sinistralidade, levando a um resultado negativo de R\$1.577,2 milhões.

• Resultado Financeiro

Em 2020, o resultado financeiro e patrimonial foi de R\$125,2 milhões, o que representou redução de 86,6% em relação ao ano anterior. A queda do resultado financeiro no ano foi, primordialmente, decorrente da redução expressiva das taxas de juros.

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", caso os tenha.

• Despesa Administrativa

Em 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$313,0 milhões, incremento de 2,7% em relação a 2019 (R\$ 304,8 milhões), decorrentes de despesas jurídicas e de auditoria externa.

Apesar do aumento nas despesas gerais e administrativas, o índice das despesas gerais e administrativas ficou estável em 5,5% em relação a 2019, reforçando a eficiência administrativa da Companhia.

• Resultado Líquido

No ano de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$1.521,3 milhões comparado a um lucro líquido de R\$1.210,1 milhões em 2019.

IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19

Os relatórios produzidos pelo Comitê de Crise e distribuídos pelas áreas operacionais, visaram potencializar as avaliações realistas e amplas com vistas a identificar os impactos da Covid-19 para a Companhia. Não foram observados impactos expressivos relacionados com a Covid-19 para a Companhia no curso deste exercício e tampouco até a data deste relatório. Para detalhamento dos impactos da Covid-19 por linhas de negócio, veja Nota Explicativa 29.1.

PROVENTOS

A despeito das diversas medidas para sanar as insuficiências regulatórias de conhecimento do mercado, a certificação formal da sua regularização só pôde ser apurada com a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020. Nesse sentido, tendo em vista as regras prudenciais, em especial o disposto no art. 87 do Decreto-Lei nº 73/66, a Diretoria-Executiva do IRB Brasil RE, em 28 de dezembro de 2020, informou que o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), previsto para 29 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 28,0 milhões, foi adiado até que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP certifique formalmente o cumprimento dos índices regulatórios exigidos no Plano de Regularização de Liquidez (PRL) apresentado pela Companhia e devidamente aprovado pela referida Autarquia.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que o IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da PricewaterhouseCoopers (PwC) não sejam afetados, quanto à independência e à objetividade necessários ao seu trabalho com a Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a PwC prestou serviços adicionais no valor total de R\$4 milhões, referentes à investigação e serviços de tecnologia forense, incluindo serviços de armazenamento de dados eletrônicos relacionados com as investigações (Hosting). Este valor corresponde a 51% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa prestados no mesmo período.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representou situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Sobre o contrato de prestação de serviços de Auditoria Atuarial Independente com a E&Y, conforme requerido pela Resolução CNSP 321/2015, o valor total dos honorários contratados para os serviços de auditoria externa para o ano de 2020 foi de R\$374 mil. O percentual dos serviços adicionais (extra-auditoria) em relação aos honorários de auditoria foi de 149%. Alguns dos serviços adicionais contratados foram: (i) Serviço de Hacker Ético para segurança de informação; (ii) Estudo sobre cessão preferencial de riscos a resseguradores; (iii) Revisão e consultoria tributária, entre outros.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 59 de seu Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Importante ressaltar que, em obediência ao artigo 130 da Circular SUSEP nº 517/2015 e à reiterada determinação da SUSEP de reclassificar certas variações cambiais de provisões estimadas como despesas operacionais, em especial, àquela ultimada no Ofício Eletrônico nº 63/2020/COPRA/CGMOP/DIR4/SUSEP, o IRB Brasil RE, para fins estritamente regulatórios, publicará, até o dia 28 de fevereiro do corrente, demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, seguindo as determinações da SUSEP, conforme elucidado em nota explicativa.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas, debenturistas e clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos corretores pelo apoio e confiança em nossa missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em inovação e sustentabilidade.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
CIRCULANTE		15.407.587	10.576.317	15.423.203	10.987.890	CIRCULANTE		16.695.470	12.272.023	16.826.491	12.336.252
DISPONÍVEL	5	14.190	24.895	14.563	35.864	CONTAS A PAGAR		559.388	150.305	690.409	214.534
Caixa e equivalentes de caixa		14.190	24.895	14.563	35.864	Obrigações a pagar	16	437.148	69.345	450.564	101.694
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.1	3.880.318	813.521	3.852.340	848.227	Impostos e encargos sociais a recolher		38.742	13.869	39.005	14.085
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES						Provisões trabalhistas		10.918	10.336	11.051	10.639
Operações com seguradoras	7.1	5.764.412	5.571.827	5.764.412	5.571.827	Provisões para benefícios pós-emprego	26.4	43.886	40.269	43.886	40.269
Operações com resseguradoras	7.2	4.193.770	3.781.669	4.193.770	3.781.669	Impostos e contribuições a recolher	18	24.534	16.486	141.743	47.847
Outros créditos operacionais	7.2	1.496.530	1.688.579	1.496.530	1.688.579	Empréstimos e financiamentos	17	4.160	-	4.160	-
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(65.060)	(33.811)	(65.060)	(33.811)	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	19.1	2.569.668	1.586.225	2.569.668	1.586.225
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS						Operações com seguradoras		4.489	2.095	4.489	2.095
Prêmios - retrocessão	9.2	1.352.762	1.143.675	1.352.762	1.143.675	Operações com resseguradoras		2.336.361	1.411.102	2.336.361	1.411.102
Sinistros - retrocessão	9.1	3.732.920	2.556.476	3.732.920	2.556.476	Corretores de resseguros e retrocessões		181.384	143.298	181.384	143.298
Outras provisões	9.3	7.755	7.767	7.755	7.767	Outros débitos operacionais		47.434	29.730	47.434	29.730
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER						DEPÓSITOS DE TERCEIROS	8	317.441	336.409	317.441	336.409
Títulos e créditos a receber	10	357.061	55.113	389.126	419.392	PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		13.248.973	10.199.084	13.248.973	10.199.084
Títulos de crédito privado		307.132	-	307.132	-	RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		13.248.973	10.199.084	13.248.973	10.199.084
Outros títulos de crédito		49.929	55.113	81.994	419.392	Provisão de prêmios não ganhos	20.1	3.278.614	2.904.439	3.278.614	2.904.439
Créditos tributários e previdenciários	11.1	171.195	301.326	182.348	302.941	Riscos vigentes emitidos		2.969.835	2.631.505	2.969.835	2.631.505
DESPESAS ANTECIPADAS						Riscos vigentes não emitidos		308.779	272.934	308.779	272.934
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	119.436	93.044	119.436	93.044	Sinistros a liquidar	20.2	6.417.059	4.841.870	6.417.059	4.841.870
NÃO CIRCULANTE		7.182.354	6.817.351	7.297.759	6.513.361	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	20.2	3.341.396	2.217.633	3.341.396	2.217.633
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						Outras provisões	20.3	211.904	235.142	211.904	235.142
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.1	4.461.615	3.608.792	4.461.615	3.630.946	NÃO CIRCULANTE		1.638.341	1.176.495	1.638.341	1.219.849
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	9.2	68.386	29.038	68.386	29.038	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.638.341	1.176.495	1.638.341	1.219.849
Prêmios - retrocessão		68.386	29.038	68.386	29.038	CONTAS A PAGAR		1.297.884	443.977	1.297.884	486.279
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER						Provisões para benefícios pós-emprego	26.4	474.143	434.328	474.143	434.328
Títulos e créditos a receber	10	523.145	867.443	523.145	889.416	Empréstimos e financiamentos	17	816.476	-	816.476	-
Títulos de crédito privado		387.600	636.278	387.600	636.278	Obrigações a pagar	16	7.265	9.649	7.265	51.951
Outros títulos de crédito		135.545	231.165	135.545	253.138	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	19.1	789	789	789	789
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.296.791	643.640	1.367.257	585.399	Outros débitos operacionais		789	789	789	789
Créditos tributários	11.1	165.843	44.726	233.786	44.713	PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES	20.1	282.999	232.662	282.999	232.662
Ativo fiscal diferido	11.1	1.130.948	598.914	1.133.471	540.686	RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		282.999	232.662	282.999	232.662
Depósitos judiciais e fiscais	23	615.684	694.585	615.684	694.585	Provisão de prêmios não ganhos		282.999	232.662	282.999	232.662
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	11.558	9.885	11.558	9.885	Riscos vigentes emitidos		271.151	219.196	271.151	219.196
INVESTIMENTOS						Riscos vigentes não emitidos		11.848	13.466	11.848	13.466
Participações societárias	4.1	61.870	832.360	22.323	15.857	Outros débitos		56.669	499.067	56.669	500.119
Imóveis destinados à renda	13	4.885	5.200	89.112	531.444	Contingências cíveis e trabalhistas	23	56.669	47.977	56.669	48.174
Outros Investimentos		211	138	210	138	Obrigações fiscais	23	-	451.090	-	451.945
IMOBILIZADO	14	72.505	81.870	72.582	81.952	TOTAL DO PASSIVO		18.333.811	13.448.518	18.464.832	13.556.101
INTANGÍVEL	15	65.704	44.400	65.887	44.701	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	4.256.130	3.945.150	4.256.130	3.945.150
TOTAL DO ATIVO		22.589.941	17.393.668	22.720.962	17.501.251	Capital social		4.219.524	1.953.080	4.219.524	1.953.080
						Capital social autorizado		1.953.080	1.953.080	1.953.080	1.953.080
						Aumento de capital em aprovação		2.300.000	-	2.300.000	-
						Gasto com emissão de ações		(33.556)	-	(33.556)	-
						Reservas de capital		1.006	-	1.006	-
						Ações em tesouraria	24.2	(283.760)	(12.197)	(283.760)	(12.197)
						Reservas de lucros		674.075	2.195.338	674.075	2.195.338
						Ajustes de avaliação patrimonial	24.3	(354.715)	(191.071)	(354.715)	(191.071)
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.589.941	17.393.668	22.720.962	17.501.251

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método direto) - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Recebimentos de prêmios	9.914.131	6.873.485	9.914.131	6.873.485	Gasto com emissão de ações	(33.556)	-	(33.556)	-
Recuperações de sinistros e comissões	1.558.621	1.295.333	1.558.621	1.295.333	Ágio na emissão de ações	1.006	-	1.006	-
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais - salvados, ressarcimentos e outros	66.142	217.759	66.142	217.759	Emissão de Debêntures	826.632	-	826.632	-
Pagamentos de sinistros	(6.663.461)	(5.650.157)	(6.663.461)	(5.650.157)	Custo na emissão de debêntures	(9.792)	-	(9.792)	-
Pagamentos de despesas de sinistros, comissões e outros	(1.532.338)	(1.110.437)	(1.532.338)	(1.110.437)	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(925.421)	-	(925.421)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(2.800.682)	(1.945.472)	(2.800.682)	(1.945.472)	Aquisição das próprias ações	(270.870)	-	(270.870)	-
Pagamentos de despesas e obrigações	(448.915)	(494.223)	(556.397)	(536.862)	Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	2.813.420	(925.421)	2.813.420	(925.421)
Recebimentos operacionais das controladas - venda de participação em shopping centers, imóveis e fundo imobiliário	-	-	877.484	206.075	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	67.723	(58.824)	57.127	(63.985)
Recebimentos operacionais das controladas - aluguéis e taxa de gestão e performance	-	-	81.800	110.781	Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(78.428)	56.718	(78.428)	56.718
Recebimentos de juros e dividendos	324	5.257	324	5.480	Redução de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	(10.705)	(2.106)	(21.301)	(7.267)
Reversão de depósitos judiciais	18.312	(25.240)	18.312	(25.240)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.895	27.001	35.864	43.131
Caixa gerado pelas (consumido nas) operações	112.134	(833.695)	963.936	(559.255)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.190	24.895	14.563	35.864
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(64.208)	(216.951)	(134.344)	(237.266)	Conciliação entre o lucro líquido (prejuízo) do exercício e o caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(1.521.263)	1.210.120	(1.521.263)	1.210.120
Investimentos financeiros					Lucro líquido (prejuízo) do exercício	44.773	42.545	44.831	45.363
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(8.765.167)	(7.188.525)	(9.543.155)	(7.219.737)	Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do exercício				
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	6.331.757	8.966.911	7.227.019	8.956.577	Depreciações e amortizações	44.773	42.545	44.831	45.363
Investimentos financeiros líquidos	(2.433.410)	1.778.386	(2.316.136)	1.736.840	Constituição(reversão) de provisão de créditos de liquidação duvidosa	31.249	(2.463)	31.249	(2.463)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(2.385.484)	727.740	(1.486.544)	940.319	Constituição de perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	53	-	53
Atividades de investimento					Ganho na alienação de imobilizado	(8.574)	(8.813)	(8.574)	(8.813)
Aplicações de investimentos disponíveis para venda	(5.993.989)	(3.829.320)	(5.993.989)	(4.189.826)	Resultado de equivalência patrimonial	(135.657)	(458.367)	-	-
Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	4.843.505	3.762.187	4.778.356	4.144.442	Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	78.428	(56.718)	78.428	(56.718)
Dividendos - Participações societárias	359.534	258.022	-	-	Outros ajustes	2.882	151	152	(28.897)
Redução de capital - Participações societárias	484.851	-	-	-	Variações nas contas patrimoniais				
Pagamento pela compra de:					Aplicações financeiras	(2.818.185)	1.522.167	(2.689.130)	1.419.959
Investimentos	-	(34.438)	-	(15.880)	Créditos das operações de seguros e resseguros	(223.834)	(1.143.502)	(223.834)	(1.143.502)
Imobilizado	(3.514)	(4.313)	(3.516)	(4.313)	Ativos de retrocessão	(1.424.867)	(710.622)	(1.424.867)	(710.622)
Intangível	(56.567)	(25.835)	(56.567)	(25.860)	Imóveis destinados à renda	-	-	405.959	137.914
Arrendamento mercantil	(3.608)	(2.364)	(3.608)	(2.364)	Créditos fiscais e previdenciários	(572.550)	(278.655)	(583.703)	(253.579)
Recebimento pela venda de:					Despesas antecipadas	1.135	3.213	1.135	3.209
Investimentos	-	14.840	-	14.840	Custos de aquisição diferidos	(28.065)	(32.635)	(28.065)	(32.635)
Imobilizado	9.575	78	9.575	78	Títulos e créditos a receber	42.350	(520.695)	349.996	(902.385)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimento	(360.213)	138.857	(1.269.749)	(78.883)	Depósitos judiciais e fiscais	78.901	(41.612)	78.901	(41.612)
Atividades de financiamento					Contas a pagar	369.137	(123.303)	277.349	(63.427)
Aumento de capital	2.300.000	-	2.300.000	-	Impostos e contribuições	32.921	(67.036)	60.209	(26.190)
					Débitos de operações com seguros e resseguros	983.443	181.432	983.443	181.432
					Depósitos de terceiros	(18.968)	(91.016)	(18.968)	(91.016)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais												
	Capital Social					Reservas de lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
	Capital autorizado	Aumento de Capital em aprovação	Gasto com emissão de ações	Reservas de Capital	Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva de lucros estatutária	Reserva especial	dividendo mínimo obrigatório	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.953.080	-	-	-	(12.956)	107.192	1.487.917	-	(113.381)	(369.132)	578.928	3.631.648
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.619	-	-	5.619
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.047)	-	-	(71.047)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.262)	-	-	(12.262)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210.120	-	1.210.120
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.690)	1.210.120	-	1.132.430
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(578.928)	(593.465)
Dividendo adicional pago do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	(14.537)	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	(369.132)	-	-	369.132	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	60.506	-	-	-	(60.506)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	1.058.589	-	(1.058.589)	-	-
Constituição de reserva de lucros estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	91.025	(91.025)	-	-
Constituição de reserva legal de dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(226.222)	-	-	-	-	(226.222)
Instrumentos patrimoniais outorgados	-	-	-	-	759	-	-	-	-	-	-	759
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	759	60.506	(609.891)	1.058.589	91.025	(840.988)	(578.928)	(818.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.953.080	-	-	-	(12.197)	167.698	878.026	1.058.589	91.025	(191.071)	-	3.945.150
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.953.080	-	-	-	(12.197)	167.698	878.026	1.058.589	91.025	(191.071)	-	3.945.150
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.508)	-	(32.508)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.648)	-	(37.648)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.488)	-	(93.488)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.521.263)	(1.521.263)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(163.644)	(1.521.263)	(1.684.907)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(878.026)	(643.237)	-	-	1.521.263	-
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação	-	2.300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.300.000
Gasto com emissão de ações	-	-	(33.556)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.556)
Ágio na emissão de ações	-	-	-	1.006	-	-	-	-	-	-	-	1.006
Aquisição das próprias ações	-	-	-	-	(270.870)	-	-	-	-	-	-	(270.870)
Ações outorgadas, canceladas e perda de direito	-	-	-	-	(693)	-	-	-	-	-	-	(693)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.300.000	(33.556)	1.006	(271.563)	-	(878.026)	(643.237)	-	-	1.521.263	1.995.887
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.953.080	2.300.000	(33.556)	1.006	(283.760)	167.698	-	415.352	91.025	(354.715)	-	4.256.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro					Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					Em milhares de reais					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Prêmios emitidos líquidos		8.309.558	7.338.051	8.309.558	7.338.051	Receita com operação de seguros	8.309.558	7.338.051	8.309.558	7.338.051
Variações das provisões técnicas		171.111	(728.032)	171.111	(728.032)	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(31.249)	2.463	(31.249)	2.463
PRÊMIOS GANHOS	25.1	8.480.669	6.610.019	8.480.669	6.610.019	Variação das provisões técnicas	171.111	(728.032)	171.111	(728.032)
SINISTROS OCORRIDOS	25.2	(8.438.864)	(5.140.525)	(8.438.864)	(5.140.525)	Outras	(299.159)	(237.549)	(121.561)	(237.549)
Sinistros diretos		(7.776.421)	(5.852.926)	(7.776.421)	(5.852.926)	Receita líquida operacional	8.150.261	6.374.933	8.327.859	6.374.933
Salvados e ressarcimentos		45.523	887.133	45.523	887.133	Despesas				
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(707.966)	(174.732)	(707.966)	(174.732)	Sinistros	(7.776.421)	(5.852.926)	(7.776.421)	(5.852.926)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	25.3	(257.366)	(162.141)	(257.366)	(162.141)	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(707.966)	(174.732)	(707.966)	(174.732)
Comissões		(257.366)	(162.141)	(257.366)	(162.141)	Salvados e ressarcimentos	45.523	887.133	45.523	887.133
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS						Insusos adquiridos de terceiros				
OPERACIONAIS	25.5	(81.617)	(75.159)	(81.617)	(75.159)	Materiais, energia e outros	(22.957)	(49.331)	(23.604)	(49.526)
RESULTADO COM RETROCESSÃO	25.4	(1.268.943)	(541.086)	(1.268.943)	(541.086)	Serviços de terceiros, comissões líquidas	(59.885)	(40.941)	(62.171)	(43.589)
Receitas com retrocessões		2.664.288	1.793.304	2.664.288	1.793.304	Valor adicionado bruto	(371.445)	1.144.136	(196.780)	1.141.293
Despesas com retrocessões		(3.919.511)	(1.924.425)	(3.919.511)	(1.924.425)	Depreciação, amortização e exaustão	(44.773)	(42.545)	(44.831)	(45.363)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário		(24.735)	(440.717)	(24.735)	(440.717)	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(416.218)	1.101.591	(241.611)	1.095.930
Outras receitas operacionais líquidas		11.015	30.752	11.015	30.752	Valor adicionado recebido em transferência				
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	25.6	(306.682)	(269.582)	(319.681)	(329.661)	Resultado financeiro	-	325.881	-	467.760
DESPESAS COM TRIBUTOS	25.7	(111.093)	(96.911)	(140.039)	(121.080)	Resultado com retrocessão	(1.268.943)	(541.086)	(1.268.943)	(541.086)
RESULTADO FINANCEIRO	25.8	(130.483)	325.881	(111.604)	467.760	Resultado com equivalência patrimonial	135.657	458.367	-	-
RECEITAS FINANCEIRAS		411.130	713.683	503.405	888.454	Outras	(3.364)	10.609	20.578	477.611
Despesas financeiras		(541.613)	(387.802)	(615.009)	(420.694)	Valor adicionado total a distribuir	(1.552.868)	1.355.362	(1.489.976)	1.500.215
RESULTADO PATRIMONIAL	25.9	134.860	471.010	210.837	476.855	Distribuição do valor adicionado				
Receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas		(315)	(315)	201.450	464.204	Pessoal	176.501	136.934	186.544	194.142
Ajustes de investimentos em controladas		135.657	458.367	-	-	Impostos, taxas e contribuições	(338.589)	8.308	(266.861)	95.953
Outras receitas (despesas) patrimoniais, líquidas		(482)	12.958	9.387	12.651	Resultado financeiro	130.483	-	111.604	-
RESULTADO OPERACIONAL	(1.979.519)	1.121.506	(1.926.608)	1.184.982	1.184.982	Juros sobre capital próprio	-	226.222	-	226.222
GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		8.574	11	(1.555)	11	Lucros retidos (prejuízos absorvidos) do exercício	(1.521.263)	983.898	(1.521.263)	983.898
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(1.970.945)	1.121.517	(1.928.163)	1.184.993	Valor adicionado distribuído	(1.552.868)	1.355.362	(1.489.976)	1.500.215
Imposto de renda	25.10	281.183	56.612	249.769	11.339					
Contribuição social	25.10	168.499	31.991	157.131	13.788					
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(1.521.263)	1.210.120	(1.521.263)	1.210.120					
QUANTIDADE DE AÇÕES		1.255.286.531	931.246.200	1.255.286.531	931.246.200					
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	24.4	(1,58)	1,30	(1,58)	1,30					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1.1. Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital aberto, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires e Londres. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Conforme descrito na nota explicativa 1.2.2, em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE determinou a instalação de procedimento de apuração de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Considerando os indícios de irregularidades como resultado do andamento dessa apuração, a Administração da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, adotou procedimentos adicionais de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de forense, para verificar a existência de manipulações de informações e dados contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, bem como os trimestres findos em 2019. Como consequência, a Administração concluiu, em junho de 2020, que estas demonstrações contábeis e informações trimestrais continham erros materiais. Desta forma, a Companhia discutiu esta conclusão com os seus auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e reapresentou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e informações trimestrais de 2019.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2021.

1.2. Informações complementares

1.2.1. Impactos causados pelo novo coronavírus ("COVID-19")

Como resultado do surto global de uma nova cepa de coronavírus, ou COVID-19, surgiram incertezas econômicas que continuam a ter um impacto adverso nas condições econômicas e de mercado globais, incluindo o Brasil. Em particular e no interesse da saúde e segurança pública, os governos estaduais e municipais no Brasil exigiram o fechamento obrigatório de comércio, indústrias e operações não essenciais ("lockdown").

Em resposta ao surto, a Companhia implementou várias medidas destinadas a proteger a saúde de seus funcionários e a estabilidade de suas operações, incluindo: a implementação de uma política de trabalho em casa e várias medidas preventivas relacionadas, suporte remoto ao cliente por nossa equipe. Além disso, em março de 2020, o IRB Brasil RE formou um comitê para se antecipar aos próximos estágios da crise e desenvolver um plano estratégico de ações, visando estar preparado para enfrentar os potenciais impactos trazidos pela pandemia.

Com o intuito de apoiar os estudos sobre a eficácia de medicamentos no tratamento do COVID-19, a Companhia realizou doação para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), líder da campanha "Unidos contra a COVID-19".

Como produto do Comitê, a Companhia lançou em maio de 2020 uma ferramenta exclusiva que analisa riscos de pandemia e permite que as seguradoras analisem e estimem tecnicamente possíveis perdas com sinistros relacionados ao COVID-19. Os principais impactos nas operações da Companhia decorrentes dos efeitos da pandemia na economia brasileira e mundial estão relacionados ao incremento das despesas financeiras, em decorrência da desvalorização do real frente às principais moedas para contratos.

A extensão do impacto do COVID-19 no desempenho operacional e financeiro ainda dependerá de desenvolvimentos futuros, incluindo a duração e a propagação do surto e seu impacto sobre os clientes da Companhia, e, portanto, não pode ser prevista. Se a pandemia ou a desaceleração econômica resultante continuarem a piorar, poderá ser experimentado pela

Companhia mais sinistros ou níveis mais altos de provisões técnicas, o que poderia ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais e fluxos de caixa. A análise dos impactos esperados nos ramos de negócio da Companhia estão descritos com mais detalhes na Nota explicativa 29.1. A Administração continuará monitorando ativamente a situação e pode tomar outras ações que alterem suas operações comerciais, conforme exigido pelas autoridades federais, estaduais ou municipais, ou que determine que sejam do melhor interesse de seus funcionários, clientes e acionistas.

1.2.2. Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

Em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE determinou a instalação de procedimento de apuração de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020 foi concluída a investigação independente realizada pela KPMG Assessores Ltda. e Felsberg Advogados sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. Esta investigação identificou os responsáveis pela disseminação de informação inverídica acerca da base acionária da Companhia - notadamente no tocante a Berkshire Hathaway -, os quais praticaram estes atos irregulares, em caráter individual, fora de seus mandatos e de seus poderes regulares de gestão.

Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Brasil RE e suas controladas.

A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração em 2.850.000 ações.

A Companhia apresentou as conclusões de todas as apurações acima indicadas ao Ministério Público Federal, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia irá colaborar com as investigações que vierem a ser conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, informações e documentos que se fizerem necessários. Do mesmo modo, a Companhia tomará as devidas providências legais a fim de se ressarcir de todos os prejuízos que lhe foram causados por condutas irregulares cometidas pelos indivíduos envolvidos.

Todas essas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração e os responsáveis primários já identificados por todas estas irregularidades apuradas não integram mais os quadros da Companhia.

1.2.3. Levantamento interno sobre informações contábeis

Considerando os indícios de disseminação de informações inverídicas mencionadas acima, a Administração da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, adotou procedimentos adicionais de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de consultoria forense, para verificar a existência de manipulações de informações e dados contábeis nas

políticas contábeis e atuariais internas que requerem julgamentos críticos, notadamente relacionados às reservas técnicas; (iii) levantamento de políticas e procedimentos de tecnologia de informação, notadamente em relação a revisão de controles de acesso e segregação de funções; (iv) correção das vulnerabilidades dos canais de denúncias;

• Demonstrações contábeis: reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e informações trimestrais de 2019.

Parte das ações acima descritas estão em curso e serão concluídas até o primeiro semestre de 2021. A Companhia continuará atuando na prevenção de fraudes e manipulações, mediante a adoção de uma política rígida de ética e conduta a ser disseminada entre funcionários, clientes e parceiros. O IRB RE é uma instituição antiga, sólida, tradicional, com elevados níveis de solvência e performance operacional consistente e manterá o compromisso de atuar com responsabilidade e integridade perante aos seus clientes, acionistas e mercado.

1.2.4. Fiscalização especial SUSEP

De acordo com Fato Relevante divulgado ao mercado no dia 11 de maio de 2020, a Companhia foi oficiada pela SUSEP, informando da decisão de instauração de Fiscalização Especial, nos termos do artigo 89 do Decreto Lei nº 73/66 (“Decisão”), em razão de apresentar insuficiência na composição dos ativos garantidores de Provisões Técnicas e consequentemente da liquidez regulatória. A Decisão poderá ser revertida, a critério da SUSEP, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2020 a cobertura das Provisões Técnicas está adequada às normas vigentes (anexo 1).

A Companhia está cumprindo todas as formalidades necessárias e atendendo todas as requisições do órgão regulador. Ressalta-se que os recursos oriundos do aumento de capital (nota 1.2.6) e emissão de debêntures (nota 1.2.10) contribuíram para o reequilíbrio de liquidez regulatória da Companhia aos critérios definidos pela SUSEP, para os fins previstos na Resolução CNSP 321/2015, que dispõe sobre “a cobertura” das Provisões Técnicas e da Margem Adicional de Liquidez Regulatória (anexo 1).

1.2.5. Reforma Estatutária

Em 23 de junho de 2020, a Companhia divulgou comunicado ao mercado sobre as seguintes reformas do seu estatuto social conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária:

- Possibilidade de o Conselho de Administração deliberar sobre aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, possibilitando à Companhia adotar, com maior flexibilidade e rapidez, medidas relativas à sua capitalização;
- Maior flexibilidade na composição da Diretoria Executiva, que poderá ter entre quatro e sete Diretores Estatutários, o que permite seu dimensionamento conforme as necessidades da Companhia e a aplicação dos princípios de governança corporativa. A nova configuração da Diretoria Executiva inclui, além das posições já existentes, um Diretor Vice-presidente Executivo de Resseguros e até três Diretores Estatutários sem designação específica;
- Criação da Reserva de Lucros Estatutária. As finalidades da presente reserva, a ser formada com até 100% do lucro líquido remanescente da Companhia após as destinações obrigatórias para a reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, são: (i) assegurar que a Companhia cumpra os requisitos regulatórios relacionados à manutenção da margem de solvência regulatória e demais requisitos de capital e liquidez; (ii) garantir recursos para que a Companhia suporte despesas operacionais e realize investimentos; e (iii) permitir à Companhia manter um fluxo de distribuição de proventos regular e constante aos seus acionistas, sujeito à situação financeira da Companhia.

1.2.6. Aumento de capital privado

Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2.300.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias. O valor adicional de R\$ 1.006, obtido com a venda das sobras de ações não subscritas, foi destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações. Os gastos com emissão de ações, líquido de impostos, totalizaram R\$ 33.556 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

A Companhia aguarda homologação do Aumento de Capital Privado descrito acima, junto ao órgão regulador - SUSEP conforme determina a Circular SUSEP nº 529 de 25 de fevereiro de 2016.

1.2.7. 26ª Assembleia geral ordinária

Em 31 de julho de 2020 ocorreu a 26ª Assembleia Geral Ordinária que aprovou, nos termos do artigo 49 do Estatuto Social da Companhia o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Foram aprovadas, também, as demonstrações contábeis reapresentadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, foi aprovada a autorização para que a Companhia proponha ação de responsabilidade, na forma do Art. 159 da Lei das Sociedades por Ações, contra os ex-administradores, pelos atos e respectivos danos causados à Companhia.

1.2.8. Representação criminal

Em 17 de agosto de 2020 a Companhia informou ao mercado que apresentou representação criminal ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro acerca das irregularidades encontradas nas demonstrações contábeis da Companhia, inclusive aquelas divulgadas, em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, que levaram ao refazimento das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020.

1.2.9. Garantias não vinculadas às provisões técnicas (Aplicações restritas - conta corrente remunerada)

A Companhia realiza operações de resseguro e retrocessão no exterior e por exigências regulatórias do mercado internacional necessita oferecer determinados instrumentos financeiros ou depósitos antecipados em garantia das operações junto aos cedentes.

Por esta razão, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 725.459 em conta corrente remunerada (nota 6), oferecido em garantia a instituições financeiras internacionais referente às cartas de crédito emitidas para cumprir com as obrigações regulatórias supracitadas, principalmente no mercado americano e canadense.

Devido a atipicidade deste assunto no Brasil, as normas emitidas pelo órgão regulador brasileiro – SUSEP não permitem que estes recursos, depositados em conta corrente remunerada, ainda que de propriedade da Companhia, sejam considerados como ativos garantidores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Companhia tem envidado esforços na construção de novos produtos financeiros junto a alguns bancos internacionais, para que o modelo operacional seja possível e atenda aos seguintes requisitos: (a) Que as garantias disponibilizadas estejam em conformidade com as boas práticas do mercado ressegurador internacional; e (b) Que os ativos utilizados como garantia possam ser considerados redutores de reservas técnicas no mercado local.

1.2.10 Emissão de debêntures

As duas primeiras emissões de debêntures da Companhia foram realizadas nos dias 15 de outubro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, sendo a 1ª emissão dividida em duas séries e a 2ª emissão em série única. A agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings (“S&P”) atribuiu o rating “brAAA” para estas Emissões.

Destaca-se que essas foram as primeiras emissões de debêntures do IRB Brasil RE, a qual foi realizada em meio a um cenário de pandemia e de condições desfavoráveis de mercado, e possibilitou, entretanto, que a Companhia alcançasse uma captação relevante no montante de R\$ 826.632.

Os recursos captados por meio das emissões foram utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para contribuir com o reequilíbrio da Companhia aos critérios definidos pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), para os fins previstos na Resolução CNSP nº 321/2015 e na Resolução CMN nº 4.444/15 e/ou outras normas aplicáveis, a respeito de apresentação de ativos garantidores vinculados, adequados à legislação em vigor, suficientes para a cobertura de suas provisões técnicas e da Margem Adicional de Liquidez Regulatória (“Reequilíbrio da Companhia”), bem como para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Os detalhes e características de cada emissão estão apresentados na nota 17.

1.3. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações apresentadas no anexo 1 dessas demonstrações contábeis são requeridas pela SUSEP conforme estabelecido na Circular nº 517/2015 e alterações subsequentes, mas não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Portanto, as mesmas estão sendo apresentadas como informações que a Companhia entenda relevantes.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28. A Companhia possui sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

O IRB Brasil RE possui sucursal em Londres com o objetivo de administrar o runoff de carteiras em que outrora a empresa operava. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 04 de janeiro de 2021, a Companhia contratou consultoria externa especializada em consultoria estratégica para revisão de suas estratégias incluindo a possível retomada das atividades da sucursal de Londres (nota 11.1).

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, as referidas políticas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. Os IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

1.3.1. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma *Asset Management*.

A Companhia aportou capital no IRB *Asset Management* (subsidiária integral da Companhia) em 2017. Em 16 de julho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela referida subsidiária. Após os procedimentos próprios perante a ANBIMA, e preparação para entrada em operação, a IRB *Asset Management* passou a fazer a gestão dos fundos de investimento exclusivos outrora sob gestão da própria controladora.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	2020	IRB Asset Management
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Ativo.....	146.730	12.290
Passivo.....	116.588	2.884
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	30.142	9.406
Lucro líquido do exercício.....	74.391 (a)	61.266

	2019	IRB Asset Management
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Ativo.....	952.272	26.563
Passivo.....	160.742	1.589
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	791.530	24.974
Lucro líquido do exercício.....	437.366 (a)	20.999

A Companhia, por meio de sua controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias, realizou a venda de suas participações em shopping centers em 2019 e 2020. A composição do resultado da controlada pode ser observada abaixo (a), junto com o detalhamento do ganho de capital (b) obtido com a respectiva venda destas participações.

Cumprir destacar que a IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. é uma empresa constituída com a finalidade de compra, venda e desenvolvimento de ativos imobiliários.

(a) Abertura do resultado da IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.:

	2020	2019
Ganho de capital líquido - vendas dos Shopping Centers e Imóveis comerciais (b).....	117.928	386.390 (i)
Receita de Aluguel	864	50.611 (i)
Resultado financeiro.....	(60.517) (ii)	110.969
Impostos e Contribuições.....	26.720	(45.951)
Despesas Administrativas.....	(8.334)	(56.998)
Outras despesas operacionais.....	(2.270)	(7.655) (i)
Resultado no fim do exercício.....	74.391	437.366

(i) Os respectivos valores fazem parte do saldo da linha de receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas na Demonstração do resultado.

(ii) Refere-se principalmente a alienação de 94% das cotas do IRB International Fundo de Investimento Imobiliário.

(b) O ganho de capital com a venda dos shopping centers e imóveis comerciais está detalhado abaixo:

	2020	2019		
Receita				
Custos				
Impostos (IR/CS)				
Contribuições (PIS/COFINS)				
Ganho de capital				
Park Shopping (*).....	243.000 (48.634)	(66.084)	(17.979)	110.303
Salas comerciais (**).	9.575 (769)	(295)	(886)	7.625
Total ganho de capital líquido.....	252.575 (49.403)	(66.379)	(18.865)	117.928

(*) Park Shopping e Park Shopping Corporate;

(**) A IRB Investimentos e Participações Imobiliárias assim como sua controladora detinha dois andares do Edifício Kyoiei;

	2019	2019		
Receita				
Custos				
Impostos (IR/CS)				
Contribuições (PIS/COFINS)				
Ganho de capital				
Minas Shopping - Belo Horizonte.....	137.100 (24.177)	(4.223)	(5.004)	103.696
Espanhada - Sorocaba.....	85.500 (16.436)	(2.633)	(3.121)	63.310
Praia de Belas - Porto Alegre.....	174.600 (25.812)	(5.378)	(6.373)	137.037
Shopping Barra - Salvador.....	116.000 (25.676)	(3.573)	(4.234)	82.517
Imóvel comercial.....	9.400 (8.937)	(290)	(343)	(170)
Total ganho de capital líquido.....	522.600 (101.038)	(16.097)	(19.075)	386.390

Em 2020 foi recebido pela controlada o montante de R\$ 877.484 referente a venda dos shoppings centers, imóveis e fundo imobiliário (R\$ 201.780 mil em 2019), demonstrado nas Demonstrações dos fluxos de caixa, compoendo a linha de Recebimentos operacionais das controladas.

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- IRB Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- IRB Fundo de Investimento em Ações (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário – FII (gestão feita pela IRB *Asset Management*)
- IRB London Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB *Asset Management*)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima, a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A e o IRB *Asset Management*.

Seção B – Riscos

2. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A gestão de riscos tem como objetivo proteger a solvência e os resultados a longo prazo da Companhia através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais a Companhia está exposta no exercício de suas atividades. Objetiva também, observar as exigências do regulador assim como assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento eficiente do Sistema de Controles Internos.

Considerando a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, a Companhia mantém uma Vice-Presidente Executiva de Riscos, Conformidade e Jurídico (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em dezembro de 2020, foi confirmada pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, o rating A- em uma escala de classificação de risco de crédito global.

Conforme divulgado ao mercado, a Companhia realizou em setembro e novembro de 2020 a 1ª e a 2ª emissão, respectivamente, de debêntures simples, não conversíveis em ações. A agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings (“S&P”) atribuiu o rating “brAAA” para estas operações.

2.1. Modelo de três linhas

O IRB Brasil RE adota o modelo das três linhas em sua estrutura de Gestão de Riscos como forma de conferir maior robustez à Governança Corporativa. Este modelo ajuda a Companhia a identificar estruturas e processos que melhor auxiliem no atingimento dos objetivos, de forma a garantir os interesses priorizados pelos *stakeholders*, bem como as exigências legais, regulatórias e éticas.

A primeira linha é representada pelas áreas operacionais aos quais os gestores são responsáveis diretos pela entrega dos serviços aos clientes da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos de seus processos.

A segunda linha é composta pelas unidades organizacionais de Riscos Corporativos e Compliance, que dão assistência ao gerenciamento de riscos e têm o papel de orientar, monitorar e avaliar continuamente os processos, riscos e controles da primeira linha.

A terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem o papel de avaliar de forma independente a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.

Além disso, é importante ressaltar que as três linhas operam de forma simultânea e integrada, por meio da comunicação, cooperação e colaboração, estabelecendo subsídios adequados à transparência na tomada de decisão baseada em riscos.

2.2. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, sendo cada um destes compostos por diversas subcategorias.

A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas não são exaustivas, considerando que diversos riscos podem afetá-la.

2.2.1 Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: (i) identificação, (ii) análise e mensuração, (iii) tratamento, (iv) monitoramento e (v) reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades

continua

gestoras da Companhia. Conforme descrito na nota 1.2.3, a Companhia está revisando e aperfeiçoando seus processos internos para eliminar as vulnerabilidades identificadas.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em cinco planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Gestão de Crises, Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional e Plano de Atendimento à Emergência.

A Companhia possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

2.2.2. Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.2.4.

2.2.2.1. Monitoramento dos ativos de retrocessão e passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula as provisões técnicas seguindo as normas e orientações estabelecidas pelo órgão regulador. As tabelas abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos, brutos de retrocessão (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) e segregados por linha de negócio.

	Controladora e Consolidado			
	Passivo (Resseguro)		Ativo (Retrocessão)	
	2020	2019	2020	2019
Aeronáuticos.....	510.777	459.034	(322.379)	(316.006)
Automóvel.....	145.270	150.736	(21.107)	(13.092)
Habitacional.....	61.007	60.197	(457)	(280)
Marítimos.....	139.923	134.715	(85.773)	(46.752)
Nucleares.....	23.996	16.680	(21.529)	(14.354)
Patrimonial.....	2.704.628	2.273.185	(1.711.627)	(1.294.159)
Pessoas.....	440.296	342.063	(106.568)	(68.049)
Petróleo.....	953.674	805.175	(858.218)	(584.606)
Responsabilidades.....	623.064	531.140	(359.444)	(304.679)
Riscos financeiros.....	780.613	579.374	(245.987)	(153.130)
Rural.....	764.289	945.217	(222.583)	(307.732)
Transportes.....	585.037	338.221	(459.953)	(152.182)
Exterior.....	5.799.398	3.796.009	(746.198)	(481.935)
Total.....	13.531.972	10.431.746	(5.161.823)	(3.736.956)

(i) Exterior:

	Controladora e Consolidado			
	Passivo (Resseguro)		Ativo (Retrocessão)	
	2020	2019	2020	2019
Aeronáuticos.....	684.890	476.784	(37.186)	(30.457)
Automóvel.....	11.372	5.521	(727)	(352)
Marítimos.....	165.462	76.199	(60.656)	(10.992)
Nucleares.....	2.107	1.583	-	-
Patrimonial.....	2.102.207	1.162.077	(336.524)	(276.422)
Pessoas.....	1.318.494	1.162.667	(4.627)	(2.050)
Petróleo.....	136.086	81.665	(93.739)	(127.034)
Responsabilidades.....	109.111	50.365	(1.777)	(2.472)
Riscos financeiros.....	129.603	71.925	(3.534)	(5.893)
Rural.....	998.169	634.356	(146.613)	(19.855)
Transportes.....	141.897	72.867	(60.815)	(6.408)
Total.....	5.799.398	3.796.009	(746.198)	(481.935)

2.2.2.2 Desenvolvimento de prêmios e sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos prêmios ganhos e sinistros incorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição.

Prêmio Ganho Acumulado

• Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2020					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	462.929	1.274.706	1.426.685	1.619.452	2.363.010	2.653.448
Um ano depois.....	2.876.630	3.775.541	4.501.413	4.272.449	5.951.425	7.155.344
Dois anos depois.....	3.387.800	4.184.286	5.706.265	4.994.082	7.169.937	
Três anos depois.....	3.496.132	4.273.066	6.098.081	5.102.676		
Quatro anos depois.....	3.530.841	4.274.416	6.160.045			
Cinco anos depois.....	3.544.792	4.309.790				
Seis anos depois.....	3.544.188					
Prêmio ganho acumulado (f)*.....	3.544.188	4.309.790	6.160.045	5.102.676	7.169.937	7.155.344
Prêmio ganho em 2020.....	(604)	35.374	61.964	108.594	1.218.512	4.501.896
Prêmio ganho demais componentes**.....						9.546.389
Total de prêmio ganho incluído no balanço.....						9.732.981(a)

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2019					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	462.929	1.274.706	1.426.685	1.619.452	2.363.010	2.653.448
Um ano depois.....	2.876.630	3.775.541	4.501.413	4.272.449	5.951.425	
Dois anos depois.....	3.387.800	4.184.286	5.706.265	4.994.081		
Três anos depois.....	3.496.132	4.273.066	6.098.080			
Quatro anos depois.....	3.530.841	4.274.416				
Cinco anos depois.....	3.544.792					
Prêmio ganho acumulado (f)*.....	3.544.792	4.274.416	6.098.080	4.994.081	5.951.425	2.653.448
Prêmio ganho em 2019.....	13.951	1.350	391.815	721.632	3.588.415	2.653.448
Prêmio ganho demais componentes**.....						7.370.611
Total de prêmio ganho incluído no balanço.....						7.653.347(a)

(*) Prêmio ganho utilizado no cálculo da sinistralidade, ao final do triângulo de sinistros.

(**) Prêmio ganho anterior a 2014, sucursal Argentina e RVNE.

(a) Conciliado com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados – Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a) e Variação das provisões técnicas – prêmios (c).

Prêmio Ganho Acumulado

• Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2020					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	329.465	890.871	1.017.172	1.219.507	1.799.128	1.868.866
Um ano depois.....	2.047.290	2.638.664	3.209.335	3.217.313	4.531.245	4.347.200
Dois anos depois.....	2.411.088	2.924.329	4.068.349	3.760.729	5.321.700	
Três anos depois.....	2.488.187	2.986.376	4.347.699	3.670.578		
Quatro anos depois.....	2.512.890	2.987.319	4.334.251			
Cinco anos depois.....	2.522.818	2.983.328				
Seis anos depois.....	2.522.617					
Prêmio ganho acumulado (f)*.....	2.522.819	2.983.328	4.334.251	3.670.578	5.321.700	4.347.200
Prêmio ganho em 2020 ***.....	(201)	(3.991)	(13.448)	(90.151)	790.455	2.478.334
Prêmio ganho demais componentes**.....						5.509.286
Total de prêmio ganho incluído no balanço.....						5.635.884(b)

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2019					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prêmio ganho no ano.....	329.465	890.871	1.017.172	1.219.507	1.799.128	1.868.866
Um ano depois.....	2.047.290	2.638.664	3.209.335	3.217.313	4.531.245	
Dois anos depois.....	2.411.088	2.924.329	4.068.349	3.760.729		
Três anos depois.....	2.488.187	2.986.376	4.347.698			
Quatro anos depois.....	2.512.890	2.987.319				
Cinco anos depois.....	2.522.819					
Prêmio ganho acumulado (f)*.....	2.522.819	2.987.319	4.347.698	3.760.729	4.531.245	1.868.866
Prêmio ganho em 2019.....	9.929	943	279.349	543.416	2.732.117	1.868.866
Prêmio ganho demais componentes**.....						5.434.620
Total de prêmio ganho incluído no balanço.....						5.622.001(b)

(*) Prêmio ganho utilizado no cálculo da sinistralidade, ao final do triângulo de sinistros.

(**) Prêmio ganho anterior a 2014, sucursal Argentina e RVNE.

(***) Prêmio Ganho em 2020 para *underwriting year* anteriores contempla as respectivas cessões de prêmios nos *Loss*

Portfólio Transfer:

(b) Conciliado com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados – Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a), Variação das provisões técnicas – prêmios (c), Prêmios cedidos em retrocessão (b) e Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c).

Sinistros Incorridos

• Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado							
	2020							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Sinistros incorridos no Ano.....	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	656.259	
Um ano depois.....	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583	3.342.453		
Dois anos depois.....	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785	6.197.022			
Três anos depois.....	1.775.186	2.811.394	4.084.719	4.192.023				
Quatro anos depois.....	1.876.455	2.832.059	4.550.085					
Cinco anos depois.....	1.924.784	2.957.434						
Seis anos depois.....	2.019.916							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a).....	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259	23.915.192
Pagamentos acumulados até a data base.....	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)	(19.426.998)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b).....	153.303	155.112	569.871	671.971	1.301.131	1.105.415	531.388	4.488.194
IBNER (c).....	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809	104.422
IBNR (d).....	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112	3.090.274
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**). Composição:								2.075.565
Total do passivo incluído no balanço (b)+(c)+(d)+(e).....								9.758.455
Sinistralidade (a+c+d)/(f)*.....	58%	69%	74%	84%	90%	63%	61%	

(*) Apresentado no triângulo de Prêmio ganho

(**) Passivo em relação a anos anteriores a 2014 - Composição:		Passivo em relação a anos anteriores a 2014 - Movimentação:	
PSL.....	1.743.743	Variação Estimativa Salvados e Ressarcimentos	168.278
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....		- Variação da PSL.....	357.921
IBNR.....	251.121	Variação IBNER.....	44.074
IBNER.....	80.701	Variação IBNR.....	35.404
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 reconhecido no balanço.....	2.075.565	Passivo em 2020.....	2.075.565

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2019					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Sinistros incorridos no Ano.....	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364
Um ano depois.....	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583	
Dois anos depois.....	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785		
Três anos depois.....	1.775.186	2.811.394	4.084.719			
Quatro anos depois.....	1.876.455	2.832.059				
Cinco anos depois.....	1.924.784					
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a).....	1.924.784	2.832.059	4.084.719	3.505.785	3.395.583	610.364
Pagamentos acumulados até a data base.....	(1.737.825)	(2.640.939)	(3.469.751)	(2.695.660)	(2.011.300)	(302.944)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b).....	186.959	191.120	614.968	810.125	1.384.283	307.420
IBNER (c).....	4.957	5.212	16.496	21.446	36.587	8.125
IBNR (d).....	20.590	41.942	77.948	141.273	686.757	1.033.407
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**). Composição:						
Total do passivo incluído no balanço (b)+(c)+(d)+(e).....						
Sinistralidade (a+c+d)/(f)*.....	55%	67%	69%	73%	69%	62%

(*) Apresentado no triângulo de Prêmio ganho

(**) Passivo em relação a anos anteriores a 2014 - Composição:		Passivo em relação a anos anteriores a 2014 - Movimentação:	
PSL.....	1.385.823	Variação Estimativa Salvados e Ressarcimentos	(168.278)
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	(168.278)	Variação da PSL.....	323.988
IBNR.....	215.7		

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado						2019
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							923.910
Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)							4.503.027
Sinistralidade (a+c+d)/(f)*	53%	66%	71%	75%	69%	61%	

(*) Apresentado no triângulo de Prêmio ganho

(**) Passivo em relação a anos anteriores a 2014 - Composição:		Passivo em relação a anos anteriores a 2014 - Movimentação:	
PSL	726.901	mentos	(13.473)
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos	(13.473)	Varição da PSL	(154.492)
IBNR	191.120	Varição IBNER	(23.975)
IBNER	19.362	Varição IBNR	(4.743)

Passivo em relação a anos anteriores a 2014 reconhecido no balanço		Passivo em 2019	
	923.910		923.910

2.2.2.3 Análise de sensibilidade
Considerando-se um aumento de 10,0% na sinistralidade, na tabela abaixo é apresentado os possíveis impactos desta sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020.

Efeitos brutos	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido	4.256.130	3.604.781	(651.349)
Prejuízo do exercício	(1.521.263)	(2.172.612)	(651.349)
Impacto (%) no Resultado (*)	-	-	42,8
Impacto (%) no patrimônio líquido	-	-	(15,3)

Efeitos líquidos de retrocessão	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido	4.256.130	3.853.862	(402.268)
Prejuízo do exercício	(1.521.263)	(1.923.531)	(402.268)
Impacto (%) no Resultado (*)	-	-	26,4
Impacto (%) no patrimônio líquido	-	-	(9,5)

(*) Visto o resultado negativo do período, casos em que o impacto analisado também é negativo obtém-se razão positiva. Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência.

2.2.3. Risco de mercado
Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB Brasil RE são: taxas de juros, taxas de câmbio e liquidez dos ativos.

Para essas variáveis, a gestão do risco envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela Administração e estabelecidas em sua governança. São utilizadas as técnicas VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

2.2.3.1. Análise de Value at Risk
Na Companhia, existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados. O *Value at Risk* (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão de risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Está métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante desta perda acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Companhia estimado para 31 de dezembro de 2020, foi de aproximadamente R\$ 6.723, o que representa uma perda máxima estimada de 0,08% do total da carteira de ativos.

2.2.3.2. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira
A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo a principal exposição ao dólar americano, além disso, há exposição em menor grau a outras moedas, tais como: libra esterlina, euro e peso argentino.

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$, foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,20 em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,03 estimada para 31 de dezembro de 2021 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2020.

A tabela abaixo apresenta o impacto da variação da taxa de câmbio no total de ativos e passivos:

Grupo	2020		Cenários para 31 de dezembro 2021			
	Base	Provável	Provável - 25%	Provável - 50%	Provável + 25%	Provável + 50%
Taxa de Câmbio	5,20	5,03	3,77	2,52	6,29	7,55
Total de ativos em moeda estrangeira (*)	10.461.701	(335.591)	(2.867.119)	(5.398.646)	2.195.937	4.727.464
Total de passivos em moeda estrangeira	(10.288.671)	330.040	2.819.698	5.309.356	(2.159.617)	(4.649.275)
Impacto no resultado antes dos impostos		(5.550)	(47.420)	(89.290)	36.319	78.189
Impacto no patrimônio líquido (%)		(0,1)	(0,9)	(1,6)	0,7	1,4
Impacto sobre o resultado (%) (**)		0,3	2,4	4,5	(1,8)	(4,0)

(*) Valores contemplam parcela de ativos em moeda estrangeira de fundos de investimentos em moeda local.
(**) Visto o resultado negativo do período, casos em que o impacto analisado também é negativo obtém-se razão positiva.

2.2.3.3. Análise de sensibilidade à taxa de juros
A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, pois possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros SELIC, foram considerados os cenários descritos abaixo:

- Cenário base: taxa de juros de 1,90% em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário provável: taxa de juros de 3,22% estimada para 31 de dezembro de 2021 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2020.

A tabela abaixo apresenta o impacto da variação da taxa de juros na carteira de ativos financeiros:

Grupo	2020		Cenários para 31 de dezembro 2021			
	Base	Provável	Provável - 25%	Provável - 50%	Provável + 25%	Provável + 50%
Taxa de Juros	1,90%	3,22%	2,42%	1,61%	4,03%	4,83%
Carteira total (*)	8.313.955	8.293.173	8.305.847	8.318.521	8.280.498	8.267.824
Impacto no resultado antes dos impostos		(20.782)	(8.108)	4.566	(33.457)	(46.131)
Impacto no patrimônio líquido (%)		(0,4)	(0,1)	0,1	(0,6)	(0,8)
Impacto sobre o resultado (%) (**)		1,1	0,4	(0,2)	1,7	2,3

(*) Saldo da carteira total não inclui saldo das contas correntes, vide nota 6.1.
(**) Visto o resultado negativo do período, casos em que o impacto analisado também é negativo obtém-se razão positiva.

Análise consolidada por stress tests econômicos
A Administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais *stress test* econômicos mundiais usando o método *Predictive*, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco.

Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Asian Crisis (1997)*, correspondente à crise financeira asiática em 1997, que foi uma sequência de desvalorizações cambiais, inicialmente na Tailândia, se espalhando rapidamente em grande parte do mercado asiático, causando, por sua vez, significativas quedas no mercado de ações, redução das receitas de importação e turbulência no governo, que geraria uma perda estimada de 0,3% na carteira de investimentos.

Os stress test econômicos mundiais analisados são: *Mexican Crisis (1995)*, *Asian Crisis (1997)*, *Russian Devaluation (1998)*, *Tech Wreck (2000)*, *Sept 11th (2001)*, *Fall 2008 (2008)*.

Contratos futuros de moedas
Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo e passivo em moeda estrangeira.

2.2.4. Risco de crédito
O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham ratings igual ou superior, em escala internacional, a A- (*S&P, Fitch e AM Best*) ou A3 (*Moody's*). A exposição do IRB Brasil RE é mitigada pela adoção de limites de retrocessão (individual e agregado) para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos ativos de retrocessão por escala de *rating*. Os ativos de retrocessão abrangem provisões de sinistros, prêmios diferidos e outras provisões conforme apresentado na Nota 9.

Faixa de rating (*)	2020					
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	3,0	0,1	-	0,3	3,4
AA ou equivalente	0,1	39,3	2,1	-	3,8	45,3
A ou equivalente	-	19,0	20,1	-	2,8	41,9
BBB ou equivalente	4,6	1,4	-	-	0,1	6,1
Sem rating	0,3	-	-	1,1	1,9	3,3
	5,0	62,7	22,3	1,1	8,9	100,0

Faixa de rating (*)	2019					
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	2,8	0,1	-	0,4	3,3
AA ou equivalente	0,2	37,8	3,0	-	3,8	44,8
A ou equivalente	-	9,9	32,3	-	4,5	46,7
BBB ou equivalente	-	-	-	-	0,1	0,1
Sem rating	0,4	-	-	1,0	3,7	5,1
	0,6	50,5	35,4	1,0	12,5	100,0

(*) Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P - Standard & Poor's*, *Moody's*, *A.M. Best e Fitch*.
Os créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais da Companhia, incluindo prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões a receber e das indenizações de sinistros a receber. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos das operações com resseguros e retrocessão por escala de *rating*.

Rating de Crédito das operações

Faixa de rating (*)	2020					
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	0,3	0,4	-	1,0	1,7
AA ou equivalente	0,1	12,3	1,5	-	3,2	17,0
A ou equivalente	0,1	0,9	1,7	-	9,1	11,8
BBB ou equivalente	0,2	0,1	0,2	-	2,4	2,8
Sem rating	0,6	0,2	0,3	10,5	55,3	66,8
	0,9	13,8	4,1	10,5	70,8	100,0

Faixa de rating (*)	2019					
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	0,3	0,4	-	1,0	1,7
AA ou equivalente	0,1	11,9	1,8	-	3,0	16,7
A ou equivalente	0,1	0,9	2,0	-	8,8	11,8
BBB ou equivalente	0,2	-	0,1	-	1,8	2,2
Sem rating	0,6	0,4	0,2	11,8	54,7	67,6
	1,0	13,5	4,4	11,8	69,4	100,0

(*) Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P - Standard & Poor's*, *Moody's*, *A.M. Best e Fitch*.
O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto *rating* de crédito avaliado por agências internacionais.

São utilizadas técnicas para controlar e mitigar o risco de crédito, tais como: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito
A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Controladora						
	2020						
	Ativos vencidos e não "impaired"						
	Venci- dos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias	Valor contábil 2020	Saldo contábil 2019
Caixa e equivalentes de caixa	14.190					14.190	24.895
Ao valor justo por meio do resultado							
Privados	973.411					973.411	113.414
Públicos	353.212					353.212	340.640
Exterior	1.761.921					1.761.921	124.538
Disponíveis para venda							
Privados	87.013					87.013	920.070
Públicos	4.685.145					4.685.145	2.757.409
Exterior	481.231					481.231	166.242
Créditos com operações seguradora e resseguradora	2.343.812	261.047	108.674	61.782	38.998	124.644	2.938.957
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	10.699.935	261.047	108.674	61.782	38.998	124.644	11.295.080

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Consolidado						
	2020						
	Ativos vencidos e não "impaired"						
	Venci- dos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias	Valor contábil 2020	Saldo contábil 2019
Caixa e equivalentes de caixa	14.563					14.563	35.864
Ao valor justo por meio do resultado							
Privados	921.077					921.077	145.852
Públicos	353.717					353.717	340.850
Exterior	1.761.921					1.761.921	124.538
Disponíveis para venda							
Privados	110.864					110.864	944.280
Públicos	4.685.145					4.685.145	2.757.411
Exterior	481.231					481.231	166.242
Créditos com operações seguradora e resseguradora	2.343.812	261.047	108.674	61.782	38.998	124.644	2.938.957
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	10.672.330	261.047	108.674	61.782	38.998	124.644	11.267.475

2.2.5. Risco de liquidez
O risco de liquidez está associado ao risco da Companhia, mesmo solvente, não ter recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumprilas somente por meio de venda de ativos em condições que podem ser desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.

Para gerir este risco, busca-se alocar os ativos, principalmente, em fundos de elevada liquidez, para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

Fluxo de	2020			
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses	9.422.727	3.790.617	9.423.048	3.790.617
Fluxo de 12 a 24 meses	1.518.392	3.975.697	1.518.396	3.975.697
Fluxo de 24 a 36 meses	1.201.337	2.382.502	1.201.340	2.382.502
Fluxo de 36 a 48 meses	406.086	1.145.671	406.089	1.145.671
Fluxo acima de 48 meses	1.540.214	2.237.485	1.540.256	2.237.485
	14.088.756	13.531.972	14.089.129	13.531.972

(*) O fluxo de ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos disponíveis para garantia, direitos creditórios, ativos de retrocessão, vide nota 21, e caixa e equivalentes de caixa, vide nota 5.
(**) O fluxo de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro.

2.3. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo
A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.4. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial
A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados no Nível 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....					
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	270.387	137.716	270.387	137.716
Operações compromissadas.....	Nível 2	82.825	202.924	83.330	203.134
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos.....	Nível 2	16.666	37.331	32.812	69.493
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i).....	Nível 2	1.019.796	111.364	1.019.796	111.364
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	95.178	42.101	86.822	42.101
Debêntures.....	Nível 1	-	3.466	-	3.466
Debêntures Inepar.....	Nível 3	11.858	11.858	11.858	11.858
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	Nível 1	797.746	-	797.746	-
Fundos de índices de mercado.....	Nível 1	-	31.555	-	31.555
Fundos Imobiliários - Exclusivos.....	Nível 2	68.366	-	-	-
Conta corrente remunerada (*).....	Nível 2	725.459	-	725.459	-
Outros.....	Nível 2	263	277	149	553
Total.....		3.088.544	578.592	3.036.715	611.240

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	3.389.536	1.930.028	3.389.536	1.930.028
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	Nível 1	983.640	625.672	983.640	625.672
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	Nível 1	60.262	-	60.262	-
Certificados de depósitos bancários.....	Nível 2	35.132	-	35.132	-
Quotas de Fundos - Não Exclusivos.....	Nível 2	-	-	13.463	22.154
Debêntures % CDI.....	Nível 1	29.193	47.468	29.193	47.468
Debêntures CDI +.....	Nível 1	6.928	-	6.928	-
Letras financeiras.....	Nível 2	26.148	47.540	26.148	47.540
Operações compromissadas.....	Nível 2	251.707	201.709	251.707	201.711
Outros.....	Nível 2	(10.388)	(2.056)	-	-
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	Nível 1	473.644	985.008	473.644	985.008
American Depository Receipts - ADR.....	Nível 1	7.587	8.352	7.587	8.352
Total.....		5.253.389	3.843.721	5.277.240	3.867.933

(*) Outras aplicações restritas - conta corrente remunerada, vide nota 1.2.9.

No intuito de gerar comparabilidade entre as empresas seguradoras que adotaram o IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 e o IRB Brasil RE, a Administração, em atendimento aos requerimentos de divulgação adicional dispostos nas alterações do IFRS 4/CPC 11, avaliou todos os seus ativos financeiros, no intuito de identificar aqueles cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O quadro abaixo demonstra, de forma segregada, o valor justo ao final do exercício das demonstrações contábeis e o valor da alteração no valor justo durante esse período para os ativos financeiros que passam no teste de SPPI e para os outros ativos financeiros, isto é, ativos financeiros que não dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que satisfaça à definição de mantido para negociação do IFRS 9/CPC 48 ou que seja gerenciado e cujo desempenho seja avaliado com base no valor justo.

Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício

		Consolidado	
		Valor justo em 2020	Variação do valor justo entre 31 de dezembro de 2019 e 2020
Ativos financeiros - SPPIs.....		14.242.043	15.516
Caixa e equivalente de caixa.....		14.563	-
Créditos das Operações.....		5.829.472	(31.249)
Seguradoras e Resseguradoras.....		912.271	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....		3.659.923	35.695
Letras Financeiras do Tesouro.....		1.043.902	(4.692)
Notas do Tesouro Nacional.....		335.037	-
Operações compromissadas.....		1.271.390	7.718
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....		35.132	-
Certificados de depósitos bancários.....		26.148	274
Títulos de Renda Fixa - Privados.....		86.822	-
Letras Financeiras.....		7.587	7.770
Títulos de Renda Variável.....		1.019.796	-
Ações de empresas nacionais.....		828.218	4.272
Aplicações no Exterior.....		46.275	3.081
American Deposits Receipt.....		8.356	-
Depósito a prazo fixo no exterior.....		40	-
Outros Ativos Financeiros.....		47.979	1.191
Quotas de Fundos de Investimento.....		109	-
Quotas Fundos Não Exclusivos.....		725.459	-
Contratos índices.....		15.070.261	19.788
Outros.....			
Títulos de Renda Fixa - Privados.....			
Debêntures.....			
Derivativo.....			
Aplicações restritas - conta corrente remunerada.....			
Total.....		15.070.261	19.788

Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício anterior

		Consolidado	
		Valor justo em 2019	Variação do valor justo entre 31 de dezembro de 2018 e 2019
Ativos financeiros - SPPIs.....		11.242.936	27.527
Caixa e equivalente de caixa.....		35.864	-
Créditos das Operações.....		5.605.638	24.298
Seguradoras e Resseguradoras.....		1.308.808	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....		2.067.744	526
Letras Financeiras do Tesouro.....		625.672	12.730
Notas do Tesouro Nacional.....		404.845	-
Operações compromissadas.....		985.008	(9.249)
Títulos da Dívida Soberana.....		47.540	85
Títulos de Renda Fixa - Privados.....		42.101	0
Letras Financeiras.....		8.352	(863)
Títulos de Renda Variável.....		111.364	-
Ações de empresas nacionais.....		196.928	5.255
Aplicações no Exterior.....		47.478	-
American Deposits Receipt.....		31.555	-
Depósito a prazo fixo no exterior.....		13.727	-
Outros Ativos Financeiros.....		62.792	320
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários.....			
Quotas Fundos de Investimento Imobiliários.....		41.376	4.935
Fundos Imobiliários Exclusivos.....		11.439.864	32.782
Total.....		11.439.864	32.782

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a Administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

Classificação do grau de risco de crédito

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros - SPPIs					
Caixa e equivalente de caixa.....	baixo			14.563	
Créditos das Operações					
Seguradoras e Resseguradoras.....	moderado		5.829.472		
Títulos de Créditos a receber.....	baixo		912.271		
Letras Financeiras do Tesouro.....	baixo		3.659.923		
Notas do Tesouro Nacional.....	baixo		1.043.902		
Operações Compromissadas.....	baixo		335.037		
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	baixo		1.271.390		
Certificados de depósitos bancários.....	baixo		35.132		
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Letras Financeiras.....	baixo		26.148		
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais.....	baixo		86.822		
Aplicações no Exterior					
Depósito a prazo fixo no exterior.....	baixo		1.019.796		
American Deposits Receipt.....	baixo		7.587		
Outros Ativos Financeiros					
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	baixo		46.275		

		Consolidado	
		Risco de crédito	Valor contábil em 2020
Contratos índices.....		baixo	8.356
Debêntures.....		baixo	47.979
Aplicações restritas - conta corrente remunerada.....		baixo	725.459
Outros.....		baixo	149
Total.....			15.070.261

		Consolidado	
		Risco de crédito	Valor contábil em 2019
Ativos financeiros - SPPIs			
Caixa e equivalente de caixa.....		baixo	35.864
Créditos das Operações			
Seguradoras e Resseguradoras.....		moderado	5.426.224
Títulos de Créditos a receber.....		baixo	1.308.808
Títulos de Renda Fixa - Públicos			
Letras Financeiras do Tesouro.....		baixo	2.067.744
Notas do Tesouro Nacional.....		baixo	625.672
Operações Compromissadas.....		baixo	404.845
Títulos Soberanos.....		baixo	985.008
Títulos de Renda Fixa - Privados			
Letras Financeiras.....		baixo	47.540
Títulos de Renda Variável.....			42.101
Aplicações no Exterior			
Depósito a prazo fixo no exterior.....		baixo	111.364
American Deposits Receipt.....		baixo	8.352
Quotas de Fundos de Investimento.....			92.760
Quotas Fundos Não Exclusivos			
Debêntures.....		baixo	62.792
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários			
Fundos Imobiliários Exclusivos.....		baixo	41.376
Total.....			11.439.864

2.4.1. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cômputo da marcação, tanto a mercado quanto na curva.

Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cômputo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento.

Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cômputo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

Seção C – Informações por segmento

3. Informações por segmento de negócios

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

3.1. Demonstrações de resultados – Visão por segmento de negócio

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prêmios de resseguros.....	9.596.106	8.515.467	9.596.106	8.515.467
Prêmios de resseguros - país.....	4.874.234	4.826.104	4.874.234	4.826.104
Prêmios de resseguros - exterior.....	4.721.872	3.689.363	4.721.872	3.689.363
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(4.219.507)	(2.225.576)	(4.219.507)	(2.225.576)
Prêmios cedidos em retrocessão - país.....	(3.301.267)	(1.976.344)	(3.301.267)	(1.976.344)
Prêmios cedidos em retrocessão - exterior.....	(918.240)	(249.232)	(918.240)	(249.232)
Prêmios retidos.....	5.376.599	6.289.891	5.376.599	6.289.891
Prêmios retidos - país.....	1.572.967	2.849.760	1.572.967	2.849.760
Prêmios retidos - exterior.....	3.803.632	3.440.131	3.803.632	3.440.131
Variações das provisões técnicas.....	306.977	(638.262)	306.977	(638.262)
Variações das provisões técnicas - país.....	310.793	(302.768)	310.793	(302.768)
Variações das provisões técnicas - exterior.....	(3.816)	(335.494)	(3.816)	(335.494)
Prêmios ganhos.....	5.683.576	5.651.629	5.683.576	5.651.629
Prêmios ganhos - país.....	1.883.760	2.546.992	1.883.760	2.546.992
Prêmios ganhos - exterior.....	3.799.816	3.104.637	3.799.816	3.104.637
Sinistros retidos.....	(5.812.355)	(3.750.701)	(5.812.355)	(3.750.701)
Sinistros retidos - país.....	(1.639.142)	(1.155.486)	(1.639.142)	(1.155.486)
Sinistros retidos - exterior.....	(4.173.213)	(2.595.215)	(4.173.213)	(2.595.215)
Custo de aquisição.....	(1.374.402)	(1.126.538)	(1.374.402)	(1.126.538)
Custo de aquisição - país.....	(631.112)	(620.703)	(631.112)	(620.703)
Custo de aquisição - exterior.....	(743.290)	(505.835)	(743.290)	(505.835)
Outras despesas operacionais.....	(74.004)	(67.307)	(74.004)	(67.307)
Outras despesas operacionais - país.....	11.961	(45.885)	11.961	(45.885)
Outras despesas operacionais - exterior.....	(85.965)	(21.422)	(85.965)	(21.422)
Resultado de underwriting.....	(1.577.185)	707.083	(1.577.185)	707.083
Resultado de underwriting - país.....	(374.533)	724.918	(374.533)	724.918
Resultado de underwriting - exterior.....	(1.202.652)	(1.783.55)	(1.202.652)	(1.783.55)
Despesas administrativas.....	(300.870)	(244.528)	(313.025)	(304.766)
Despesas com tributos.....	(89.713)	(75.050)	(118.483)	(99.090)
Resultado financeiro e patrimonial.....	40.280	788.289	125.177	936.172
Resultado financeiro.....	31.767	788.604	(85.101)	471.968
Resultado patrimonial.....	8.513	(315)	210.278	464.204
Resultado antes dos impostos.....	(1.927.488)	1.175.794	(1.883.516)	1.239.399
Imposto, contribuições e participações nos lucros.....	406.225	34.326	362.253	(29.279)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	(1.521.263)	1.210.120	(1.521.263)	1.210.120

3.2. Demonstrações de resultados – Visão negócio

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prêmios Emitidos.....	9.596.106	8.515.467	9.596.106	8.515.467
Prêmios de resseguros país (a).....	4.874.234	4.826.104	4.874.234	4.826.104
Prêmios de resseguros exterior (a).....	4.721.872	3.689.363	4.721.872	3.689.363

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prêmios de resseguros líquidos	8.309.558	7.338.051	8.309.558	7.338.051
Prêmio emitido bruto (a).....	9.593.204	8.514.094	9.593.204	8.514.094
Comissão de resseguros (c).....	(1.283.646)	(1.176.043)	(1.283.646)	(1.176.043)
Varição das provisões técnicas	171.111	(728.032)	171.111	(728.032)
Varição das provisões técnicas - prêmios (c).....	139.777	(860.747)	139.777	(860.747)
Varição das provisões técnicas - comissão (e).....	(14.975)	105.467	(14.975)	105.467
Varição das provisões técnicas - outras provisões (c).....	46.309	27.248	46.309	27.248
Prêmios ganhos	8.480.669	6.610.019	8.480.669	6.610.019
Sinistros ocorridos (d)	(8.438.864)	(5.140.525)	(8.438.864)	(5.140.525)
Custo de aquisição (e)	(257.366)	(162.141)	(257.366)	(162.141)
Resultado com retrocessão	(1.268.943)	(541.086)	(1.268.943)	(541.086)
Recuperação de sinistros ocorridos (d).....	2.294.653	1.686.534	2.294.653	1.686.534
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d).....	(24.735)	(440.717)	(24.735)	(440.717)
Recuperação de IBNR (d).....	369.635	118.727	369.635	118.727
Prêmios cedidos em retrocessão (b).....	(4.218.592)	(2.225.218)	(4.218.592)	(2.225.218)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e).....	176.937	112.191	176.937	112.191
Varição das provisões técnicas - prêmio cedido (c).....	121.495	193.872	121.495	193.872
Varição das provisões técnicas - comissão cedida (e).....	1.253	(6.635)	1.253	(6.635)
Varição das provisões técnicas - outras provisões (c).....	(604)	1.365	(604)	1.365
Demais resultados com retrocessão (f).....	7.613	18.152	7.613	18.152
Outros resultados custo de aquisição (e).....	3.402	643	3.402	643
Resultado bruto	(1.484.504)	766.267	(1.484.504)	766.267
Outras despesas operacionais	(81.617)	(75.159)	(81.617)	(75.159)
Outras receitas e despesas operacionais (f).....	(81.617)	(66.924)	(81.617)	(66.924)
Demais resultados financeiros (h).....	-	(8.235)	-	(8.235)
Despesas administrativas	(306.682)	(269.582)	(319.681)	(329.661)
Participação nos lucros (i).....	(4.503)	-	(5.517)	-
Despesas com tributos (j).....	(480)	(291)	(480)	(291)
Demais despesas com tributos (i).....	(569)	(4.361)	(569)	(4.361)
Demais despesas administrativas (g).....	(300.870)	(244.528)	(312.765)	(304.477)
Demais resultados financeiros (h).....	(260)	(1.867)	(350)	(1.997)
Outras receitas e despesas operacionais (f).....	-	(18.535)	-	(18.535)
Despesas com tributos	(111.093)	(96.911)	(140.039)	(121.080)
Demais impostos (i).....	(23.439)	(23.234)	(23.615)	(23.363)
Despesa com tributos (j).....	(87.654)	(73.677)	(116.424)	(97.717)
Outros tributos (h).....	-	-	-	-
Resultado operacional	(1.983.896)	324.615	(2.025.841)	240.367
Resultado financeiro	(130.483)	325.881	(111.604)	467.760
Juros de custo de aquisição (e).....	(7)	(20)	(7)	(20)
Juros de prêmios cedidos (b).....	(915)	(358)	(915)	(358)
Juros de prêmios no exterior (a).....	1.050	717	1.050	717
Juros de prêmios no país (a).....	1.852	656	1.852	656
Juros de sinistros (d).....	(13.044)	25.280	(13.044)	25.280
Despesas com tributos (j).....	(1.579)	(1.082)	(1.579)	(1.082)
Resultados financeiros (h).....	(102.894)	327.370	(84.015)	469.249
Demais resultados financeiros (i).....	(14.946)	(26.682)	(14.946)	(26.682)
Resultado patrimonial	134.860	471.010	210.837	476.855
Demais resultados patrimoniais (h).....	134.860	471.010	211.097	477.144
Demais despesas administrativas (g).....	-	-	(260)	(289)
Ganhos com ativos não correntes (h)	8.574	11	(1.555)	11
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.970.945)	1.121.517	(1.928.163)	1.184.993
Imposto e contribuições (i).....	449.682	88.603	406.900	25.127
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.521.263)	1.210.120	(1.521.263)	1.210.120

3.4. Resultado de underwriting – Visão negócio por segmento

3.4.1. País

	Controladora e Consolidado									
	2020									
	País									
	Rural	Aero-náutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Auto-móvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	1.019.299	93.083	202.434	244.328	466.380	353.439	102.002	1.579.252	814.017	4.874.234
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(492.795)	(56.449)	(58.647)	(194.513)	(147.051)	(295.693)	(21.155)	(1.225.346)	(809.618)	(3.301.267)
Prêmios retidos	526.504	36.634	143.787	49.815	319.329	57.746	80.847	353.906	4.399	1.572.967
Varições das provisões técnicas.....	171.314	(868)	37.653	3.913	29.485	16.768	1.644	37.950	12.934	310.793
Prêmios ganhos	697.818	35.766	181.440	53.728	348.814	74.514	82.491	391.856	17.333	1.883.760
Sinistros retidos.....	(565.255)	(39.933)	(178.985)	(88.643)	(315.723)	(98.211)	(16.858)	(327.280)	(8.254)	(1.639.142)
Custo de aquisição.....	(306.722)	(9.129)	(80.404)	(6.464)	(69.842)	(21.545)	(27.422)	(101.285)	(8.299)	(631.112)
Outras despesas operacionais.....	694	(2.823)	59.110	(2.611)	(18.623)	(728)	202	(27.240)	3.980	11.961
Resultado de underwriting	(173.465)	(16.119)	(18.839)	(43.990)	(55.374)	(45.970)	38.413	(63.949)	4.760	(374.533)

	Controladora e Consolidado									
	2019									
	País									
	Rural	Aero-náutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Auto-móvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	1.100.415	92.975	329.262	189.665	401.175	295.155	107.289	1.636.398	673.770	4.826.104
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(86.854)	(47.710)	(38.354)	(142.358)	(91.046)	(143.392)	(29.638)	(811.341)	(585.650)	(1.976.343)
Prêmios retidos	1.013.561	45.265	290.908	47.307	310.129	151.763	77.651	825.057	88.120	2.849.761
Varições das provisões técnicas.....	29.927	(6.098)	(57.294)	(7.193)	(14.435)	(2.403)	(10.914)	(196.279)	(38.078)	(302.767)
Prêmios ganhos	1.043.488	39.167	233.614	40.114	295.694	149.360	66.737	628.778	50.042	2.546.994
Sinistros retidos.....	(1.198.259)	(71.759)	35.880	1.187	(179.013)	(32.306)	13.149	10.986	(37.156)	(1.457.291)
Custo de aquisição.....	(334.914)	(12.075)	(106.993)	(16.482)	(19.053)	(18.094)	(18.977)	(87.305)	(6.808)	(620.701)
Outras despesas operacionais.....	(1.381)	(1.646)	(15.492)	1.936	(9.727)	1.444	2.517	(25.569)	2.033	(45.885)
Resultado de underwriting	(491.066)	(46.313)	147.009	26.755	87.901	100.404	63.426	526.890	8.111	423.117

3.4.2. Exterior

	Controladora e Consolidado									
	2020									
	Exterior									
	Rural	Aero-náutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Auto-móvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	1.044.087	415.891	134.816	61.023	1.140.638	331.320	15.543	1.486.390	92.164	4.721.872
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(179.763)	(34.508)	(8.946)	(1.971)	(9.835)	(110.471)	-	(454.743)	(118.003)	(918.240)
Prêmios retidos	864.324	381.383	125.870	59.052	1.130.803	220.849	15.543	1.031.647	(25.839)	3.803.632
Varições das provisões técnicas.....	(73.526)	74.708	(31.042)	(13.462)	41.598	(29.644)	(3.352)	14.540	16.364	(3.816)
Prêmios ganhos	790.798	456.091	94.828	45.590	1.172.401	191.205	12.191	1.046.187	(9.475)	3.799.816
Sinistros retidos.....	(715.719)	(437.716)	(40.631)	(52.919)	(1.670.708)	(64.768)	(1.864)	(1.167.507)	(21.381)	(4.173.213)
Custo de aquisição.....	(140.141)	(71.798)	(37.504)	(11.199)	(81.106)	(56.071)	(1.663)	(326.211)	(17.597)	(743.290)
Outras despesas operacionais.....	(10.425)	(9.298)	(11.895)	(2.686)	(6.540)	(6.065)	22	(37.582)	(1.496)	(85.965)
Resultado de underwriting	(75.487)	(62.721)	4.798	(21.214)	(585.953)	64.301	8.686	(485.113)	(49.949)	(1.202.652)

	Controladora e Consolidado									
	2019									
	Exterior									
	Rural	Aero-náutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Auto-móvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	685.000	360.202	100.347	25.874	1.369.816	127.480	7.663	936.649	76.331	3.689.362
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(15.560)	(24.865)	(9.554)	(779)	(6.927)	(2.289)	(38)	(189.829)	608	(249.233)
Prêmios retidos	669.440	335.337	90.793	25.095	1.362.889	125.191	7.625	746.820	76.939	3.440.129
Varições das provisões técnicas.....	(131.240)	(61.202)	(27.497)	(109)	(50.304)	(17.727)	(171)	(41.793)	(5.452)	(335.495)
Prêmios ganhos	538.200	274.135	63.296	24.986	1.312.585	107.464	7.454	705.027	71.487	3.104.634
Sinistros retidos.....	(465.119)	(258.160)	(13.591)	(11.012)	(1.002.803)	(30.111)	(1.230)	(492.922)	(18.462)	(2.293.410)
Custo de aquisição.....	(107.553)	(51.966)	(24.615)	(5.655)	(75.244)	(21.665)	(950)	(204.899)	(13.110)	(505.837)
Outras despesas operacionais.....	(2.675)	(5.042)	(952)	(400)	1.868	635	(19)	(15.390)	553	(21.422)
Resultado de underwriting	(37.147)	(41.033)	24.138	7.919	236.226	56.323	5.255	(8.184)	40.468	283.965

Seção D – Estrutura do grupo

4. Investimentos

4.1. Movimentação dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Posição inicial	832.360	630.976	832.360	630.976
Lucro de controladas.....	-	-	-	-
IRB Investimentos e Participações.....	74.391	-	437.366	-
IRB <i>Asset Management</i>	61.266	-	20.999	-
Dividendos.....	-	-	-	-
IRB Investimentos e Participações.....	-	(286.700)	-	(277.195)
IRB <i>Asset Management</i>	-	(72.834)	-	(72.834)
Aumento (redução) de capital (i).....	-	(550.000)	-	(550.000)
Varição cambial de investimento no exterior.....	6.466	-	(14.121)	-
Aquisição B3i (ii).....	-	-	15.857	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	(3.079)	-	6.332
Outras.....	-	-	-	(2.614)
Participações Societárias	832.360	61.870	832.360	61.870

(i) Deste valor, o montante de R\$ 65.148 foi recebido através de transferência de titularidade do Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário da IRB Investimentos e Participações.

(ii) O saldo de participações societárias no balanço patrimonial consolidado no montante de R\$ 22.323 refere-se à participação na B3i e a variação em relação a 31 de dezembro de 2019 deve-se a variação cambial.

	Consolidado 2020					
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures.....	11.858	11.858	-	-	-	11.858
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro.....	269.311	270.387	3.426.427	3.389.536	SELIC	3.659.923
Operações compromissadas.....	82.661	82.661	251.707	251.707	SELIC	334.368
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	986.686	983.640	IPCA + 2,56%	983.640
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	-	-	59.728	60.262	5,73%	60.262
Debêntures % CDI.....	-	-	7.314	29.193	107,1% do CDI	29.193
Debêntures CDI +.....	-	-	30.262	6.928	CDI + 0,3%	6.928
Letras Financeiras.....	-	-	26.435	26.148	105,9% do CDI	26.148
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	797.746	797.746	-	-	4,88%	797.746
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	35.132	35.132	93% do CDI	35.132
Outros.....	109	109	-	-	-	109
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais.....	86.822	86.822	-	-	-	86.822
Operações compromissadas.....	669	669	-	-	SELIC	669
Fundos de índices de mercado.....	8.356	8.356	-	-	-	8.356
Outros.....	40	40	-	-	-	40
Quotas de Fundos Não Exclusivos	16.146	16.146	16.542	13.463	-	29.609
	1.273.718	1.274.794	4.840.233	4.796.009	-	6.070.803
Aplicações no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	483.014	473.644	-	473.644
Outras aplicações						
Aplicações restritas - Conta corrente remunerada (ii).....	725.459	725.459	-	-	-	725.459
Títulos de Renda Fixa - Privados						
American Deposits Receipt.....	-	-	31.220	7.587	-	7.587
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i).....	1.019.796	1.019.796	-	-	-	1.019.796
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	16.666	16.666	-	-	-	16.666
	1.761.921	1.761.921	514.234	481.231	-	2.243.152
	3.035.639	3.036.715	5.354.467	5.277.240	-	8.313.955
%.....		36,5%		63,5%		100,0%
Circulante.....		3.036.715		815.625		3.852.340
Não circulante.....		-		4.461.615		4.461.615

(i) Representam aplicações em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada, vide nota 1.2.9.

	Consolidado 2019					
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures.....	15.324	15.324	-	-	-	15.324
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro.....	137.732	137.716	1.930.132	1.930.028	SELIC	2.067.744
Operações compromissadas.....	201.417	201.417	201.711	201.711	SELIC	403.128
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	632.876	625.672	7,14% a.a.	625.672
Debêntures.....	-	-	47.732	47.468	110,09% do CDI	47.468
Letras Financeiras.....	-	-	47.552	47.540	105,51% do CDI	47.540
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	825.055	827.118	4,875% a.a.	827.118
Outros.....	453	453	-	-	-	453
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais.....	42.101	42.101	-	-	-	42.101
Operações compromissadas.....	1.717	1.717	-	-	SELIC	1.717
Fundos de índices de mercado.....	31.555	31.555	-	-	-	31.555
Outros.....	100	100	-	-	-	100
Quotas de Fundos Não Exclusivos	56.319	56.319	22.154	22.154	-	78.473
	486.718	486.702	3.707.212	3.701.691	-	4.188.393
Aplicações no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	161.605	157.890	4,875% a.a.	157.890
Títulos de Renda Fixa - Privados						
American Deposits Receipt.....	-	-	24.215	8.352	-	8.352
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i).....	111.364	111.364	-	-	0,7% a.a.	111.364
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	13.174	13.174	-	-	-	13.174
	124.538	124.538	185.820	166.242	-	290.780
	611.256	611.240	3.893.032	3.867.933	-	4.479.173
%.....		13,6%		86,4%		100,0%
Circulante.....		611.240		236.987		848.227
Não circulante.....		-		3.630.946		3.630.946

(i) Representam aplicações em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

6.1.1. Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures.....	11.858	-	-	-	11.858
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Operações compromissadas.....	-	82.156	-	-	82.156
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	270.387	270.387
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	797.746	-	797.746
Outros.....	-	38	-	-	38
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais.....	95.178	-	-	-	95.178
Operações compromissadas.....	-	669	-	-	669
Outros.....	-	225	-	-	225
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	68.366	-	-	-	68.366
Fundos não Exclusivos	-	-	-	-	-
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits.....	-	1.019.796	-	-	1.019.796
Outras aplicações					
Aplicações restritas - Conta corrente remunerada.....	725.459	-	-	-	725.459
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos.....	16.666	-	-	-	16.666
	917.790	1.900.367	-	270.387	3.088.544

Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	247	17.872	3.371.417	3.389.536
Operações compromissadas.....	-	251.707	-	-	251.707
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	-	983.640	983.640
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	-	-	-	60.262	60.262
Debêntures % CDI.....	-	-	2.995	26.198	29.193
Debêntures CDI +.....	-	-	-	6.928	6.928
Letras Financeiras.....	-	-	12.978	13.170	26.148
Certificados de depósitos bancários.....	35.132	-	-	-	35.132
Outros.....	(10.388)	-	-	-	(10.388)
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	473.644	-	473.644
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt.....	7.587	-	-	-	7.587
	32.331	725.598	33.845	4.461.615	5.253.389
					8.341.933

	Controladora 2019				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures.....	15.324	-	-	-	15.324
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Operações compromissadas.....	-	201.207	-	-	201.207
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	137.716	137.716
Outros.....	584	-	-	-	584
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais.....	42.101	-	-	-	42.101
Operações compromissadas.....	-	1.717	-	-	1.717
Fundos de índices de mercado.....	31.555	-	-	-	31.555
Outros.....	(307)	-	-	-	(307)
Fundos não Exclusivos	24.157	-	-	-	24.157
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits.....	-	111.364	-	-	111.364
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos.....	13.174	-	-	-	13.174
	126.588	314.288	-	137.716	578.592
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	3.140	219	1.926.669	1.930.028
Operações compromissadas.....	-	201.709	-	-	201.709
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	625.672	625.672
Debêntures.....	-	508	1.013	45.947	47.468
Letras Financeiras.....	-	6.942	15.102	25.496	47.540
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	-	827.118	827.118
Outros.....	(2.056)	-	-	-	(2.056)
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana.....	-	-	-	157.890	157.890
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt.....	8.352	-	-	-	8.352
	6.296	212.299	16.334	3.608.792	3.843.721
Total					4.422.313

	Consolidado 2020				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures.....	11.858	-	-	-	11.858
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro.....	270.387	-	-	-	270.387
Operações compromissadas.....	82.661	-	-	-	82.661
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	797.746	-	-	-	797.746
Outros.....	149	-	-	-	149
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais.....	86.822	-	-	-	86.822
Operações compromissadas.....	-	669	-	-	669
Fundos de índices de mercado.....	8.356	-	-	-	8.356
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	16.146	-	-	-	16.146
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits.....	-	1.019.796	-	-	1.019.796
Outras aplicações					
Aplicações restritas - Conta corrente remunerada.....	725.459	-	-	-	725.459
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	16.666	-	-	-	16.666
	2.016.250	1.020.465	-	-	3.036.715
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	247	17.872	3.371.417	3.389.536
Operações compromissadas.....	-	251.707	-	-	251.707
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	-	983.640	983.640
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	-	-	-	60.262	60.262
Debêntures % CDI.....	-	-	2.995	26.198	29.193
Debêntures CDI +.....	-	-	-	6.928	6.928
Letras Financeiras.....	-	-	12.978	13.170	26.148
Certificados de depósitos bancários.....	35.132	-	-	-	35.132</

	Consolidado		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.371.374	3.590.488	5.961.862
Aplicações.....	7.219.737	4.189.826	11.409.563
Rendimento resgate.....	(33.226)	(349.751)	(382.977)
Principal resgate.....	(8.923.351)	(3.794.691)	(12.718.042)
Resultado financeiro.....	41.915	212.462	254.377
Ajuste a valor de mercado.....	-	(1.608)	(1.608)
Oscilação cambial.....	(43.399)	21.207	(22.192)
Transferências e outros.....	(21.810)	-	(21.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	611.240	3.867.933	4.479.173
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	611.240	3.867.933	4.479.173
Aplicações.....	9.543.155	5.993.989	15.537.144
Rendimento resgate.....	(10.023)	(300.705)	(310.728)
Principal resgate.....	(7.216.996)	(4.477.651)	(11.694.647)
Resultado financeiro.....	41.325	280.443	321.768
Ajuste a valor de mercado.....	-	(52.128)	(52.128)
Oscilação cambial.....	69.228	16.242	85.470
Transferências e outros.....	(1.214)	(50.883)	(52.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.036.715	5.277.240	8.313.955

7. Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber, conforme demonstrado a seguir:

7.1. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Operações com seguradoras (7.2).....	4.193.770	3.781.669
Operações com resseguradoras (7.2).....	1.496.530	1.688.579
Outros créditos operacionais (7.2).....	139.172	135.390
Provisão de créditos com liquidação duvidosa.....	(65.060)	(33.811)
	5.764.412	5.571.827

7.2. Movimentação

A Companhia possui contratos de resseguros cujos prêmios são registrados a partir de bases estimadas (Prêmio Estimado e Prêmio RVNE), ou efetivas (Prêmios Efetivos). Os contratos proporcionais são emitidos por estimativas (Prêmios Estimados) e ajustados após recebimento das prestações de contas das cedentes, quando então o Prêmio Estimado é revertido em contrapartida ao lançamento do Prêmio Efetivo. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo (Prêmios Efetivos), o qual pode ser ajustado posteriormente. Já os contratos facultativos são registrados com base no valor acordado entre as partes (Prêmios Efetivos).

A liquidação dos contratos proporcionais e o consequente recebimento de prêmios ocorrem a partir das prestações de contas realizadas pelas cedentes junto a Companhia de acordo com o prazo acordado entre ambas. Determinadas prestações de contas possibilitam a compensação dos valores devidos pelas cedentes ao IRB (prêmios) com os valores que a Companhia tem a pagar de sinistros a essas cedentes, desde que informados na mesma prestação de contas.

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.280.979	2.410.085	458.013	277.508	38.014	4.464.599
Prêmios emitidos.....	8.337.425	3.774.903	4.629	-	-	12.116.957
Baixa por prestação de contas.....	-	(3.602.863)	-	-	-	(3.602.863)
Comissão sobre prêmios emitidos.....	(1.200.516)	(759.360)	2.700	-	-	(1.957.176)
Reversão de comissão estimado.....	-	781.133	-	-	-	781.133
Recebimentos de prêmio.....	(6.873.485)	-	-	-	-	(6.873.485)
Pagamentos de comissão.....	625.214	-	-	-	-	625.214
Sinistros a recuperar.....	-	-	-	22.249	-	22.249
Varição cambial.....	(112.708)	61.500	12.330	(7.196)	(26.870)	(72.944)
Outros créditos.....	(13.337)	-	-	(8.955)	124.246	101.954
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.043.572	2.665.398	477.672	283.606	135.390	5.605.638

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.043.572	2.665.398	477.672	283.606	135.390	5.605.638
Prêmios emitidos (*).....	10.426.642	5.481.914	-	-	-	15.908.556
Baixa por prestação de contas (*).....	-	(6.269.012)	(46.340)	-	-	(6.315.352)
Baixa por compensação de valores (**)......	(222.424)	-	-	-	-	(222.424)
Comissão sobre prêmios emitidos (*).....	(1.271.549)	(1.436.777)	-	-	-	(2.708.326)
Reversão de comissão estimado (*).....	-	1.415.507	9.173	-	-	1.424.680
Recebimentos de prêmio.....	(9.914.131)	-	-	-	-	(9.914.131)
Pagamentos de comissão.....	1.189.925	-	-	-	-	1.189.925
Sinistros a recuperar.....	-	-	-	219.034	-	219.034
Varição cambial.....	8.639	510.685	82.295	(2.191)	271	599.699
Outros créditos.....	65.709	-	-	(27.046)	3.510	42.173
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.326.383	2.367.715	522.800	473.403	139.171	5.829.472

(*) Faz referência à nota 3.3 Demonstrações de resultados - Conciliação, linha Prêmio emitido bruto (a) e Comissão de resseguros (e).

(**) Valores baixados por meio da compensação dos valores de prêmios a receber e sinistros a pagar de prestações de contas recepcionadas.

7.3. Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	Crédito das operações	Débito das operações	Crédito Líquido das operações	Provisão para riscos de créditos	Total
Aging					
A vencer	2.343.812	(1.858.928)	484.884	(24.468)	460.416
Vencidos	595.145	(159.628)	435.517	(40.592)	394.925
Vencidos até 30 dias.....	261.047	(16.972)	244.075	(19.433)	224.642
Vencidos entre 31 e 60 dias.....	108.674	(65.164)	43.510	(5.849)	37.661
Vencidos entre 61 e 120 dias.....	61.782	(16.414)	45.368	(5.458)	39.910
Vencidos entre 121 e 180 dias.....	38.998	(4.225)	34.773	(4.764)	30.009
Vencidos acima de 181 dias.....	124.644	(56.853)	67.791	(5.088)	62.703
Total	2.938.957	(2.018.556)	920.401	(65.060)	855.341

Para os saldos líquidos das contas a pagar e a receber efetivos (prêmio efetivo, sinistro e outros créditos), vencidos e a vencer, no valor de R\$ 920.401 (R\$ 1.371.965 em 31 de dezembro de 2019), foi constituída provisão para riscos de créditos no valor de R\$ 65.060 (R\$ 33.811 em 31 de dezembro de 2019). As premissas consideradas para o cálculo da provisão estão descritas na nota 28 (d).

8. Depósitos de terceiros

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente (em processo de conciliação) estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente, adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Até 30 dias.....	146.982	135.868
Entre 31 e 60 dias.....	23.765	55.409
Entre 61 e 120 dias.....	60.370	60.575
Entre 121 e 180 dias.....	43.806	45.149
Entre 181 e 365 dias.....	42.518	39.408
	317.441	336.409

9. Ativos de retrocessão - provisões técnicas

As políticas contábeis aplicáveis ao reconhecimento das provisões técnicas estão apresentadas na nota 27.9 (a).

9.1. Sinistros - retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

Aeronáuticos.....	237.766	20	(1.024)	59.720	296.482
Automóvel.....	1.339	-	(2)	11.133	12.470
Habitacional.....	219	-	-	180	399
Marítimos.....	45.076	364	(30)	11.772	57.182
Patrimonial.....	880.231	61.781	(327)	361.727	1.303.412
Pessoas.....	32.092	818	-	41.223	74.133
Petróleo.....	407.352	-	-	31.432	438.784
Responsabilidades.....	182.845	3.965	-	82.615	269.425
Riscos financeiros.....	149.459	7.090	(689)	50.818	206.678
Rural.....	97.093	902	-	73.383	171.378
Transportes.....	332.501	888	(169)	65.460	398.680
Exterior.....	331.026	-	-	172.871	503.897

	Controladora e Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados
Total	2.696.999	75.828	(2.241)	962.334

	Controladora e Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados
Total	2.101.024	71.444	(155.401)	539.409

	Controladora e Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados
Aeronáuticos.....	209.759	2.354	-	75.664
Automóvel.....	1.763	-	-	7.317
Habitacional.....	56	-	-	39
Marítimos.....	14.579	292	-	8.558
Patrimonial.....	667.369	58.654	(195)	136.982
Pessoas.....	21.631	796	-	17.160
Petróleo.....	352.482	-	-	5.553
Responsabilidades.....	171.260	3.741	-	51.776
Riscos financeiros.....	101.301	4.564	(127)	17.701
Rural.....	144.960	982	-	153.569
Transportes.....	216.844	61	(155.079)	26.855
Exterior.....	199.020	-	-	38.235
Total	2.101.024	71.444	(155.401)	539.409

9.1.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	2.556.476	2.069.344
PSL - Saldo anterior	2.017.067	1.659.230
PSL - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	2.989.814	3.054.151
PSL - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(878.925)	(1.055.299)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	183.764	(182.665)
PSL - Reversão a Crédito de Retrocessão.....	(456.029)	(174.766)
PSL - Baixa pelo pagamento de sinistro <i>Loss Portfolio Transfer</i>	(285.255)	-
PSL - Recuperação de sinistros.....	(1.090.115)	(1.255.941)
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial e outros.....	290.265	(27.643)
PSL - Movimentação Ativo	753.519	357.837
PSL - Saldo final	2.770.586	2.017.067

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
IBNR - Saldo inicial	539.409	410.114
IBNR - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	569.775	354.536
IBNR - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(200.140)	(233.199)
IBNR - Variação Cambial.....	53.290	7.958
IBNR - Movimentação Ativo	422.925	129.295
IBNR - Saldo final	962.334	539.409

Saldo final..... **3.732.920** **2.556.476**
Loss Portfolio Transfer: venda/transferência via contrato de Retrocessão das Provisões de Sinistros de uma determinada Carteira pelo IRB para uma retrocessionária (resseguradora).

9.2. Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	24.836	464	823	(171)	(31)	(44)
Automóvel.....	670	7.166	-	(15)	(193)	-
Habitacional.....	-	53	8	-	(2)	-
Marítimos.....	25.430	1.554	2.277	(538)	(39)	(93)
Nucleares.....	19.159	-	3.015	(479)	-	(167)
Patrimonial.....	301.759	94.522	31.383	(10.497)	(8.198)	(1.335)
Pessoas.....	30.097	4.206	1.043	(2.898)	(439)	(92)
Petróleo.....	337.571	1.503	89.946	(7.612)	(158)	(1.818)
Responsabilidades.....	64.006	37.804	2.193	(5.699)	(8.335)	(153)
Riscos financeiros.....	23.580	12.684	1.847	(470)	(2.255)	(98)
Rural.....	50.721	12	195	(407)	(4)	(21)
Transportes.....	35.974	23.429	4.521	(1.170)	(878)	(787)
Exterior.....	238.929	3.930	531	(998)	(564)	(35)
Total	1.152.732	187.327	137.782	(30.954)	(21.096)	(4.643)

Circulante	1.352.762
Não circulante	68.386

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	26.443	1.794	799	(588)	(251)	(28)
Automóvel.....	2.439	1.406	-	(32)	(18)	-
Habitacional.....	122	58	7	-	(2)	-
Marítimos.....	20.478	1.101	2.441	(565)	(45)	(96)
Nucleares.....	14.056	-	1.471	(1.054)	-	(119)
Patrimonial.....	318.753	90.767	41.184	(11.708)		

10. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Valores provenientes da carteira de investimentos imobiliários.....	27.566	27.712	20.398	387.426
Valores a receber de acordos judiciais.....	-	4.272	-	4.272
Adiantamento a fornecedores.....	219	116	219	116
Adiantamento a funcionários.....	924	985	939	985
Ressarcimentos a receber.....	20.398	21.272	48.271	21.272
Títulos de crédito privado - Sociedade economia mista federal (ii).....	307.132	-	307.132	-
Outros.....	822	756	12.167	5.321
Total circulante.....	357.061	55.113	389.126	419.392
Não circulante.....				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal.....	16.100	16.099	16.100	16.099
Valores a receber Previrb.....	119.446	215.066	119.446	215.066
Valores a receber - ressarcimentos estimados..... (a)	67.319	81.742	67.319	81.233
Valores a receber de acordos.....	-	-	-	21.973
Títulos de crédito privado - Sociedade economia mista federal (ii).....	-	359.478	-	359.987
Títulos de crédito privado - Com garantia real sobre imóvel (i).....	320.280	195.058	320.280	195.058
Total não circulante.....	523.145	867.443	523.145	889.416
	880.206	922.556	912.271	1.308.808

(i) A expectativa de realização do título de R\$ 320.280 é de aproximadamente 3 anos.

(ii) Refere-se a acordo judicial para encerramento da ação de ressarcimento entre a Companhia e a Eletronorte. O valor será pago à vista após homologação judicial, com expectativa de realização no primeiro semestre de 2021.

(a) O quadro abaixo demonstra a movimentação dos ressarcimentos e o período das expectativas de realização dos saldos em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial.....	81.742	-
Constituições (reversões).....	(27.829)	81.742
Varição Cambial.....	13.406	-
Saldo Final.....	67.319	81.742

Expectativa de Realização

julho-21.....	10.285
agosto-21.....	2.771
janeiro-22.....	17.593
abril-22.....	1.738
maio-22.....	10.742
junho-22.....	1.070
agosto-22.....	2.135
novembro-22.....	2.042
março-23.....	3.223
setembro-23.....	8.159
janeiro-24.....	5.409
maio-28.....	2.152
	67.319

11. Créditos tributários e previdenciários**11.1. Créditos tributários e previdenciários**

	Controladora	
	2020	2019
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii).....	-	68.617
Imposto de renda retido na fonte.....	8.853	4.309
Impostos a compensar/recuperar (i).....	162.342	228.400
	171.195	301.326
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii).....	165.843	44.726
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	1.130.948	263.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Sucursal Londres (iii).....	-	324.972
Varição cambial crédito diferido sucursal Londres (iii).....	-	10.942
	1.296.791	643.640
	1.467.986	944.966

	Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii).....	-	68.617
Imposto de renda retido na fonte.....	10.814	5.883
Impostos a compensar/recuperar (i).....	171.534	228.441
	182.348	302.941
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii).....	233.786	44.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	1.133.471	204.772
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Sucursal Londres (iii).....	-	324.972
Varição cambial crédito diferido sucursal Londres (iii).....	-	10.942
	1.367.257	585.399
	1.549.605	888.340

(i) Créditos decorrentes de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores.

(ii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 53.259 (R\$ 62.414 no Consolidado), créditos decorrentes de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores no valor de R\$ 42.696 (R\$ 101.485 no Consolidado). E o valor de R\$ 69.887 (R\$ 68.617 em 2019) refere-se a pagamentos a maior de PIS, oriundos da ação de alargamento de base, cujo trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. Em setembro de 2020 o saldo de R\$ 69.682, foi transferido para o não circulante, considerando que a Companhia está momentaneamente impossibilitada de utilizar os créditos em virtude do disposto no art. 74, §3, inc. VI e §12 inc. I, ambos da Lei nº 9.430/1996. Neste sentido, muito embora o Processo Administrativo nº 16682-722.248/2015-28 - onde se discute o aproveitamento do crédito, obtido por meio da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101 - ainda encontra-se em trâmite na esfera administrativa, por conta da mencionada Lei à RFB veda a utilização desses créditos, sob pena das declarações serem consideradas não declaradas.

(iii) Em anos anteriores, foi constituído crédito tributário diferido referente aos prejuízos fiscais gerados na sucursal de Londres pois a administração previa a breve retomada das operações da sucursal o que permitiria a geração de lucro tributário no período de até 10 anos, suficientes para compensar o ativo. Considerando os resultados gerados nas operações de resseguros no exterior e as presentes condições de mercado com o agravamento da crise motivada pela segunda onda da Covid-19, a Companhia contratou consultoria externa, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 04 de janeiro de 2021, para revisão de sua estratégia, incluindo a possível retomada das atividades da sucursal de Londres. Considerando o exposto, neste momento o IRB não possui condições objetivas para confirmar a geração de lucros na referida sucursal em montantes suficientes para a recuperação do crédito tributário no período citado. Em consequência, conforme preconizado nas normas contábeis, a Companhia reverteu o crédito tributário no montante de R\$ 335.914, sendo R\$ 324.972 em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício. O impacto da variação cambial revertida no resultado do exercício de 2020 foi de R\$ 10.942.

11.1.1. Créditos tributários diferidos**(a) Créditos tributários diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal são compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Provisões trabalhistas e benefício pós emprego.....	518.029	518.029	474.597	474.597
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	65.060	65.060	193.629	193.629
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	-	-	193.899	193.899
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	74.148	74.148	25.099	25.099
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego.....	(36.131)	(36.131)	(26.233)	(26.233)
Provisão para contingências trabalhistas.....	56.291	56.291	47.502	47.502
Ajuste a valor de mercado - investimento.....	5.351	5.351	416	416
Atualização de depósitos judiciais fiscais/trabalhistas.....	(207.665)	(207.665)	(251.887)	(251.887)
Prejuízo fiscal e base negativa.....	2.351.905	2.351.905	-	-
Prejuízo fiscal sucursal Londres.....	-	-	812.431	812.431
Varição cambial prejuízo fiscal sucursal Londres.....	-	-	27.354	27.354
Outras provisões.....	382	382	478	478
Base de cálculo.....	2.827.370	2.827.370	1.497.285	1.497.285
Alíquota nominal vigente.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Créditos tributários diferidos.....	706.842	424.106	374.321	224.593

Consolidado

	2020			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Provisões trabalhistas e benefício pós emprego.....	518.029	518.029	474.597	474.597
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	65.060	65.060	193.629	193.629
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	-	-	193.899	193.899
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	80.454	80.454	(120.472)	(120.472)
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego.....	(36.131)	(36.131)	(26.233)	(26.233)
Provisão para contingências trabalhistas.....	56.294	56.294	47.502	47.502
Ajuste a valor de mercado - investimento.....	5.351	5.351	416	416
Atualização de depósitos judiciais fiscais/ trabalhistas.....	(207.665)	(207.665)	(251.887)	(251.887)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa.....	2.351.905	2.351.905	-	-
Prejuízo Fiscal Sucursal Londres.....	-	-	812.431	812.431
Varição cambial prejuízo fiscal sucursal Londres.....	-	-	27.354	27.354
Outras provisões.....	382	382	478	478
Base de cálculo.....	2.833.679	2.833.679	1.351.714	1.351.714
Alíquota nominal vigente.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Créditos tributários diferidos.....	708.419	425.052	337.929	202.757

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de prejuízo fiscal e diferenças temporárias foram constituídos com base nas alíquotas de 25,0% para imposto de renda diferido e 15,0% para contribuição social diferida e levam em consideração a expectativa de realização dos créditos determinada com base em projeções aprovadas pelo Conselho de Administração para o período de 10 anos.

(b) Estimativa de realização dos créditos diferidos

	2020			
	Controladora		Consolidado	
	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%
2021.....	53.446	5%	53.446	5%
2022.....	73.882	7%	73.882	7%
2023.....	105.033	9%	105.033	9%
2024.....	117.178	10%	117.178	10%
2025 até 2030.....	781.409	69%	783.932	69%
Total.....	1.130.948	100%	1.133.471	100%

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas operacionais, taxa de câmbio, volume de operações futuras dentre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

12. Custos de aquisição diferidos

	Controladora e Consolidado							
	2020		2019		2020		2019	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos.....	3.520	43	637	4.200	2.753	39	426	3.218
Automóvel.....	161	55	54	270	111	45	72	228
Habitacional.....	55	6	114	175	79	4	82	165
Marítimos.....	3.209	43	691	3.943	2.683	33	670	3.386
Patrimonial.....	22.804	1.404	2.526	26.734	21.309	1.401	2.823	25.533
Pessoas.....	1.662	29	366	2.057	1.348	66	437	1.851
Petróleo.....	12.645	-	2.981	15.626	7.451	-	1.662	9.113
Responsabilidades.....	1.814	128	410	2.352	2.537	89	283	2.909
Riscos financeiros.....	944	654	57	1.655	529	435	29	993
Rural.....	274	307	97	678	360	128	212	700
Transportes.....	3.882	268	2.199	6.349	3.109	188	2.989	6.286
Exterior.....	44.290	15.087	7.578	66.955	28.913	12.586	7.048	48.547
Total.....	95.260	18.024	17.710	130.994	71.182	15.014	16.733	102.929
Circulante.....	119.436			119.436				93.044
Não circulante.....	11.558			11.558				9.885

12.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	42.786	11.376	16.132	70.294
Constituição de custo de aquisição.....	46.383	6.515	3.954	56.852
Reversão de custo de aquisição.....	(18.948)	(2.965)	(3.209)	(25.122)
Varição Cambial.....	961	88	(144)	905
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	71.182	15.014	16.733	102.929

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	71.182	15.014	16.733	102.929
Constituição de custo de aquisição.....	63.944	2.686	7.237	73.867
Reversão de custo de aquisição.....	(31.742)	(3.666)	(3.658)	(39.066)
Varição Cambial.....	(8.124)	3.990	(2.602)	(6.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	95.260	18.024	17.710	130.994

13. Imóveis destinados à renda

	Controladora Shopping Centers			
	2020		2019	
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....				7.879
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....				7.879
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....				(2.364)
Depreciação.....				(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....				(2.679)
Saldo contábil, líquido.....				5.200
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....				7.879
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....				7.879
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....				(2.679)
Depreciação.....				(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....				(2.994)
Saldo contábil, líquido.....				4.885

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	16.302	17.226	546.028	579.556
Aquisição.....	-	-	80.079	80.079
Alienação.....	-	(8.946)	(108.390)	(117.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	16.302	8.280	517.717	542.299

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	-	(772)	(2	

14. Imobilizado

	Controladora						Direito de uso (*)	Total
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos		
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018...	63.856	59.444	4.679	9.501	3.650	196	-	141.326
Adições.....	36	1.771	178	411	3.679	-	13.839	19.914
Baixas.....	-	(114)	-	(127)	-	-	-	(241)
Transferências.....	2.628	65	-	338	(3.031)	-	-	-
Alienação.....	-	-	-	-	-	(115)	-	(115)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	66.520	61.166	4.857	10.123	4.298	81	13.839	160.884
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018...	(13.300)	(46.519)	(3.040)	(3.064)	(1.059)	(74)	-	(67.056)
Depreciação.....	(2.395)	(5.155)	(866)	(931)	(515)	(43)	(2.244)	(12.149)
Baixas.....	-	84	-	38	-	-	-	122
Transferências.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(15.695)	(51.590)	(3.906)	(3.957)	(1.574)	(48)	(2.244)	(79.014)
Saldos contábeis, líquidos	50.825	9.576	951	6.166	2.724	33	11.595	81.870

A Companhia realizou, em dezembro de 2020, a venda de salas comerciais do Edifício Kyoee pelo valor de R\$ 9.575 que estava registrado na controladora pelo valor de custo de R\$ 173.

	Consolidado						Direito de uso (*)	Total
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos		
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018...	63.856	59.444	4.679	9.512	3.723	196	-	141.410
Adições.....	36	1.765	178	411	3.679	-	13.839	19.908
Baixas.....	-	(109)	-	(127)	-	-	-	(236)
Transferências.....	2.628	65	-	338	(3.031)	-	-	-
Alienação.....	-	-	-	-	-	(115)	-	(115)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	66.520	61.165	4.857	10.134	4.371	81	13.839	160.967
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018...	(13.300)	(46.519)	(3.040)	(3.065)	(1.059)	(74)	-	(67.057)
Depreciação.....	(2.395)	(5.179)	(866)	(932)	(515)	(43)	(2.244)	(12.174)
Baixas.....	-	109	-	38	-	-	-	147
Transferências.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(15.695)	(51.589)	(3.906)	(3.959)	(1.574)	(48)	(2.244)	(79.015)
Saldos contábeis, líquidos	50.825	9.576	951	6.175	2.797	33	11.595	81.952

(*) Direito de uso - Devido a adoção da norma IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu em seu balanço novos ativos para os seus contratos de locação do imóvel sede da filial de São Paulo, registrado em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$ 8.924 (R\$ 11.595 em 31 de dezembro de 2019), líquido da amortização. Para o contrato de imóvel, foi considerado o período remanescente de 2 anos para o fim do contrato, mais um ciclo de 5 anos pela cláusula de renovação automática.

15. Intangível

	Controladora			Total
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento		
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	4.730	171.667	
Adições.....	27.106	4.922	32.028	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	194.043	9.652	203.695	
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.214)	-	(129.214)	
Amortização.....	(30.081)	-	(30.081)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(159.295)	-	(159.295)	
Saldo contábil, líquido	34.748	9.652	44.400	
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	194.043	9.652	203.695	
Adições.....	50.896	6.103	56.999	
Transferências.....	14.404	(14.404)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	259.343	1.351	260.694	
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	(159.295)	-	(159.295)	
Amortização.....	(35.695)	-	(35.695)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(194.990)	-	(194.990)	
Saldo contábil, líquido	64.353	1.351	65.704	

	Consolidado			Total
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento		
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	5.057	171.994	
Adições.....	27.231	4.796	32.027	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	194.168	9.853	204.021	
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.215)	-	(129.215)	
Amortização.....	(30.105)	-	(30.105)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(159.320)	-	(159.320)	
Saldo contábil, líquido	34.848	9.853	44.701	
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	194.168	9.853	204.021	
Adições.....	50.896	6.036	56.932	
Transferências.....	14.404	(14.404)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	259.468	1.485	260.953	
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	(159.320)	-	(159.320)	
Amortização.....	(35.746)	-	(35.746)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(195.066)	-	(195.066)	
Saldo contábil, líquido	64.402	1.485	65.887	

16. Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores.....	5.723	5.001	8.163	33.737
Passivo de arrendamento (i).....	9.501	10.415	9.501	10.415
Obrigações por compra de títulos e valores mobiliários.....	-	1.244	-	43.545
Juros sobre capital próprio (ii).....	25.061	28.872	25.061	28.872
Participações nos lucros.....	-	24.431	-	24.431
Processo judicial encerrado - CSLL (iii).....	389.230	-	389.230	-
Outros.....	14.898	9.031	25.874	12.645
Total	444.413	78.994	457.829	153.645
Circulante	437.148	69.345	450.564	101.694
Não circulante	7.265	9.649	7.265	51.951

(i) Referente aos contratos de locação do imóvel da filial de São Paulo, registrado em 31 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$ 9.501 onde R\$ 1.108 referem-se aos juros a serem pagos e que foram reconhecidos como despesa financeira em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Conforme aviso aos acionistas divulgado em 28 de dezembro de 2020, a Companhia adiou o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), previsto para o dia 29 de dezembro de 2020, até que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP certifique formalmente o cumprimento dos índices regulatórios exigidos no Plano de Regularização de Liquidez ("PRL") apresentado pela Companhia e devidamente aprovado pela referida Autarquia, tendo em vista as regras prudenciais,

em especial o disposto no art. 87 do Decreto-Lei nº 73/66.

(iii) Refere-se ao valor transferido da rubrica "obrigações fiscais" (nota 23), após sentença desfavorável e arquivamento do processo descrito na nota 23.3.2. O depósito judicial encontra-se liberado para resgate da União.

17. Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou sua 1ª e 2ª emissão de debêntures nos dias 15 de outubro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente. Os recursos captados por meio das Emissões foram utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para contribuir com o reequilíbrio da Companhia aos critérios definidos pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), para os fins previstos na Resolução CNSP nº 321/2015 e na Resolução CMN nº 4.444/15, bem como para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia são representados por estas emissões e suas principais características estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Debêntures - Primeira emissão.....	594.844	-
Debêntures - Segunda emissão.....	225.792	-
Total	820.636	-
Circulante	4.160	-
Não circulante	816.476	-

17.1 Características das emissões:

	1ª Emissão		2ª Emissão	
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Código.....	IRBR11	IRBR21	IRBR12	IRBR12
Convertibilidade.....	Debêntures simples não conversíveis em ações			
Espécie.....	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Forma.....	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificadas	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificadas	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificadas	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificadas
Quantidade de títulos.....	450.439	147.000	229.193	229.193
Valor nominal.....	1	1	1	1
Data de emissão.....	15/10/20	15/10/20	15/12/20	15/12/20
Vencimento final.....	15/10/23	15/10/26	15/12/26	15/12/26
Atualização monetária.....	Sem atualização	IPCA	IPCA	IPCA
Remuneração.....	100% Taxa DI + 3,35% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.
Exigibilidade de juros.....	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral
Data das amortizações.....	2023	2025 e 2026	2025 e 2026	2025 e 2026
Repactuação.....	Não haverá	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Resgate antecipado.....	A partir de 15/10/2021	A partir de 15/10/2022	A partir de 15/12/2022	A partir de 15/12/2022
Oferta facultativa de resgate antecipado.....	A Companhia pode realizar a qualquer tempo			

17.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado			
	1ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	-	-	-	-
Captação.....	450.439	147.000	229.193	826.632
Despesas de juros.....	2.522	1.638	-	4.160
Custo da transação.....	(5.352)	(1.747)	(3.401)	(10.500)
Amortização custo da transação.....	296	48	-	344
Saldo em 31 de dezembro de 2020	447.905	146.939	225.792	820.636

17.3 Valor justo - debêntures:

	Série		Valor justo	Taxa
	1ª série	2ª série		
Primeira emissão.....	1ª série	454.529	100% Taxa DI + 3,35%	a.a.
Primeira emissão.....	2ª série	151.785	IPCA + 6,6579%	a.a.
Segunda emissão.....	Série única	230.426	IPCA + 6,6579%	a.a.

17.4 Covenants:

As emissões de debêntures da Companhia preveem a manutenção de indicadores de endividamento Dívida Bruta/Patrimônio líquido igual ou inferior a 0,35.

Além dos indicadores acima, está previsto o cumprimento (incluindo, mas não se limitando a, insuficiências), das normas pelo CNSP, pela SUSEP e/ou pelo CMN com relação à capital mínimo, reservas, liquidez, solvência e ativos garantidores. Todos os índices financeiros exigidos foram atendidos adequadamente em 31 de dezembro de 2020.

18. Provisões para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ a pagar.....	12.007	12.767	81.853	24.149
CSLL a pagar.....	-	-	25.189	5.512
PIS/COFINS a pagar (*).....	12.527	3.719	34.701	18.186
Total	24.534	16.486	141.743	47.847

(*) O aumento deve-se a PIS / COFINS a pagar referente a ação de ressarcimento da Eletronorte (nota 10).

19. Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

19.1. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Operações com seguradoras.....	4.489	2.095
Operações com resseguradoras.....	2.336.361	1.411.102
Corretores de resseguro, retrocessões e outros.....	181.384	143.298
Outros débitos operacionais.....	47.434	29.730
	2.569.668	1.586.225
Não circulante		
Outros débitos operacionais.....	789	789
	2.570.457	1.587.014

19.2. Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistros	Comissões	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2018	929.706	161.799	146.456	25.586	105.788	36.247
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.969.578	482.738	5.759	-	-	-
Baixa por prestação de contas.....	-	(377.417)	-	-	-	-
Pagamento de prêmios por cessão de riscos.....	(1.945.472)	-	-	-	-	-
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(121.181)	(14.447)	-	-	-	-
Reversão de comissão estimado.....	-	28.731	-	-	-	-
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	127.820	-	-	-	-	-
Sinistro de resseguro a pagar.....						

20.1. Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos.....	34.326	1.750	5.887	(329)	(358)	(66)	41.210
Automóvel.....	10.729	14.427	731	(2.846)	(2.270)	-	20.771
Habitacional.....	1.650	2.898	2.149	-	(177)	-	6.520
Marítimos.....	40.304	3.300	8.094	(379)	(584)	(44)	50.691
Nucleares.....	21.868	-	3.412	(1.264)	-	(193)	23.823
Patrimonial.....	615.626	187.952	72.730	(27.722)	(34.448)	(1.056)	813.082
Pessoas.....	47.805	11.612	8.047	(2.425)	(1.969)	-	63.070
Petróleo.....	386.244	1.503	101.765	(510)	(189)	(216)	488.597
Responsabilidades.....	80.741	45.400	5.492	(5.325)	(10.142)	(99)	116.067
Riscos financeiros.....	153.535	104.845	5.433	(57.741)	(44.129)	(258)	161.685
Rural.....	104.093	177.288	7.324	(25.246)	(48.132)	(442)	214.885
Transportes.....	63.828	44.141	33.988	(2.937)	(5.985)	(1.267)	131.768
Exterior.....	724.837	876.535	70.417	(71.979)	(169.165)	(1.201)	1.429.444
Total.....	2.285.586	1.471.651	325.469	(198.703)	(317.548)	(4.842)	3.561.613
Circulante.....							3.278.614
Não circulante.....							282.999

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos.....	30.663	4.460	4.641	(881)	(653)	(36)	38.194
Automóvel.....	5.875	6.714	1.022	(851)	(1.379)	-	11.381
Habitacional.....	6.421	1.164	1.570	-	(141)	-	9.014
Marítimos.....	34.195	2.423	7.825	(585)	(442)	(25)	43.391
Nucleares.....	15.975	-	1.570	(879)	-	(45)	16.621
Patrimonial.....	657.165	174.428	92.623	(28.018)	(30.824)	(1.470)	863.904
Pessoas.....	35.502	20.135	10.366	(816)	(1.568)	-	63.619
Petróleo.....	341.733	2.285	45.854	(1.806)	(104)	(142)	387.820
Responsabilidades.....	65.237	48.641	4.863	(3.066)	(9.880)	(77)	105.718
Riscos financeiros.....	206.123	82.834	5.253	(83.193)	(33.252)	(406)	177.359
Rural.....	190.561	201.615	11.565	(47.301)	(52.136)	(251)	304.053
Transportes.....	59.872	57.987	41.659	(3.827)	(9.006)	(2.548)	144.137
Exterior.....	410.881	660.682	64.064	(39.419)	(122.843)	(1.475)	971.890
Total.....	2.060.203	1.263.368	292.875	(210.642)	(262.228)	(6.475)	3.137.101
Circulante.....							2.904.439
Não circulante.....							232.662

20.1.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	1.352.702	1.057.043	265.222	(126.526)	(234.812)	(7.786)	2.305.843
Constituição.....	1.058.630	656.404	41.989	(163.344)	(137.729)	(299)	1.455.651
Diferimento pelo risco.....	(408.558)	(467.315)	(20.403)	81.018	113.128	1.759	(700.371)
Varição cambial.....	57.429	17.236	6.067	(1.790)	(2.815)	(149)	75.978
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	2.060.203	1.263.368	292.875	(210.642)	(262.228)	(6.475)	3.137.101
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	2.060.203	1.263.368	292.875	(210.642)	(262.228)	(6.475)	3.137.101
Constituição (*).....	758.912	418.423	153.496	(66.827)	(91.950)	(6.348)	1.165.706
Diferimento pelo risco (*).....	(990.095)	(430.728)	(49.785)	101.811	75.533	2.756	(1.290.508)
Varição cambial.....	456.566	220.588	(71.117)	(23.045)	(38.903)	5.225	549.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	2.285.586	1.471.651	325.469	(198.703)	(317.548)	(4.842)	3.561.613

(*) Faz referência à nota 3.3 Demonstrações de resultados – Conciliação, linhas Variação das provisões técnicas – prêmios (c) e Variação das provisões técnicas – comissão (e).

20.2. Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	Controladora e Consolidado					
	Sinistros a liquidar em disputa judicial		Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados		Total
	Resseguro	Resseguro		Resseguro	Resseguro	
Aeronáuticos.....	355.788	632	(435)	109.180	465.165	
Automóvel.....	78.097	11.371	(63)	32.271	121.676	
Habitacional.....	17.288	111	-	21.329	38.728	
Marítimos.....	65.459	1.135	(69)	21.755	88.280	
Nucleares.....	1	-	-	-	1	
Patrimonial.....	1.253.806	141.774	(733)	474.254	1.869.101	
Pessoas.....	150.165	6.613	-	204.685	361.463	
Petróleo.....	424.320	-	-	40.757	465.077	
Responsabilidades.....	356.289	26.445	-	122.603	505.337	
Riscos financeiros.....	411.685	16.296	(4.695)	132.343	555.629	
Rural.....	228.008	2.057	(12)	298.352	528.405	
Transportes.....	363.487	4.340	(692)	80.426	447.561	
Exterior.....	2.512.868	-	(4.277)	1.803.441	4.312.032	
Total.....	6.217.261	210.774	(10.976)	3.341.396	9.758.455	

	Controladora e Consolidado					
	Sinistros a liquidar em disputa judicial		Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados		Total
	Resseguro	Resseguro		Resseguro	Resseguro	
Aeronáuticos.....	285.138	2.401	(63)	129.628	417.104	
Automóvel.....	83.242	10.524	(6)	43.860	137.620	
Habitacional.....	29.844	123	-	7.254	37.221	
Marítimos.....	50.127	949	(2)	39.392	90.466	
Nucleares.....	2	-	-	-	2	
Patrimonial.....	1.045.198	112.123	(717)	236.125	1.392.729	
Pessoas.....	108.979	4.686	-	124.411	238.076	
Petróleo.....	409.994	-	-	7.362	417.356	
Responsabilidades.....	294.282	21.415	-	107.744	423.441	
Riscos financeiros.....	277.378	10.646	(5.752)	65.769	348.041	
Rural.....	249.038	2.079	-	355.965	607.082	
Transportes.....	309.323	2.260	(173.409)	50.090	188.264	
Exterior.....	1.717.605	-	(5.537)	1.050.033	2.762.101	
Total.....	4.860.150	167.206	(185.486)	2.217.633	7.059.503	

20.2.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial.....	7.059.503	6.571.844
PSL - Saldo anterior.....	4.841.870	4.572.776
PSL - Constituição de provisão por aviso de sinistro.....	8.879.951	7.750.172
PSL - Reversão de provisão por revisão de estimativa.....	(1.283.461)	(1.599.507)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	174.056	(200.192)
PSL - Baixa por liquidação.....	(6.663.461)	(5.650.157)
PSL - Baixa por compensação de valores (*).....	(222.424)	-
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial.....	690.528	(31.222)
PSL - Movimentação Passivo.....	1.575.189	269.094
PSL - Saldo final.....	6.417.059	4.841.870

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
IBNR - Saldo inicial.....	2.217.633	1.999.068
IBNR - Constituição de Provisão.....	707.338	181.010
IBNR - Variação Cambial.....	416.425	37.555
IBNR - Movimentação Passivo.....	1.123.763	218.565
IBNR - Saldo final.....	3.341.396	2.217.633
Saldo final.....	9.758.455	7.059.503

(*) Valores baixados por meio da compensação dos valores de prêmios a receber e sinistros a pagar de prestações de contas recepcionadas.

20.2.2. Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou a divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

São apresentados abaixo, os percentuais utilizados por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída. Tais percentuais são atuarialmente calculados e atualizados anualmente com base no histórico de perdas.

	Controladora e Consolidado				
	Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	% Sinistro a liquidar	Retrocessão
Provável.....	241	381.276	35%	133.447	(45.509)
Possível.....	230	215.674	35%	75.486	(29.537)
Remota.....	57	92.059	2%	1.841	(782)
Total.....	528	689.009		210.774	(75.828)

	Controladora e Consolidado				
	Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	% Sinistro a liquidar	Retrocessão
Provável.....	257	187.779	35%	65.723	(32.570)
Possível.....	252	279.697	35%	97.894	(37.259)
Remota.....	69	179.474	2%	3.589	(1.615)
Total.....	578	646.950		167.206	(71.444)

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica sinistros a liquidar, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "ativos de retrocessão - provisões técnicas", na rubrica de sinistros - retrocessão.

O IRB-Brasil RE, em virtude de sua longa atuação no mercado brasileiro de resseguros, possui um estoque de ações cuja tendência é diminuir significativamente ao longo dos anos, considerando em especial a edição da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que revogou as disposições do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, estabelecendo a ausência de obrigatoriedade do ressegurador ser parte integrante do processo judicial. Adicionalmente, cabe ressaltar que as disputas no mercado de seguros e resseguros cada vez mais são submetidas a soluções alternativas, a exemplo do procedimento de arbitragem.

20.3. Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas de sinistros.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Aeronáuticos.....	4.403	3.735
Automóvel.....	2.823	1.735
Habitacional.....	15.760	13.962
Marítimos.....	952	859
Nucleares.....	171	56
Patrimonial.....	22.445	16.550
Pessoas.....	15.764	40.369
Responsabilidades.....	1.661	1.980
Riscos financeiros.....	63.300	53.974
Rural.....	20.999	34.081
Transportes.....	5.707	5.819
Exterior.....	57.919	62.022
Total.....	211.904	235.142

21. Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015 e suas alterações conforme Resoluções CMN nº 4.633/18 e CMN nº 4.670/18, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura:

	Controladora	
	2020	2019
Provisões técnicas de resseguros.....	13.531.972	10.431.746
(-) Ativos de retrocessão.....	5.161.823	3.736.956
(+) Ativo redutor - PPNG.....	1.071.119	837.891
(-) Ativo redutor - custo de aquisição.....	6.221	4.212
(-) Direitos creditórios.....	2.465.644	2.023.903
Montante a ser garantido.....	6.969.403	5.504.566

Ativos disponíveis para garantia:

Quotas de fundos de investimentos.....	6.018.557	4.092.052
Times deposits.....	1.019.796	111.364
Títulos da dívida soberana.....	473.644	157.890
Debêntures.....	-	3.466
Total de ativos.....	7.511.997	4.364.772

22. Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Com participação acionária na Resseguradora (a)				
Prêmios.....	24.322	-	95.696	-
Retrocessões.....	-	134	-	502
Prêmio ganho				
Indenizações e despesas com sinistros.....	5.762	968	1.282	58
Comissões.....	-	1.102	-	22.767
Outros.....	-	597	-	571
Total.....	30.084	2.801	96.978	23

Controladora 2019			
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	503.144	-	451.090
COFINS.....	8.711	-	-
PIS.....	4.472	-	-
Contribuição social (i).....	474.473	-	451.090
Imposto de renda.....	14.217	-	-
ISS.....	1.271	-	-
Previdenciárias	127.174	-	-
INSS.....	125.994	-	-
FGTS.....	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis	64.267	47.977	-
Ações trabalhistas.....	25.627	47.499	-
Ações cíveis.....	38.640	478	-
	694.585	47.977	451.090

Consolidado 2019			
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	503.144	-	451.945
COFINS.....	8.711	-	-
PIS.....	4.472	-	-
Contribuição social (i).....	474.473	-	451.090
Imposto de renda.....	14.217	-	855
ISS.....	1.271	-	-
Previdenciárias	127.174	-	-
INSS.....	125.994	-	-
FGTS.....	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis	64.267	48.174	-
Ações trabalhistas.....	25.627	47.696	-
Ações cíveis.....	38.640	478	-
	694.585	48.174	451.945

(i) Refere-se principalmente ao depósito judicial do Mandado de Segurança da CSLL no valor de R\$ 393.358 (nota 23.3.2). Do valor de R\$ 474.473 registrado em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 68.815 foi levantado pela União em junho de 2020, o montante de R\$ 19.421 foi recuperado pela Companhia e R\$ 7.121 referem-se à atualização monetária.

23.1. Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

Controladora e Consolidado 2020				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Possível.....	8	226.161	-	-
	8	226.161	-	-
Previdenciário				
Possível.....	8	58.662	-	-
	8	58.662	-	-
Trabalhista e cível				
Provável.....	39	56.669	56.669	-
Possível (*).....	165	359.442	-	-
Remota.....	4	350	-	-
	208	416.461	56.669	-

(*) Aumento no período refere-se substancialmente ao processo do EURE, nota 23.4.2

Controladora 2019				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Provável (i).....	1	451.090	-	451.090
Possível.....	19	355.516	-	-
Remota.....	1	200	-	-
	21	806.806	-	451.090
Previdenciário				
Possível.....	11	74.579	-	-
Remota.....	1	10.755	-	-
	12	85.334	-	-
Trabalhista e cível				
Provável.....	43	47.977	47.977	-
Possível.....	153	97.027	-	-
Remota.....	4	1.394	-	-
	200	146.398	47.977	-

Consolidado 2019				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Provável.....	2	451.945	-	451.945
Possível.....	19	355.516	-	-
Remota.....	1	200	-	-
	22	807.661	-	451.945
Previdenciário				
Possível.....	11	74.579	-	-
Remota.....	1	10.755	-	-
	12	85.334	-	-
Trabalhista e cível				
Provável.....	44	48.174	48.174	-
Possível.....	153	97.027	-	-
Remota.....	4	1.394	-	-
	201	146.595	48.174	-

(i) Deste valor, o montante de R\$ 68.815 foi levantado pela União em junho de 2020 e o valor de R\$ 389.230 (sendo R\$ 6.955 atualização monetária do período) foi transferido para o grupo de "obrigações a pagar" (nota 16), após sentença desfavorável e arquivamento do processo (ver nota 23.3.2). O depósito judicial do processo encontra-se liberado para resgate da União. O valor de R\$ 348.969 (soma dos valores das ações fiscais possíveis – R\$ 348.769 e remotas – R\$ 200) e R\$ 355.716 em 2019, que perfaz a diferença entre o valor provisionado das obrigações legais e o total das ações fiscais da Companhia, não é provisionado por seguir as orientações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. De acordo com o pronunciamento técnico, as obrigações com riscos de perdas classificadas como possíveis e remotas não são provisionadas, pois ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação ou ainda não possuem estimativa suficientemente confiável para que se torne uma obrigação.

As provisões contabilizadas na rubrica "outros débitos - contingências cíveis e trabalhistas" tratam-se de questões de matérias interpretativas que se enquadram no conceito de passivo contingente de acordo com o CPC 25 e, dessa forma, a contabilização dos valores em risco somente são realizadas para as causas classificadas como risco provável. Para as causas de risco possível, a referida norma exige somente a divulgação em notas explicativas. Para as causas de risco remoto, não há necessidade de divulgação.

23.2. Movimentação das obrigações legais e contenciosas

Controladora 2019				
	2018	Adições	Atualizações monetárias	Baixas
Fiscais	435.264	-	15.826	-
CSLL.....	435.264	-	15.826	-
Trabalhistas e cíveis	58.645	2.258	9.178	(22.104)
Ações trabalhistas (23.4).....	58.213	2.212	9.141	(22.066)
Cíveis.....	432	46	37	(38)
Saldo final do exercício	493.909	2.258	25.004	(22.104)
	2019	Adições	Atualizações monetárias	Baixas/Transferências
Fiscais	451.090	-	5.874	(456.964)
CSLL.....	451.090	-	5.874	(456.964)
Trabalhistas e cíveis	47.977	1.287	7.975	(570)
Ações trabalhistas (23.4).....	47.500	1.232	7.927	(367)
Cíveis.....	477	55	48	(203)
Saldo final do exercício	499.067	1.287	13.849	(457.534)

Consolidado 2019				
	2018	Adições	Atualizações monetárias	Baixas
Fiscais	435.264	855	15.826	-
IR/CS.....	435.264	855	15.826	-
Trabalhistas e cíveis	58.645	2.455	9.178	(22.104)
Ações trabalhistas (23.4).....	58.213	2.409	9.141	(22.066)
Cíveis.....	432	46	37	(38)
Saldo final do exercício	493.909	3.310	25.004	(22.104)
	2019	Adições	Atualizações monetárias	Baixas/Transferências
Fiscais	451.945	-	5.874	(457.819)
IR/CS.....	451.945	-	5.874	(457.819)
Trabalhistas e cíveis	48.174	1.287	7.975	(767)
Ações trabalhistas (23.4).....	47.697	1.232	7.927	(564)
Cíveis.....	477	55	48	(203)
Saldo final do exercício	500.119	1.287	13.849	(458.586)

23.3. Ações fiscais

23.3.1. INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades. O montante questionado e atualizado é de R\$ 54.548 relativos aos autos lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R\$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R\$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R\$ 54.548.

Em razão do julgamento dos *leadings cases* acerca da matéria, a Presidência do STF proferiu decisão que negou seguimento à discussão objeto do recurso extraordinário do IRB Brasil RE, sem analisar o argumento de que no período discutido no caso (janeiro/1993 a setembro/1998), a Companhia não poderia ser equiparada às empresas de seguros privados, já que, nessa época, tinha a função de regular e fiscalizar o mercado de resseguros brasileiro.

Não obstante, o julgamento do RE nº 599.309 (*Leading Case*), no sentido da constitucionalidade da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas, não se aplica plenamente ao caso da Companhia. Na verdade, este ponto refere-se, apenas, à tese subsidiária de defesa do IRB Brasil RE. Esta Companhia defende como tese principal o fato de que o IRB Brasil RE, no período de setembro de 1989 a setembro de 1998, não era equiparável às empresas de seguros privados, uma vez que, naquele período a Companhia era um Instituto, com personalidade jurídica própria e tendo, como funções principais, regular e fiscalizar o mercado de resseguro brasileiro.

Tendo em vista não ter sido apreciado, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e nem pelas instâncias inferiores, tese específica da Companhia nos autos do Mandado de Segurança nº 0023782-04.1999.4.02.5101, o IRB Brasil RE ajuizou ação rescisória, cujo requisito inicial à sua propositura, segundo II, do art. 488, do Código de Processo Civil, é prévio o recolhimento da quantia de 5% sobre o valor da causa, a título de multa. Neste sentido, a Companhia depositou o valor de R\$1.045 em 23 de novembro de 2020.

Atualmente aguarda-se manifestação do juízo acerca do pedido liminar da referida ação rescisória para aproveitamento do depósito realizado nos autos do MS em referência.

23.3.2. Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2020, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R\$ 385.949 (Nota 23).

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15% para 20%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do referido Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulado, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008.

Importante ressaltar que a Companhia vinha realizando depósito judicial da parcela controversa da discussão em comento, todavia partir de setembro de 2015, a estratégia em comento foi alterada, passando-se a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

No que tange ao Mandado de Segurança impetrado em 2008, após decisões desfavoráveis à tese do IRB Brasil RE em primeira e segunda instância, foi interposto recurso extraordinário, o qual teve seu seguimento negado através de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, o processo encontra-se arquivado, tendo em vista o trânsito em julgado.

Em relação ao Mandado de Segurança nº 0134273-19.2015.4.02.5101, atualmente, transitou em julgado decisão que inadmitiu o recurso extraordinário interposto pela Companhia, mantendo-se, assim, a sentença que denegou a segurança pleiteada nos autos.

O valor provisionado de R\$ 389.230 (R\$ 451.090 em 31 de dezembro de 2019) foi transferido para o grupo de "obrigações a pagar" (nota 16), após sentença desfavorável e arquivamento do processo.

Conforme citado anteriormente, o montante de R\$ 385.949, o qual foi depositado judicialmente pela Companhia entre o período de maio de 2008 a agosto de 2015, encontra-se liberado para resgate da União.

23.3.3 - FINSOCIAL

Trata-se de Ação Declaratória cumulada com Anulatória, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada no dia 11 de julho de 2016, pelo IRB Brasil RE, perante a 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em face da decisão administrativa que denegou a restituição, pleiteada pela Companhia, de créditos fiscais de FINSOCIAL, no valor histórico de R\$ 55.000, tendo como base a autorização contida no artigo 169, do Código Tributário Nacional - CTN.

Com o encerramento da discussão acerca dos créditos fiscais de FINSOCIAL na via administrativa, de forma desfavorável à Companhia, o débito de IRPJ, relativo ao 2º trimestre de 2002, objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, o qual seria quitado por meio de compensação com os créditos objeto do pedido de restituição, teve sua exigibilidade reativada.

Diante deste cenário, para que seja reconhecido o crédito pleiteado pelo IRB Brasil RE e, por conseguinte, quitado o débito objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, foi ajuizada a referida medida judicial em face da decisão administrativa que denegou a restituição pleiteada pela Companhia.

Neste sentido, o Jurídico da Companhia e o escritório externo, que patrocina a referida ação, entendem como possíveis as chances de êxito no questionamento judicial desta decisão administrativa. Isto porque, diferentemente do que restou decidido na esfera administrativa, o Plenário do STF julgou, sob o regime da repercussão geral, o RE nº 566.621, para definir o entendimento de que nas restituições pleiteadas anteriormente à vigência da LC nº 118/2005, que é o caso do pedido em questão, deve ser aplicado o prazo dos 10 anos, consubstanciados na tese dos "5 mais 5" (cinco para homologar e mais cinco para repetir). Atualmente, os autos encontram-se conclusos para sentença.

Vale ressaltar que para suspender a exigibilidade da cobrança em referência, foi integralmente depositado o valor do referido débito, que atualizado, perfaz o valor de R\$ 73.399 (R\$ 71.873 em 31 de dezembro de 2019).

23.3.4 – Processo Administrativo Fiscal – Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base)

Trata-se de Declaração de Compensação ("DCOMP") de crédito original de R\$ 437.783 mil, sendo R\$ 69.887 (R\$68.604 em 31 de dezembro de 2019) ainda a compensar, decorrente de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101, a qual possuía como objetivo a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigasse o recolhimento de Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), na forma prevista no art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98 (Alargamento da Base de Cálculo).

Em junho de 2019, foi publicado acórdão que decidiu pela diligência para apuração de documentação acerca do referido pedido de crédito. Em setembro de 2020, o processo foi remetido ao setor de Triagem da Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC). Atualmente, a Companhia aguarda ser intimada acerca da referida diligência e seus consultores jurídicos entendem que são boas as chances de êxito quanto à procedência do referido crédito, tendo em vista a decisão favorável à Companhia já transitada em julgado.

23.4. Ações trabalhistas/cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração.

Cumprido ressaltar, adicionalmente, que a Companhia encontra-se envolvida em 4 (quatro) procedimentos arbitrais e 11 (onze) ações cíveis movidas, em sua maioria, por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e o consequente ressarcimento de alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos referidos processos, com probabilidade de perda provável, em R\$ 56.669. Já os processos trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R\$ 359.442.

23.4.1 Ação Cível Pública SINTRES

Trata-se de duas ações civis públicas, propostas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Segurários – FENESPIC, contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Pretendem na primeira ação o restabelecimento do plano anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem os autores que seja restabelecido o modo de custeio anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.

Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos ordinários interpostos pela Companhia contra as sentenças proferidas pela 75ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que julgaram parcialmente procedentes os pedidos autorais.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco na primeira ação é de R\$ 20.861 e classificam sua probabilidade de perda como possível. A segunda ação tem como valor de risco R\$ 327 e probabilidade de perda possível.

23.4.2 Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE

O EURE/GGF, gerido pelo IRB Brasil RE até 2010, era mantido por meio do Fundo EURE/GGF ("Fundo"), no qual eram depositados os prêmios referentes aos seguros elegíveis e de onde eram retirados os recursos para indenizar os respectivos sinistros.

Em dezembro de 2010, após trocas de correspondências diversas entre o IRB Brasil RE e a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN"), ficou formalmente acordado a transferência do valor total do saldo acumulado, ao longo de mais de 18 anos, no valor de aproximadamente R\$ 760.718 do IRB Brasil RE para a STN. Em virtude da referida transferência realizada em 30.12.2010, o IRB Brasil RE, mediante a concordância formal da STN, efetuou a retenção de parte deste saldo total acumulado, a título de taxa de administração, de 0,45% do patrimônio líquido do Fundo, em valor corrigido pela SELIC, o que correspondeu à época ao montante de R\$ 81.166.

Ocorre que, três anos depois, a Controladoria Geral da União ("CGU") reviu do ato administrativo que autorizou a retenção mencionada acima, por suposta falta de amparo legal, e passou a cobrar do IRB Brasil RE a restituição do valor retido em 2010, a título de taxa de administração, pela gestão do referido Fundo.

Diante deste contexto, o IRB Brasil RE impetrou mandado de segurança distribuído sob o nº 1008401-29.2016.4.01.3400, ainda em trâmite perante o TRF da 1ª Região, cuja sentença anulou a cobrança movida pela STN e atualmente encontra-se em fase recursal.

Contudo, após algumas tentativas da União/STN para consumir a mencionada cobrança em face do IRB Brasil RE através de processos administrativos arbitrários, e antes que fosse proferida qualquer decisão definitiva nos autos do referido Mandado de Segurança sobre a possibilidade de que a União prosseguisse com a cobrança da dívida, o ente federativo inscreveu a Companhia em dívida ativa e instaurou a execução fiscal que tramita na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro distribuída sob o nº 5063414-48.2019.4.02.5101.

Após a garantia do juízo e a proposição de embargos à execução, a execução fiscal foi suspensa pelo prazo de um ano. Vale ressaltar a execução fiscal em referência não possui lastreio jurídico bastante que fundamente sua interposição, haja vista ser acessória ao processo principal, representado pelo do Mandado de Segurança nº 1008401-29.2016.4.01.3400, no qual esta Companhia obteve sucessivas decisões favoráveis, inclusive de liminar suspendendo a cobrança da suposta dívida em referência.

Atualmente, foi proferido acórdão negando provimento à apelação da União Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 1008401-29.2016.4.01.3400 e parcial provimento à apelação da Companhia, no sentido de reconhecer a nulidade do ato administrativo em discussão. Neste contexto, foi protocolado pedido de extinção da execução fiscal supramencionada. Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco neste processo de R\$ 214.105 e classificam sua probabilidade de perda como possível, tendo em vista a falta da singularidade da discussão em tela, não havendo precedentes neste sentido, não obstante todas as sucessivas decisões favoráveis obtidas pela Companhia nos autos de ambos os processos.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital

Conforme descrito na nota 1.2.6, em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2.300.000, dentro do limite autorizado em seu estatuto social, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias. Os gastos com emissão de ações totalizaram R\$ 33.556 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

A Companhia aguarda homologação do Aumento de Capital Privado descrito acima, junto ao órgão regulador - SUSEP conforme determina a Circular SUSEP nº 529 de 25 de fevereiro de 2016 e alterações subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	200.003.914	15,9%
Itaú Seguros S.A.	145.924.075	11,6%
Outros (*)	909.358.542	72,5%
Total	1.255.286.531	100,0%

(*) Participações acionárias inferiores a 5%.

24.2. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações, tendo como objetivo a aquisição de ações emitidas pela Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social, visando maximizar a geração de valor para seus acionistas.

A vigência do programa é de 19 de fevereiro de 2020 até 18 de agosto de 2021 e a quantidade de ações a serem adquiridas está limitada a 41.898.920 (quarenta e um milhões, oitocentos e noventa e oito mil e novecentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia.

Apesar do programa permitir a recompra de 41.898.920 ações ordinárias, qualquer dotação de recursos está sujeita a autorização específica do Conselho de Administração. Conforme fato relevante divulgado em 27 de julho de 2020, a Diretoria Estatutária foi autorizada a recomprar apenas 5.000.000 de ações em um primeiro momento, porém a revelia do Conselho de Administração, a recompra de ações da Companhia pela antiga administração ultrapassou a quantidade autorizada em 2.850.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de ações em tesouraria adquiridas em 2020 pela Companhia totalizava 7.850.000 ações ordinárias, com preço médio de R\$ 34,51 por ação, sendo os preços mínimos e máximos de R\$ 30,81 e R\$38,00, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 270.870.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.890	4.753.800
Recompras	270.870	7.850.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	283.760	12.603.800

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 12.603.800 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 283.760.

24.3. Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(191.071)	(113.381)
Perda originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	(49.049)	(1.608)
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	(3.079)	6.584
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(155.812)	(23.420)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	19.620	643
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	62.324	11.158
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (i)	(37.648)	(71.047)
Saldo no final do exercício	(354.715)	(191.071)

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.4. Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.521.263)	1.210.120
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	960.272.903	931.246.200
Lucro (prejuízo) por ação	(1,58)	1,30

25. Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os prêmios ganhos para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Controladora e Consolidado							
	2020		2019		2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Variação de outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistralidade (bruta)	% Comissão
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)	267	96.085	21,3%	8,9%
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886	(1.328)	35.885	15,4%	1,0%
Habitacional	54.070	(3.671)	2.458	36	(1.808)	51.085	72,0%	2,0%
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)	(50)	90.025	50,7%	6,5%
Nucleares	27.931	(1.735)	(3.463)	311	(116)	22.928	0,0%	0,0%
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968	(7.817)	1.500.064	86,1%	2,2%
Pessoas	464.459	(95.795)	(1.084)	2.011	24.620	394.211	103,1%	0,8%
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)	-	792.130	15,8%	2,7%
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	2.520	49	204.051	92,7%	2,3%
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)	(4.496)	142.474	201,4%	0,8%
Rural	1.019.389	(292.344)	115.037	(25.868)	13.063	829.277	101,5%	0,1%
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)	416	302.902	149,7%	3,5%
Exterior (i)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979	23.508	4.019.552	117,8%	4,1%
Total	9.593.202	(1.283.644)	139.778	(14.975)	46.308	8.480.669	99,5%	3,0%

(i) Exterior:

	Controladora e Consolidado							
	2020		2019		2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Variação de outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistralidade (bruta)	% Comissão
Aeronáuticos	415.891	(38.903)	72.781	(923)	1.819	450.665	103,5%	7,1%
Automóvel	15.083	(1.458)	(3.698)	745	(4)	10.668	22,2%	8,2%
Marítimos	166.863	(19.399)	(15.616)	1.895	(55)	133.688	79,7%	7,3%
Nucleares	1.439	(147)	353	(21)	-	1.624	27,9%	(0,2%)
Patrimonial	1.499.955	(288.014)	(70.518)	25.604	(289)	1.166.738	113,6%	6,2%
Pessoas	1.139.947	(72.286)	19.094	(649)	19.501	1.105.607	151,9%	0,8%
Petróleo	77.266	(9.278)	13.141	(930)	94	80.293	147,2%	7,2%
Responsabilidades	65.969	(10.213)	(16.943)	1.546	308	40.667	130,3%	7,2%
Riscos financeiros	129.400	(43.370)	(22.253)	4.735	(1.515)	66.997	61,8%	5,3%
Rural	1.044.086	(121.020)	(91.270)	(7.986)	3.291	827.101	103,9%	2,1%
Transportes	164.916	(17.192)	(13.541)	963	358	135.504	61,7%	9,5%
Total	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979	23.508	4.019.552	117,8%	4,1%

	Controladora e Consolidado							
	2019		2020		2019		2020	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Variação de outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistralidade (bruta)	% Comissão
Aeronáuticos	92.971	(5.601)	(2.806)	(1.397)	(395)	82.772	(3,3%)	6,6%
Automóvel	31.877	(6.170)	(4.209)	1.224	(1.059)	21.663	(29,6%)	2,7%
Habitacional	89.428	(6.224)	3.264	(1.223)	(1.552)	83.693	28,0%	1,3%
Marítimos	81.072	424	10.525	(308)	(521)	91.192	39,3%	7,1%
Nucleares	18.918	(1.188)	(2.519)	953	167	16.331	1,6%	0,1%
Patrimonial	1.547.468	(110.409)	(197.409)	14.894	(1.570)	1.252.974	69,5%	3,2%
Pessoas	397.612	(27.064)	(21.278)	529	(6.240)	343.559	76,8%	0,8%
Petróleo	654.865	(611)	(157.277)	(305)	-	496.672	67,8%	3,7%
Responsabilidades	189.143	(19.717)	(19.824)	4.134	(36)	153.700	11,3%	2,4%
Riscos financeiros	329.221	(129.663)	(56.019)	22.758	(15.105)	151.192	12,4%	2,0%
Rural	1.103.376	(365.601)	(40.526)	13.122	82.872	793.243	166,7%	0,9%
Transportes	289.495	(33.729)	(28.093)	1.538	(1.433)	227.778	(0,7%)	4,7%
Exterior (i)	3.688.648	(470.490)	(344.576)	49.548	(27.880)	2.895.250	95,3%	3,3%
Total	8.514.094	(1.176.043)	(860.747)	105.467	27.248	6.610.019	77,8%	2,5%

	Controladora e Consolidado							
	2019		2020		2019		2020	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Variação de outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistralidade (bruta)	% Comissão
Aeronáuticos	360.206	(38.472)	(62.329)	3.415	(1.947)	260.873	107,1%	6,5%
Automóvel	6.517	(359)	(355)	(5)	21	5.819	21,6%	7,8%
Marítimos	59.305	(9.917)	(7.413)	2.273	(29)	44.219	50,9%	7,6%
Nucleares	1.863	(166)	(207)	40	-	1.530	18,7%	1,3%
Patrimonial	940.038	(182.135)	(74.191)	16.182	(4.070)	695.824	86,4%	6,1%
Pessoas	1.370.808	(65.694)	(34.522)	114	(12.317)	1.258.389	103,4%	0,8%
Petróleo	70.959	(9.449)	(3.646)	1.006	(485)	58.385	34,4%	6,8%
Responsabilidades	26.515	(5.224)	(1.063)	905	152	21.285	50,1%	7,4%
Riscos financeiros	99.480	(34.754)	(29.089)	10.434	(3.535)	42.536	34,3%	5,7%
Rural	683.638	(114.125)	(124.259)	12.525	(4.323)	453.456	107,0%	2,3%
Transportes	69.319	(10.195)	(7.502)	2.659	(1.347)	52.934	44,9%	6,8%
Total	3.688.648	(470.490)	(344.576)	49.548	(27.880)	2.895.250	95,3%	3,3%

25.2. Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Controladora e Consolidado				
	2020		2019		2020
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação da PDR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(75.365)	(2.120)	57.195	(131)	(20.421)
Automóvel	(17.866)	758	11.616	(53)	(5.545)
Habitacional	(22.572)	-	(14.075)	(130)	(36.777)
Marítimos	(68.931)	2.488	2.124	(381)	(45.610)
Patrimonial	(1.072.331)	8.100	(226.516)	(356)	(1.291.103)
Pessoas	(326.318)	93	(80.243)	(133)	(406.601)
Petróleo	(94.593)	-	(30.883)	-	(125.476)
Responsabilidades	(176.810)	-	(11.687)	(622)	(189.119)
Riscos financeiros	(228.562)	14.273	(67.894)	(4.720)	(286.903)
Rural	(901.784)	740	59.269	(165)	(841.940)
Transportes	(444.471)	16.799	(26.063)	188	(453.547)
Exterior (i)	(4.340.943)	4.392	(399.271)	-	(4.735.822)
	(7.770.546) (*)	45.523	(707.338)	(6.503)	(8.438.864)

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 2.2.2.2 – Desenvolvimento de prêmios e sinistros (sinistros incorridos brutos de retrocessão) o montante de sinistros observados no exercício de 2020 contempla também parcelas referentes a anos de subscrição anteriores, como, por exemplo, R\$ 4.173.550 referentes a anos de subscrição até 2018.

(i) Exterior:

	Controladora e Consolidado				
	2020		2019		2020
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação da PDR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(332.369)	33	(133.937)	(466.273)	
Automóvel	(1.157)	-	(1.209)	(2.366)	
Marítimos	(90.558)	(2.916)	(13.099)	(106.573)	
Nucleares	(3)	-	(450)	(453)	
Patrimonial	(1.070.943)	2.887	(257.368)	(1.325.424)	
Pessoas	(1.898.674)	1.001	218.678	(1.678.995)	
Petróleo	(98.305)	311	(20.187)</		

	Controladora e Consolidado					
	2020			2019		
	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total
Aeronáuticos.....	(26.985)	(5.090)	(32.075)	(20.708)	3.686	(17.022)
Automóvel.....	(980)	110	(870)	(502)	47	(455)
Marítimos.....	(9.717)	(3)	(9.720)	(3.666)	300	(3.366)
Patrimonial.....	(72.697)	337	(72.360)	(45.652)	3.287	(42.365)
Pessoas.....	(9.965)	1.280	(8.685)	(11.623)	1.425	(10.198)
Petróleo.....	(5.032)	(772)	(5.804)	(3.816)	(148)	(3.964)
Responsabilidades.....	(3.258)	319	(2.939)	(1.822)	238	(1.584)
Riscos financeiros.....	(3.364)	(203)	(3.567)	(2.453)	39	(2.414)
Rural.....	(20.062)	2.436	(17.626)	(12.135)	1.803	(10.332)
Transportes.....	(14.032)	1.127	(12.905)	(4.142)	565	(3.577)
	(166.092)	(459)	(166.551)	(106.519)	11.242	(95.277)

25.4. Resultado com retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Recitas com retrocessões.....	2.664.288	1.793.304
Recuperação de sinistros ocorridos.....	2.294.653	1.674.578
Recuperação de IBNR.....	369.635	118.726
Despesas com retrocessões.....	(3.919.511)	(1.924.425)
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(4.218.593)	(i) (2.225.218)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão.....	176.937	112.192
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido.....	120.892	195.236
Variação das provisões técnicas - comissão cedida.....	1.253	(6.635)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário.....	(24.735)	(440.717)
Demais resultados com retrocessão.....	11.015	30.752
Total de resultado com retrocessão.....	(1.268.943)	(541.086)

(i) Aumento refere-se substancialmente ao prêmio cedido referente a operação estruturada de retrocessão LPT.

25.5. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão.....	(25.935)	(63.424)
Constituição (Reversão) de provisão para riscos de crédito.....	(31.249)	2.463
Indenizações judiciais.....	(3.448)	(3.727)
Despesa com inspeção de riscos.....	(3.150)	(3.659)
Perdas de outras receitas de resseguro.....	(13.323)	-
Outras receitas e despesas operacionais.....	(4.512)	(6.812)
	(81.617)	(75.159)

25.6. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal próprio.....	(176.501)	(105.529)	(186.544)	(162.385)
Serviços de terceiros.....	(59.885)	(40.361)	(62.276)	(42.995)
Depreciação e amortização.....	(47.339)	(42.379)	(47.364)	(42.404)
Participações sobre o lucro.....	-	(31.405)	-	(31.757)
Localização e funcionamento.....	(15.234)	(32.295)	(15.327)	(32.400)
Publicidade e propaganda.....	(5.428)	(12.727)	(5.458)	(12.750)
Outras.....	(2.295)	(4.886)	(2.712)	(4.970)
	(306.682)	(269.582)	(319.681)	(329.661)

25.7. Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS/COFINS.....	(78.175)	(64.527)	(103.959)	(86.747)
Outros impostos e taxas.....	(32.918)	(32.384)	(36.080)	(34.333)
	(111.093)	(96.911)	(140.039)	(121.080)

25.8. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recitas financeiras.....	411.130	713.683	503.405	888.454
Aplicações financeiras.....	235.370	260.126	321.768	254.377
Operações de resseguro e retrocessão.....	25.935	330.748	25.935	330.748
Outras receitas financeiras.....	26.161	90.313	32.038	270.833
Ganho cambial.....	123.664	32.496	123.664	32.496
Despesas Financeiras.....	(541.613)	(387.802)	(615.009)	(420.694)
Operações de resseguro e retrocessão.....	(37.002)	(226.275)	(37.002)	(226.275)
Debêntures emitidas.....	(4.504)	-	(4.504)	-
Acordo judicial eletronorte (i).....	(52.346)	-	(52.346)	-
Outras despesas financeiras.....	(30.219)	(3.904)	(103.615)	(ii) (36.796)
Perda cambial.....	(417.542)	(157.623)	(417.542)	(157.623)
Total.....	(130.483)	325.881	(111.604)	467.760

(i) Refere-se principalmente a perda registrada no acordo de ressarcimento com a Eletronorte.

(ii) Refere-se principalmente a alienação de 94% das cotas do IRB International Fundo de Investimento Imobiliário.

25.9. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas (despesas) operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento.....	(315)	(315)	201.450	(i) 464.204
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial).....	135.657	458.367	-	-
Provisão para impairment investimento.....	-	8.438	-	8.438
Outras receitas (despesas) patrimoniais.....	(482)	4.520	9.387	4.213
	134.860	471.010	210.837	476.855

(i) Refere-se principalmente ao ganho de capital líquido oriundo da venda do Park Shopping e Park Shopping Corporate (nota 1.3).

25.10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	(1.970.945)	(1.970.945)	1.121.517	1.121.517
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	492.736	295.642	(280.379)	(168.228)
Adições e exclusões permanentes.....	(211.553)	(127.143)	336.991	200.219
Juros sobre capital próprio.....	-	-	64.322	38.593
Incentivos fiscais.....	(120)	(72)	(1.465)	(879)
Dedução IRPJ corrente incentivos/acertos.....	-	-	3.269	-
Participações societária/sucursais.....	(7.096)	(4.257)	159.395	95.638
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	(2.475)	(1.485)	1.307	784
Outros ajustes.....	(183)	(109)	(59)	(49)
Custo com emissão de ações.....	8.389	5.032	-	-
Crédito diferido filial Londres (*).....	(203.107)	(121.865)	110.222	66.132
Ajustes de exercícios anteriores.....	(6.961)	(4.387)	-	-
IRPJ e CSLL na demonstração do resultado.....	281.183	168.499	56.612	31.991
Correntes.....	-	-	(42.385)	(27.405)
Diferidos.....	288.145	172.887	98.997	59.396
IRPJ e CSLL exercícios anteriores.....	(6.962)	(4.388)	-	-

	Consolidado			
	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	(1.928.163)	(1.928.163)	1.184.993	1.184.993
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	447.900	279.501	(296.248)	(177.749)
Adições e exclusões permanentes.....	(198.131)	(122.370)	307.587	191.537
Juros sobre capital próprio.....	-	-	64.322	38.593
Incentivos fiscais.....	(120)	(72)	(1.465)	(879)
Dedução IRPJ corrente incentivos/acertos.....	-	-	3.269	-
Participações societária/sucursais.....	(5.118)	(3.546)	149.380	94.009
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	(2.475)	(1.485)	1.307	784
Outros ajustes.....	11.261	3.953	(19.448)	(7.103)
Custo com emissão de ações.....	8.389	5.032	-	-
Crédito diferido filial Londres (*).....	(203.107)	(121.865)	110.222	66.132
Ajustes de exercícios anteriores.....	(6.961)	(4.387)	-	-
IRPJ e CSLL na demonstração do resultado.....	249.769	157.131	11.339	13.788
Correntes.....	(75.755)	(27.780)	(88.823)	(46.085)
Diferidos.....	332.485	189.298	100.162	59.873
IRPJ e CSLL exercícios anteriores.....	(6.961)	(4.387)	-	-

(*) Baixa de Crédito Tributário Diferido conforme nota 11.1.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado				
	2019 Adições		Baixas		Resultado abrangentes
	2019	2020	2019	2020	2020
Ativo fiscal diferido					
Provisões trabalhistas.....	189.839	17.373	-	17.373	- 207.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	77.448	-	(51.427)	(51.427)	- 26.021
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	77.559	-	(77.559)	(77.559)	- -
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	10.039	19.620	-	-	19.620 29.659
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego.....	(10.490)	(3.960)	-	(66.284)	62.324 (14.450)
Provisão para contingências trabalhistas.....	19.003	3.517	-	3.517	- 22.520
Ajuste a valor de mercado - investimento.....	167	1.974	-	1.974	- 2.141
Prejuízo fiscal sucursal Londres (i).....	335.914	-	(335.914)	(324.973)	- -
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	940.762	-	940.762	- 940.762
Outros.....	192	(38)	-	(40)	- 154
Total ativo fiscal diferido.....	699.671	979.248	(464.900)	443.343	81.944

	Controladora e Consolidado				
	2019 Adições		Baixas		Resultado abrangentes
	2019	2020	2019	2020	2020
Passivo fiscal diferido					
Atualização depósitos judiciais.....	(100.757)	-	17.686	17.689	- (83.071)
Total passivo fiscal diferido.....	(100.757)	-	17.686	17.689	- (83.071)
Total líquido controladora.....	598.914	979.248	(447.214)	461.032	81.944
Ajuste a valor de mercado.....	(58.228)	-	60.751	60.751	- 2.523
Total líquido consolidado.....	540.686	979.248	(386.463)	521.783	81.944

(i) Substancialmente representado pelo ativo fiscal diferido da sucursal Londres

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado				
	2018 Adições		Baixas		Resultado abrangentes
	2018	2019	2018	2019	2019
Ativo fiscal diferido					
Provisões trabalhistas.....	180.753	9.086	-	9.086	- 189.839
Provisão para desvalorização do investimento.....	-	-	-	-	- -
Provisão participação no resultado.....	5.510	-	(5.510)	(5.510)	- -
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	82.388	-	(4.940)	(4.940)	- 77.448
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	71.229	6.330	-	6.330	- 77.559
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	9.396	643	-	-	643 10.039
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego.....	(12.583)	-	2.093	(9.063)	11.158 (10.490)
Provisão para contingências trabalhistas.....	23.288	(4.285)	-	(4.285)	- 19.003
Ajuste a valor de mercado - Investimento.....	2.141	(1.974)	-	(1.974)	- 167
Outras provisões (i).....	148.791	187.315	-	176.371	- 336.106
Total ativo fiscal diferido.....	510.913	197.115	(8.357)	166.015	11.801

	Resultados abrangentes				
	2018 Adições	Baixas	Resultado	abrangentes	2019
Passivo fiscal diferido					
Atualização depósitos judiciais.....	(91.159)	(9.598)	-	(9.598)	- (100.757)
Total passivo fiscal diferido.....	(91.159)	(9.598)	-	(9.598)	- (100.757)
Total líquido Controladora.....	419.754	187.517	(8.357)	156.417	11.801
Ajuste a valor de mercado.....	(33.539)	-	-	(24.689)	- (58.228)
Total líquido Consolidado.....	386.215	187.517	(8.357)	131.728	11.801

(i) Substancialmente representado pelo ativo fiscal diferido da sucursal Londres.

26. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

A Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 26.4, sendo eles:

- Plano integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte.
- Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados.
- Auxílio funeral.
- Seguro de vida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2020	2019	2020	2019
Hipóteses econômicas				
Taxa real de desconto (*).....	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos.....	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%
Projeção de crescimento real de salário.....	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 0%	Plano Médico: 0%
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS.....	Plano B: 1%	Plano		

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(175.419)	(160.254)
Valor justo dos ativos do plano	199.576	190.277
Situação financeira	24.157	30.023
Efeito do teto de ativos.....	(24.157)	(30.023)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

26.2. Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estípcio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

A Companhia não pagou contribuições no presente exercício (o montante pago em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$25). O referido plano apurou um superávit técnico de R\$ 829.827 (R\$ 529.438 em 31 de dezembro de 2019) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora. Dessa forma, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, a Companhia reconheceu somente em suas demonstrações contábeis o montante de R\$ 119.443 (R\$ 214.140 em 2019) referente a reserva especial.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.566.266	1.371.117
Custo dos juros.....	99.076	114.280
Perda atuarial.....	14.178	194.259
Benefícios pagos.....	(122.867)	(113.390)
Valor presente das obrigações atuariais	1.556.653	1.566.266

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor justo inicial dos ativos do plano	2.095.704	2.194.797
Retorno ocorrido nos investimentos.....	137.785	190.967
Contribuições do empregador	-	25
Contribuições dos participantes do plano.....	2	25
Benefícios pagos.....	(122.867)	(113.390)
Retorno sobre os ativos.....	275.856	(176.720)
Valor justo final dos ativos do plano	2.386.480	2.095.704

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(1.556.653)	(1.566.266)
Valor justo dos ativos do plano	2.386.480	2.095.704
Situação financeira	829.827	529.438
Efeito do teto de ativos.....	(710.384)	(315.298)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	119.443	214.140

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	2020	2019
Disponível	61	61
Realizável de investimentos		
Títulos públicos.....	256.077	163.270
Créditos privados e depósitos.....	257.876	202.966
Ações.....	134.311	391.310
Fundos de investimentos.....	1.527.870	1.594.662
Investimentos imobiliários.....	81.578	83.218
Empréstimos e financiamentos.....	6.297	6.285
	2.264.070	2.441.772
Exigível contingencial de investimentos	(25.504)	(25.359)
Recursos garantidores	2.238.566	2.416.413

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 189 integrantes, em 31 de dezembro de 2020 (208 em 31 de dezembro de 2019), sendo 179 aposentados com idade média de 85,64 anos (85,18 anos em 31 de dezembro de 2019) e 10 pensionistas com idade média de 84,66 anos (83,65 anos em 31 de dezembro de 2019).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 20.433 (R\$ 20.173 em 31 de dezembro de 2019).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 136.492 (R\$ 135.780 em 31 de dezembro de 2019), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 130.744 (R\$ 138.424 em 31 de dezembro de 2019).

Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	135.780	137.867
Custo dos juros.....	8.316	11.180
Perda atuarial	12.829	6.906
Benefícios pagos.....	(20.433)	(20.173)
Valor presente das obrigações atuariais	136.492	135.780

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Contribuições do empregador	20.433	20.173
Benefícios pagos.....	(20.433)	(20.173)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2020 e os valores projetados para o exercício de 2021 são apresentados a seguir:

	2021	2020
Custo dos juros.....	8.407	8.316
Despesa no final do exercício	8.407	8.316

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	(136.492)	(135.780)
Situação financeira	(136.492)	(135.780)
Restrição do déficit contratado	-	(2.644)
Valor líquido de passivo de benefício definido	(136.492)	(138.424)

26.3. Outros benefícios a empregados

Assistência médica e odontológica

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	330.448	297.745
Custo dos serviços correntes.....	156	174
Custo dos juros.....	20.387	24.218
Perda atuarial	48.616	28.618
Benefícios pagos.....	(21.979)	(20.307)
Valor presente das obrigações atuariais	377.628	330.448

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Contribuições do empregador	18.513	14.636
Contribuições dos participantes do plano.....	3.466	5.671
Benefícios pagos.....	(21.979)	(20.307)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2020 e os valores projetados para o exercício de 2021 são apresentados a seguir:

	2021	2020
Custo dos serviços correntes.....	663	622
Custo dos juros.....	23.250	20.387
Valor esperado de contribuições dos empregados.....	(3.553)	(5.672)
Despesa no final do exercício	20.360	15.337

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(377.628)	(330.448)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(377.628)	(330.448)

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	2.190	1.943
Custo dos juros.....	140	164
(Ganho)/Perda atuarial	(132)	120
Benefícios pagos.....	(21)	(37)
Valor presente das obrigações atuariais	2.177	2.190

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Contribuições do empregador	21	37
Benefícios pagos.....	(21)	(37)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2020 e os valores projetados para o exercício de 2021 são apresentados a seguir:

	2020	2019
Custo dos juros.....	139	140
Despesa no final do exercício	139	140

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(2.177)	(2.190)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(2.177)	(2.190)

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	3.117	1.879
Custo dos juros.....	194	154
Perda atuarial.....	(1.454)	1.688
Benefícios pagos.....	(257)	(604)
Valor presente das obrigações atuariais	1.600	3.117

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Contribuições do empregador	257	604
Benefícios pagos.....	(257)	(604)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2020 e os valores projetados para o exercício de 2021 são apresentados a seguir:

	2021	2020
Custo dos juros.....	99	194
Despesa no final do exercício	99	194

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(1.600)	(3.117)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(1.600)	(3.117)

26.4. Obrigação total do IRB Brasil RE

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Brasil RE entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i).....	20.227	19.989
Assistência médica e odontológica (ii).....	23.242	19.427
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii).....	132	418
Seguro de vida em grupo (iii).....	177	331
Auxílio funeral (iv).....	108	104
	43.886	40.269
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i).....	116.265	118.435
Assistência médica e odontológica (ii).....	354.386	311.021
Seguro de vida em grupo (iii).....	1.423	2.786
Auxílio funeral (iv).....	2.069	2.086
	518.029	474.597

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolso e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Brasil RE arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

26.5. Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes foram os seguintes: Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Custo do serviço.....	-	-	(156)	(174)	-	-	(156)
Custo dos juros.....	(8.316)	(11.180)	(20.721)	(24.536)	-	-	(29.037)
Contribuições pagas.....	-	(25)	(10.677)	(12.674)	-	-	(10.677)
Asset ceiling.....	3.900	54.932	-	-	-	-	3.900
Outras movimentações.....	-	-	-	-	286	(54)	286
Total valores reconhecidos	(4.416)	43.727	(31.554)	(37.384)	286	(54)	(27.893)

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes:

	Benefício definido		Outros benefícios		Total
	2020	2019	2020	2019	
(Ganhos)/perdas atuariais.....	248.849	(6.906)	(47.030)	(30.427)	201.819
Efeito do teto dos ativos.....	(360.275)	-	-	-	(360.275)
Outras movimentações.....	2.644	9.440	-	-	2.644
Total valores reconhecidos	(108.782)	2.534	(47.030)	(30.427)	(155.812)

26.6. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 33 – Benefícios a Empregados, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da Administração em relação às premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	Taxa real	Outras provisões			
		2,75%	3,00%	3,50%	3,75%
	Taxa nominal (*)	6,06%	6,32%	6,83%	7,09%
	Obrigação de benefício definido	1.637.025	1.596.000	1.518.849	1.482.557
	Impacto com o cenário principal	80.370	39.345	(37.805)	(74.098)
PLANO B	Taxa real	2,75%	3,00%	3,50%	3,75%
	Taxa nominal (*)	6,06%	6,32%	6,83%	7,09%
	Obrigação de benefício definido	179.248	177.284	173.648	171.964
	Impacto com o cenário principal	3.829	1.864	(1.771)	(3.455)
PRE 68					

Plano de Saúde	Taxa real	2,75%	3,00%	3,50%	3,75%
	Taxa nominal (*)	6,06%	6,32%	6,83%	7,09%
	Obrigação de benefício definido	397.815	387.133	367.137	357.772
	Impacto com o cenário principal	20.187	9.505	(10.491)	(19.855)
Auxílio Funeral	Taxa real	2,75%	3,00%	3,50%	3,75%
	Taxa nominal (*)	6,06%	6,32%	6,83%	7,09%
	Obrigação de benefício definido	2.328	2.251	2.107	2.041
	Impacto com o cenário principal	151	74	(70)	(136)
Seguro de Vida	Taxa real	2,75%	3,00%	3,50%	3,75%
	Taxa nominal (*)	6,06%	6,32%	6,83%	7,09%
	Obrigação de benefício definido	1.659	1.629	1.571	1.543
	Impacto com o cenário principal	60	29	(28)	(56)

Sensibilidade na tábua de mortalidade		6,57%	6,57%
PLANO A	Taxa nominal (*)		
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.508.446	1.630.675
	Impacto com o cenário principal	(48.208)	74.020

PLANO B		6,57%	6,57%
PLANO B	Taxa nominal (*)		
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	172.833	175.529
	Impacto com o cenário principal	(2.586)	110

PRE 68		6,57%	6,57%
PRE 68	Taxa nominal (*)		
	Tábua	AT-49	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	130.531	144.815
	Impacto com o cenário principal	(5.962)	8.322

Plano de Saúde		6,57%	6,57%
Plano de Saúde	Taxa nominal (*)		
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	363.651	399.466
	Impacto com o cenário principal	(13.976)	21.839

Auxílio Funeral		6,57%	6,57%
Auxílio Funeral	Taxa nominal (*)		
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	2.222	2.109
	Impacto com o cenário principal	45	(68)

Seguro de Vida		6,57%	6,57%
Seguro de Vida	Taxa nominal (*)		
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.545	1.681
	Impacto com o cenário principal	(54)	82

(*) Considera inflação.

Seção F – Políticas contábeis

27. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

27.1. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i). Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii). As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii). Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido, na conta “ajustes acumulados de conversão”.

27.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como “empréstimos”, no passivo circulante.

27.3. Ativos financeiros

27.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

27.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros

instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

27.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.3.4. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

27.4. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

27.5. Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

27.6. Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a) - %	Anos
Edificações.....	4,0	25
Móveis e utensílios.....	10,0	10
Equipamentos de informática.....	20,0	5
Veículos.....	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

27.7. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R2) – Arrendamento. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 – Propriedade para Investimento) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

27.8. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGC).

27.9. Provisões

(a) Provisões técnicas

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.
- A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos.
- Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

continuação

(b) Teste de adequação de passivos - TAP (*Liability adequacy test - LAT*)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 – Contratos de Seguro.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa são agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros ocorridos. Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utiliza-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O IRB Brasil RE tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não são utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa.

A premissa de sinistralidade utilizada no TAP é calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, considerando a experiência histórica da Companhia.

A premissa da estimativa do ativo de retrocessão é calculada considerando as informações do ativo de retrocessão, referente às provisões de prêmios e sinistros, comparado às provisões técnicas correspondentes.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo “outros débitos”, no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica “sinistros a liquidar”, no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

27.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributo diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no final de cada exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 15,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

27.11. Benefícios a empregados

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável. Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

27.12. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

27.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

27.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Prêmio Estimado - esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente, normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

27.15. Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 27.9(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculadas atuarialmente.

27.16. Custo de aquisição diferido

O Custo de Aquisição é o valor pago a título de comissão ao corretor e é considerado como despesa em sua contabilização. Esse valor é passível de diferimento, devendo ser apropriado ao resultado na mesma proporção em que é feita a apropriação da provisão de prêmios não ganhos. O custo de aquisição diferido é apurado operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato e estimado atuarialmente no caso da RVNE, conforme previsto em legislação vigente.

27.17. Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

27.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A adoção destas normas foi feita pela Companhia, porém sem impactos relevantes.

- **Estrutura Conceitual:** em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:
 - aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
 - restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
 - definição de entidade;
 - revisão das definições de ativo e passivo;
 - remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
 - inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
 - afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações contábeis.

Alterações ao IAS 1 “Presentation of Financial Statements” e IAS 8 “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”: em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de “material” e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de “material” ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações contábeis. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

Alterações ao IFRS 3 “Business Combinations”: em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de “negócio”, que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia, além das anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 2019.

28. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas utilizadas no cálculo da provisão para risco de crédito, descritas no item (d), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (e), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (f), estimativas de recebimento de salvados e ressarcidos, descritas no item (g) abaixo.

Alterações em tais premissas, ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.2.2.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitem a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de Provisão para riscos de créditos

Conforme evidenciado na nota 7.3, a Companhia adota metodologia própria considerando o histórico de inadimplência dos clientes, se baseado na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação, país e exterior e partes relacionadas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

(e) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.3, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(f) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

(g) Estimativas de recebimento de salvados e ressarcidos

Conforme demonstrado na nota 10 e 25.2, a Companhia mantém nota técnica atuarial com a metodologia de constituição da estimativa de recebimento de Salvados e Ressarcidos, sendo esta contabilização um ajuste redutor da provisão de sinistros. Essa estimativa corresponde exclusivamente às estimativas dos salvados e ressarcimentos ainda não ativados, haja vista que, após a ativação, a manutenção da estimativa de recebimento como um ajuste redutor da provisão implicaria duplicidade de registro, uma vez que esse valor já está contabilizado no ativo da Companhia.

Com base nas normas e orientações expedidas pela SUSEP, não poderá ser considerada como ajuste de PSL a parcela da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo neste caso registrado no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento. A Companhia dispõe ainda de histórico de dados suficiente para a análise da consistência dos valores registrados, conforme determinado pela SUSEP para registro e monitoramento desta estimativa.

29 Eventos subsequentes

29.1 Impactos causados pela COVID-19

Os relatórios produzidos pelo Comitê de Crise e distribuídos pelas áreas operacionais, visam potencializar as avaliações de tudo o que está acontecendo com vistas a identificar os impactos para Companhia. Os principais impactos observados estão segregados abaixo por linha de negócio:

continua

continuação

(a) Pessoas

A pandemia é um risco excluído nos contratos da Companhia. Ressalta-se ainda que com a piora do índice de emprego formal, tendo em vista as possíveis demissões em virtude do período em reclusão e a consequente queda da demanda, esta linha de negócio poderá sofrer um impacto nos seus contratos corporativos. Existem ainda projetos de lei em tramitação que altera a Lei 10.406/02 (Código Civil) para incluir nas coberturas de seguros de vida, os eventos decorrentes de epidemias ou pandemias. Por outro lado, é possível observar um aumento na demanda pelo produto de seguro de vida nos últimos meses. Vale citar também que o mercado observa uma redução significativa nos sinistros decorrentes de acidentes, o que pode amenizar os impactos do COVID-19 na sinistralidade.

(b) Patrimonial e Responsabilidades

A receita de resseguro varia em função dos valores ressegurados com base no preço dos ativos das empresas. Caso ocorra queda no preço destes bens, o valor ressegurado será menor, podendo impactar no prêmio emitido dessa linha de negócio. Com a redução da produção e faturamento das empresas, os valores ressegurados com base nos lucros das empresas sofrerão impacto e o prêmio emitido dessa linha de negócio também poderá ser impactado.

Com relação a sinistralidade é imprescindível que ocorra um dano material previsto no contrato para gerar alguma indenização decorrente da paralisação dos negócios. Como regra internacional, danos decorrentes de doenças e pandemia estão explicitamente excluídos das apólices, entendemos que os prejuízos serão bastante limitados a algumas poucas exceções que garantem este tipo de cobertura. Entretanto, existem movimentos que buscam viabilizar o enquadramento de algum tipo de sinistro de lucros cessantes decorrente da pandemia via tribunais. Até o momento, todas as decisões judiciais que acompanhamos têm confirmado este entendimento, exceto um caso ocorrido na França. No Reino Unido, houve um julgamento teste, pelo qual foram definidos entendimentos sobre coberturas adicionais de Lucros Cessantes de correntes de Doenças Contagiosas e Impedimento de Acesso devido Decisão de Autoridade Governamental, que representou uma redução das incertezas sobre o tema, decisão referendada pela Suprema Corte daquele país em 15 de janeiro de 2021.

Um produto que sofreu fortemente com o isolamento social imposto pela pandemia foi o de Cancelamento de Eventos, porém a exposição da Companhia a este produto é bastante limitada.

Foi identificado que os grandes projetos de engenharia tiveram adiamentos importantes, impactando as receitas de resseguro das linhas de negócio que dependem desses projetos.

(c) Rural

O seguro agrícola não deve sofrer impacto negativo relevante. A linha de negócios rural é uma das menos afetadas pela pandemia e COVID-19 se enquadra no rol de riscos excluídos das coberturas oferecidas no segmento, tanto no Brasil como no Exterior. Na contramão desta crise o segmento agrícola brasileiro está vivenciando a possibilidade de uma safra recorde de grãos, com estimativa de atingir 268,7 milhões de toneladas segundo o levantamento de Out/20 da CONAB, ou seja, 10,9 milhões de toneladas a mais do que apresentado na safra 2019/2020. A boa notícia do setor afetará positivamente o mercado de seguros.

(d) Petróleo

Em função da COVID-19, após uma queda substancial no preço do Barril do petróleo no 1º trimestre de 2020, os preços se recuperaram parcialmente e seguem com alguma estabilidade, porém num patamar inferior ao período imediatamente anterior a pandemia. A crise do preço do petróleo, agravada pela queda da demanda devido à pandemia do novo Coronavírus, obrigaram todas as grandes operadoras do setor a reduzirem custos e cortarem investimentos, colocando em risco, por exemplo, a não renovação de alguns contratos relevantes, junto com uma possibilidade de quebra de algumas empresas somada à queda do preço do barril de petróleo. O impacto esperado é um crescimento menor do que o previsto anteriormente pela Companhia.

(e) Marítimos

Os impactos esperados pela Companhia nas negociações não se concretizaram até o momento. O seguro marítimo possui uma correlação com o setor de Petróleo, mas os efeitos pelo adiamento da retomada do mesmo fica restrito a poucos clientes de marine ligados a esse segmento, não refletindo nos números da carteira. No ramo de Transportes não foram observados impactos relacionados à pandemia.

(f) Aeronáuticos

A economia global tem sido gravemente afetada pela disseminação da pandemia e um dos setores mais atingidos é a indústria da aviação. O setor sofreu uma queda drástica no tráfego de passageiros que, por conta do surto, foram forçadas a reduzir vôos e cancelar rotas devido às restrições de circulação de pessoas e de voos para alguns locais. Portanto, a indústria de seguros/resseguros no segmento será diretamente impactada.

(g) Riscos Financeiros

Expectativa de retração econômica representa menores investimentos diretos e indiretos impactando a necessidade de garantias, tanto no setor público quanto no privado. Incluindo o adiamento e/ou cancelamento de privatizações, concessões e Parceria Público Privadas na esfera pública, e projetos de investimento na esfera privada, impactam os prêmios de seguro e resseguro.

A forte queda na demanda e a perda de receita por causa do coronavírus deram início a uma onda de renegociação de contratos de concessão. Parecer elaborado pela Advocacia-Geral da União (“AGU”) reconhece que as concessionárias têm direito ao reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de rodovias, portos e aeroportos afetados pelo avanço da pandemia. Pelo parecer, a AGU admite que a pandemia configura um caso de “força maior” ou “caso fortuito” nas concessões. As concessionárias estão discutindo com o governo e seus advogados a melhor forma de recuperar os danos causados pela crise. No exercício não foi observado impacto expressivo, relacionado ao Coronavírus, nas operações da Companhia, devido a carteira ser predominantemente formada por grandes empresas.

A Companhia não observou, até a presente data, impactos significativos decorrentes do COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis.

29.2 Aprovação de acordo com a Eletronorte

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de janeiro de 2021, a Companhia foi comunicada de que o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (“Eletronorte”) aprovou acordo judicial para encerramento da ação de ressarcimento, proposta em 14 de dezembro 2005, pelo IRB Brasil RE, Sul América Companhia Nacional de Seguros e outras seguradoras em face da Eletronorte, objetivando o ressarcimento dos valores pagos à empresa ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A, por força de contrato de seguro, em decorrência de sinistro envolvendo interrupção de energia elétrica, cujo fornecimento era responsabilidade da Eletronorte.

O referido acordo aprovado pelo IRB Brasil RE, prevê o pagamento à Companhia de aproximadamente R\$ 358.000 brutos de retrocessão. Deste valor, R\$ 50.868 serão repassados aos retrocessionários que fazem parte do acordo, cabendo ao IRB o montante de R\$ 307.132. O montante será pago à vista, após homologação judicial.

Deste acordo o IRB apurou perda financeira no montante de R\$ 52.346 no exercício de 2020.

Anexo I – Informações suplementares (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) Abaixo estão apresentadas as informações requeridas pela SUSEP e não requeridas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), mas que a administração da Companhia julgou relevante para fins de apresentação:

I.1. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da liquidez e solvência.

Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:

I. Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II. Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III. Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV. Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.

V. Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

I.1.1. Cálculo do Capital Mínimo Requerido e da Margem de Solvência Regulatória

A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data base de 31 de dezembro de 2020, considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	1.450.434	958.942
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	517.476	349.537
Capital de risco baseado em risco operacional.....	67.846	46.089
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	150.999	325.974
Benefício da diversificação de riscos.....	(304.144)	(331.973)
Capital de risco total.....	1.882.641	1.348.569
Capital base.....	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (*).....	1.882.641	1.348.569
Patrimônio líquido ajustado (**)......	3.143.874	2.653.677
Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....	1.261.233	1.305.108

	2020	2019
Patrimônio líquido.....	4.256.130	3.945.150
Deduções		
Despesas antecipadas.....	(7.538)	(8.674)
Participações societárias.....	(61.870)	(832.360)
Créditos tributários - prejuízo fiscal.....	(940.762)	(388.200)
Intangíveis.....	(65.704)	(44.400)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(84.179)	(86.127)
Créditos tributários (***).....	-	(60.715)
Outras deduções.....	(50)	(50)
Ajustes econômicos.....	47.847	129.053
Patrimônio líquido ajustado.....	3.143.874	2.653.677

(*) O maior entre o capital de risco total e o capital base.
(**) Patrimônio utilizado para fins de apuração de solvência.

(***) O valor referente ao crédito tributário de diferenças temporais deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 11.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR). A Companhia apresenta na data base de 31 de dezembro de 2020, excesso de capital regulatório de R\$ 1.261.233, o que equivale a um índice de solvência regulatória de 167% (patrimônio líquido ajustado / capital de risco total), ao mesmo tempo em que o índice de solvência total da empresa alcança o patamar de 226% (patrimônio líquido / capital de risco total).

I.1.2. Enquadramento de Liquidez Regulatória em Relação ao Capital de Risco

A tabela abaixo apresenta o resultado do cálculo da liquidez em relação ao capital de risco para a data base de 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios estabelecidos na Resolução CNSP 321/2015.

	Controladora	
	2020	2019
Provisões técnicas.....	(13.531.972)	(10.431.746)
Ativos redutores da necessidade de cobertura.....	6.562.569	4.927.180
Ativos de retrocessão (*).....	5.161.823	3.736.956
Ativos de retrocessão não elegíveis (*).....	(1.064.898)	(833.679)
Direitos créditos.....	2.465.644	2.023.903
Ativos disponíveis para garantia.....	7.511.997	4.364.772
Superávit (Déficit) de ativos disponíveis para garantia.....	542.594	(1.139.794)
Margem adicional de 20,0% sobre capital de risco (**)......	(375.123)	(265.266)
Suficiência (insuficiência) no enquadro regulatório.....	167.471	(1.405.060)

(*) De acordo com o art. 63 da Circular Susep nº 517/15, define-se como ativo de resseguro redutor e ativo de retrocessão redutor: “I - o valor, respectivamente, dos prêmios de resseguro diferidos e dos prêmios de retrocessão diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas da cedente, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e vencer.”
(**) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, trata-se de margem adicional de 20% sobre o capital de risco total (anexo I). Em 22 de outubro de 2020, a SUSEP colocou em audiência pública nº 22/2020 proposta que visa a extinção de tal exigibilidade para todas as seguradoras e resseguradoras locais.

Os ativos disponíveis para garantia referem-se às aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas conforme Resolução CMN Nº 4.444, de 13 de novembro de 2015. O saldo em conta corrente remunerada em dólar junto à instituições financeiras internacionais no valor de R\$ 725.459 (ver nota 1.2.9 e nota 6.1 alínea ii) não está incluído para efeitos de liquidez regulatória brasileira. Na presente data a Companhia apresenta um total de R\$ 8.341.933 de aplicações financeiras (ver nota 6.1).

Os ativos redutores não contemplam as provisões técnicas já garantidas com cartas de crédito colateralizadas exigidas pelos reguladores norte americanos e canadenses para operações com cedentes daqueles países. Conforme mencionado acima, o valor do colateral é de R\$ 725.459 depositados junto à instituições financeiras internacionais (ver nota 1.2.9).

Os planos da Companhia para restabelecer o enquadramento regulatório de que trata esta nota envolveram plano com as seguintes ações:

- Emissão de debêntures cuja primeira colocação no valor de R\$ 597.439 foi concluída em outubro de 2020 e a segunda colocação no valor de R\$ 229.193 foi concluída em dezembro de 2020 (nota 17);
- Operações estruturadas com cedentes e/ou retrocessionárias (LPT);
- Venda de ativos não financeiros;
- Aumento de capital.

I.2. Conciliação da demonstração do resultado - IFRS e SUSEP GAAP

Por meio do Ofício nº 63 de 2 de setembro de 2020, a SUSEP determinou que a variação cambial das contas de IBNR, IBNER, PDR, Prêmio RVNE, PPNP RVNE, Comissão RVNE e DCD RVNE devem ser registradas em contrapartida das respectivas contas operacionais na Demonstração do Resultado, enquanto que o registro da contrapartida da variação cambial das demais provisões deve ser mantido na conta de resultado financeiro. Dessa forma, a Companhia reclassificou a variação cambial das mencionadas contas apenas para fins de elaboração das demonstrações contábeis preparadas para de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, apresentadas em separado. Consequentemente, as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), ora apresentadas, diferem das demonstrações contábeis preparadas para o atendimento exclusivo à SUSEP (“SUSEP GAAP”) nos seguintes montantes:

	Controladora			Controladora		
	2020			2019		
	Reclassi- ficações	SUSEP	IFRS	Reclassi- ficações	SUSEP	IFRS
Prêmios ganhos.....	8.480.669	217.997	8.698.666	6.610.019	6.411	6.616.430
Prêmios emitidos líquidos.....	8.309.558	152.250	8.461.808	7.338.051	12.328	7.350.379
Variações das provisões técnicas.....	171.111	65.747	236.858	(728.032)	(5.917)	(733.949)
Sinistros ocorridos.....	(8.438.864)	(388.426)	(8.827.290)	(5.140.525)	(40.154)	(5.180.679)
Sinistros diretos.....	(7.776.421)	40.693	(7.735.728)	(5.852.926)	(2.640)	(5.855.566)
Salvados e ressarcimentos.....	45.523	-	45.523	887.133	-	887.133
Variação da provisão de sinistros ocorridos						
mas não avisados.....	(707.966)	(429.119)	(1.137.085)	(174.732)	(37.514)	(212.246)
Resultado com retrocessão.....	(1.268.943)	(196.249)	(1.465.237)	(541.086)	7.713	(533.373)
Receitas com retrocessões.....	2.664.288	5.748	2.670.036	1.793.304	10.131	1.803.435
Despesas com retrocessões.....	(3.919.511)	(202.042)	(4.121.553)	(1.924.425)	(2.418)	(1.926.843)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário.....	(24.735)	-	(24.735)	(440.717)	-	(440.717)
Outras receitas e despesas operacionais.....	11.015	-	11.015	30.752	-	30.752
Resultado financeiro.....	(130.483)	366.723	236.240	325.881	26.030	351.911
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	(1.521.263)	-	(1.521.263)	1.210.120	-	1.210.120

As reclassificações acima não produzem efeitos no capital mínimo regulatório, reservas técnicas, índices de solvência, liquidez regulatória e ativos garantidores. A sinistralidade calculada considerando as referidas reclassificações (“SUSEP GAAP”), é de 101,5% (2019- 78,3%).

Antônio Cássio dos Santos Presidente	Carlos André Guerra Barreiros Vice-Presidente Executivo, de Riscos, Conformidade e Jurídico	Isabel Blázquez Solano Vice-Presidente Executiva de Resseguros	Werner Romera Süffert Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	Wilson Toneto Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações
Thays Vargas Ferreira da Cunha Contadora - CRC 117013/O-9			Debora Pereira Tavares Atuária - MIBA 2011	

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A. (“IRB Brasil RE” ou “Companhia”), considerando os Pareceres ajustados da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis à Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Antônio Cássio dos Santos Presidente	Ellen Gracie Northfleet Conselheira	Henrique José Fernandes Luz Conselheiro	Hugo Daniel Castillo Irigoyen Conselheiro
Ivan Gonçalves Passos Conselheiro	Marcos Bastos Rocha Conselheiro	Marcos Pessoa de Queiroz Falcão Conselheiro	Regina Helena Jorge Nunes Conselheira
Roberto Dagnoni Conselheiro			

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do IRB BRASIL RESSEGUROS S.A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos exames efetuados e no Relatório, sem ressalva, dos Auditores Independentes, no Relatório da Comitê de Auditoria, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021

Reginaldo José Camilo Presidente	José Rubens Alonso Conselheiro Titular	Otavio Ladeira de Medeiros Conselheiro Titular	Paulo Euclides Bonzanini Conselheiro Titular
--	--	--	--

continua

Ao Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") é um órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Instrução CVM nº 308/1999 e com a Resolução CNSP nº 321/2015, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de: (i) assessorá-lo na avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos, envolvendo, sempre que necessário, todas as respectivas áreas da Companhia; e (iii) avaliar a efetividade das Auditorias Contábil Independente e Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao IRB Brasil RE e suas empresas controladas, além de regulamentos e políticas internas.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 31-D, inciso VI da Instrução CVM nº 308/1999, apresenta, de forma resumida, as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, relativas às análises e ao acompanhamento das ações da Administração visando a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, sendo que estas atividades decorreram das informações recebidas nas diversas reuniões realizadas ao longo de 2020 e 2021 com: (i) a Administração; (ii) Auditores Independentes; (iii) Auditoria Interna; (iv) responsáveis pela gestão de riscos, controles internos e compliance; (v) gestor da área de Controladoria; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas. No exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, o referido Comitê realizou um total de 31 (trinta e uma) reuniões - sendo 12 (doze) ordinárias e 19 (dezenove) extraordinárias - fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, bem como aos auditores independentes e internos e acompanhou o andamento dos trabalhos da fiscalização especial estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão. Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, aos sistemas de controles internos, processos contábeis, fisco-tributários e de gestão de riscos. Em conjunto com a Auditoria Interna, as possíveis melhorias identificadas, foram recomendadas e atendidas.

A Companhia apresenta suficiência de liquidez regulatória - conforme prescrita pela SUSEP - em relação ao capital de risco, da ordem de R\$ 167 milhões em 31 de dezembro de 2020. Desde a constatação da insuficiência apresentada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019, assim como naquelas em 30 de junho de 2020, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$ 2.300 milhões. Em adição, a Administração da Companhia implementou diversas outras ações, entre as quais a realização de operações estruturadas e venda de ativos financeiros.

A companhia possui sucursal em Londres com o objetivo de administrar o runoff de carteiras anteriormente operadas de forma ativa. Conforme comunicado ao mercado feito em 4 de janeiro de 2021, a Companhia contratou consultoria externa especializada em consultoria estratégica para revisão de sua visão futura de negócios o que também inclui, eventualmente, a própria retomada das atividades da sucursal de Londres.

As demonstrações contábeis do IRB Brasil RE, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), culminando com a emissão de parecer em 11 de fevereiro de 2021. A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, forneceu aos auditores independentes todos os dados, documentações, informações e condições necessárias ao efetivo desempenho do

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.

Os Diretores do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Brasil RE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Antônio Cássio dos Santos - Presidente

Carlos Guerra - Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico

Wilson Toneto - Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações

Werner Romera Süffert - Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Blázquez Solano - Vice-Presidente Executiva de Resseguros

objeto da prestação de seus serviços. As demonstrações contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis foram revisadas e discutidas amplamente pelo Comitê - previamente à sua divulgação - que discutiu, com o Auditor Independente, seus relatórios e apontamentos. Adicionalmente, o Comitê revisou e discutiu com os auditores independentes sobre os PAA- Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame. O Comitê concorda com a avaliação apresentada pelos auditores, incluída em seu relatório sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. Ainda, a Companhia elaborou, para fins estritamente regulatórios, demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ajustadas de acordo com determinação da SUSEP de reclassificar certas variações cambiais de provisões estimadas como despesas operacionais de conformidade no Ofício Eletrônico nº 63/2020/COPRA/CGMOP/DIR4/SUSEP. Estas demonstrações contábeis também foram revisadas pelo Comitê.

O Comitê manteve com os auditores independentes - PwC - um canal permanente de comunicação, por via de reuniões, para discussão do planejamento, execução e resultados dos exames de auditoria e de todos os aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados e as situações que pudessem afetar a efetividade, a objetividade e a independência dos auditores, dando como plenamente satisfatório os trabalhos desenvolvidos.

De forma similar, o Comitê supervisionou as atividades da Auditoria Interna, acompanhando o planejamento, a execução e os resultados dos seus trabalhos ao longo do exercício de 2020 e, especialmente, as providências saneadoras adotadas pela Administração, decorrentes de recomendações para regularizações e aperfeiçoamentos dos processos de controles internos. A Auditoria Interna desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade, não sendo identificadas quaisquer ocorrências que pudessem comprometer a sua independência.

A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos e da gestão de riscos, os quais têm sido motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte deste Comitê, visando torná-los efetivos e adequados ao atual porte e complexidade dos negócios da Companhia e de suas empresas controladas.

Diante do acima exposto, o Comitê - como decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos trabalhos da Auditoria Interna e do exame das demonstrações contábeis pelos auditores independentes, ponderadas as limitações naturais do próprio escopo de sua atuação - entende que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do IRB Brasil RE em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) e, portanto, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021

Henrique Luz - Coordenador

Adriana Queiroz de Carvalho - Membro

Jerônimo Antunes - Membro

Jose Octávio Vianello de Mello - Membro

Roberto Westenberg - Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer, sem ressalvas, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre a revisão das Demonstrações Financeiras do IRB Brasil RE, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis à Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Antônio Cássio dos Santos - Presidente

Carlos Guerra - Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico

Wilson Toneto - Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações

Werner Romera Süffert - Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Blázquez Solano - Vice-Presidente Executiva de Resseguros

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2019.

Porque é um PAA

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros (Notas 9, 20 e 27.9)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem obrigações derivadas de seus contratos de resseguros que estão registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" ("Provisões Técnicas") nas demonstrações contábeis. A determinação dos valores de provisões técnicas dos contratos de resseguros envolve julgamento relevante da Administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia.

Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação de Passivos ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados brutos de retrocessão, descontados por taxa obtida por meio do modelo de Svenson para as curvas de cupom de IPCA prefixada e cupom cambial. O TAP também considerou premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na Nota 27.9.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologias para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas pode resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguro e dos ativos de retrocessão, teste de efetividade de controles relevantes das contas técnicas de contratos automáticos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses controles, testes substantivos de detalhes das contas de sinistros a liquidar, administrativos e judiciais, e análise da elaboração e aprovação das notas técnicas atuariais da Companhia pelos responsáveis finais técnicos. Adicionalmente, testamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela Administração na determinação das provisões e comparamos com as premissas adotadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Companhia, empregando procedimentos que incluem recálculos, testes de consistência, análise documental e qualitativa dos principais saldos das provisões técnicas e ativos de retrocessão em 31 de dezembro de 2020, testando a adequação e a completude das bases de dados utilizadas de emissão de apólices e de sinistros ou de contratos de retrocessão, conforme o caso, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que o resultado do cálculo das Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões reflete as premissas e metodologias divulgadas nas demonstrações contábeis.

Recita de prêmios emitidos líquidos de contratos de resseguros (Notas 25.1 e 27.14)

A mensuração da recita de prêmios líquidos de contratos de resseguros é um processo complexo em virtude das diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais se destacam:

(i) a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição; (ii) o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos - facultativos ou automáticos - e; (iii) os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessários a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da recita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos.

Consideramos o reconhecimento da recita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e as inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da recita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles.
- Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil.



- Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação-suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e apólices.

- Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que as variáveis utilizadas no reconhecimento da recita de prêmios emitidos de contratos de resseguros são consistentes com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

Porque é um PAA

Avaliação da realização de tributos diferidos (Notas 11 e 27.10)

A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no país e exterior e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros nas jurisdições. Considerando os resultados gerados nas operações de resseguros no exterior e o agravamento da crise motivada pela segunda onda da Covid-19, a Companhia está revisando a sua estratégia de operações de resseguros no exterior, incluindo a possível retomada das atividades da sucursal de Londres. Dessa forma, o IRB não possui, presentemente, condições objetivas para confirmar a geração de lucros tributários na referida sucursal, motivo pelo qual reverteu o crédito tributário diferido decorrente de prejuízos fiscais, no montante de R\$ 335.914 em 31 de dezembro de 2020.

As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades da Companhia no país e exterior, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, essa área permanece como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos a governança em torno do processo de avaliação do valor recuperável, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo pelo Conselho de Administração e revisões das equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia.

Envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos a coerência lógica e aritmética das projeções.

Com o apoio de nossos especialistas em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos. Também comparamos as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações suplementares

A Companhia apresentou, no Anexo I às demonstrações contábeis, informações suplementares referentes a cálculo de capital mínimo requerido, margem de solvência regulatória, enquadramento de liquidez regulatória e conciliação da demonstração do resultado em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas informações são consideradas suplementares pois a sua divulgação não é requerida pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Submetemos essas informações suplementares aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e, em nossa opinião, as mesmas são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora
CRC 1RJ087128/O-0